FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.340 | SEGUNDA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2023 | R$ 6,00

Anderson Lira/Futura Press/Folhapress

MENINOS DÃO AO PALMEIRAS BICAMPEONATO PAULISTA

Gabriel Menino, 22, e Endrick, 16, comemoram o primeiro dos quatro gols contra o Água Santa que deram ao Palmeiras o bicampeonato paulista, após derrota no jogo de ida; no Rio, o Fluminense goleou o Flamengo por 4 a 1 e também levou o bi do Carioca Esporte B6 e B7

Tarcísio é aprovado por 44% e reprovado por 11% em São Paulo

Para 45%, governador fez menos que o esperado até agora, aponta Datafolha; apoio é maior entre homens e mais ricos

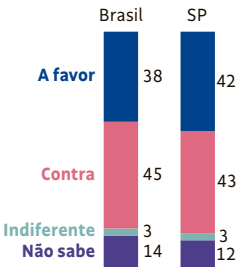
O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem sua gestão em São Paulo avaliada como ótima ou boa por 44% da população e como regular por 39%, enquanto 11% consideram seu desempenho ruim ou péssimo após três meses de mandato, aponta pesquisa Datafolha.

O instituto ouviu 1.806 pessoas de 16 anos ou mais, em 65 cidades paulistas. A margem de erro é de 2 pontos.

Para 45%, Tarcísio fez menos do que eles esperavam, e 37% pensam que ele realizou exatamente o que era previsto nesse período. Na visão de 12%, a atuação superou as expectativas.

Em cem dias de governo, completados hoje, o governador lidou com as chuvas que deixaram 65 mortos no litoral. Outro momento de visibilidade foi o leilão do trecho norte do Rodoanel.

O apoio a ele no interior é mais visível que o da região metropolitana (47% a 41%). A reprovação ficou parecida (12% na capital e entorno e 11% no restante do estado).

Tarcísio é mais bem avaliado entre homens, pessoas com 45 anos ou mais e aqueles de renda familiar acima de dez salários mínimos. A rejeição é maior entre jovens até 24 anos, negros e funcionários públicos. Política A4

Privatização é mais aceita em SP do que no restante do país

O apoio à privatização de empresas e serviços é maior entre moradores do estado de São Paulo (42%) do que no Brasil como um todo (38%), mostra o Datafolha. A pesquisa ouviu 1.806 pessoas, em 65 municípios, de 3 a 5 de abril. A margem de erro é de dois pontos, para mais ou para menos.

A maioria, porém, é contra privatizar a Sabesp (53%, ante 40% favoráveis). Apesar da discordância, 43% afirmam que o serviço de água e esgoto seria melhor se a empresa fosse privada. A venda da estatal é uma das metas do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Mercado A13 e A14

O agricultor Francisco Nascimento Silva, 73, durante sessão de radioterapia no Hospital Haroldo Juaçaba, em Fortaleza (CE) Jarbas Oliveira/Folhapress

ENTREVISTA DA 2ª

Thelma Krug

Custo da ação pró-clima é menor que o da inação

Candidata brasileira a presidir o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU), a cientista Thelma Krug afirma que são necessárias rápidas, profundas e sustentadas reduções de emissões de gases-estufa para limitar o aquecimento global. "O custo da ação vai ser bem menor do que o custo da inação", diz. A24

Em 100 dias, Lula avança em pautas para minorias

Política A8

Itamaraty busca refazer pontes em início de governo

Mundo A11

Brasileiras presas na Alemanha citam demora da Justiça

Uma investigação da Polícia Federal apontou que as malas de duas brasileiras presas na Alemanha por suspeita de tráfico de drogas foram trocadas por bagagens com 40 kg de cocaína. Elas relatam demora da Justiça alemã na análise das provas. Cotidiano B4

ciência B5

Rumo a Júpiter

Viagem não tripulada quer saber se luas do planeta são habitáveis e escondem oceanos

ilustrada C3

MIS enferrujado

Mais de uma década de atraso marca obra de nova sede do Museu de Imagem e Som, no Rio

Luiz Felipe Pondé

A vitória dos inteligentinhos

Crianças birrentas que reduzem a complexidade do mundo ao seu ursinho, estão em toda parte. Escolas —onde são fabricados em série por professores inteligentinhos—, nas universidades —um dos seus habitats naturais—, na mídia —aos montes. Ilustrada C6

73 mil ficam sem radioterapia por ano pelo SUS

SAÚDE PÚBLICA

Em média, 73 mil pessoas com câncer não têm acesso a radioterapia no SUS a cada ano. De 2008 a 2022, foi 1,1 milhão, o que pode ter sido a causa de mais de 110 mil mortes, segundo a Sociedade Brasileira de Radiologia. Saúde B1

EDITORIAIS A2

Privatizar não é tabu

Acerca de desestatizações, segundo o Datafolha.

Votar as MPs

Sobre disputa em torno de medidas provisórias.

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Privatizar não é tabu

Datafolha mostra salto no apoio à desestatização, enquanto governo Lula retrocede no debate

A privatização de empresas e serviços públicos parece, enfim, ter deixado de ser um espantalho político-eleitoral no Brasil, mesmo que seja ainda um tema divisivo.

Segundo a mais recente pesquisa do Datafolha, 45% dos brasileiros aptos a votar se declaram contrários à desestatização, enquanto 38% são favoráveis e 17% não têm opinião formada ou se dizem indiferentes. Vê-se mudança contundente da opinião pública desde novembro de 2017, quando o placar era de 70% a 20% para os opositores.

Não se podem apresentar mais do que hipóteses para explicar tal evolução —como o enfraquecimento de teses esquerdistas no período, a percepção de que o Estado se encontra em crise orçamentária e outras possibilidades não excludentes entre si.

Fato é que a maioria do eleitorado avalia que a privatização melhorou a qualidade de produtos e serviços, como afirmam 54% dos entrevistados, e do atendimento aos clientes, segundo 61%.

O apoio à desestatização supera a recusa quando se trata de saneamento, energia, rodovias e aeroportos —e cumpre observar que esses são setores em que a participação privada, em graus variados, já é uma realidade.

As negativas são maiores, previsivelmente, quando se questiona a respeito da Petrobras e dos bancos estatais, cujas vendas nunca chegaram a ser encaminhadas.

O programa de privatizações teve início nos anos 1990 e, desde então, avança mais por necessidade inescapável do que por convicção do mundo político. Mesmo os governos petistas, que demonizaram as alienações de empresas, promoveram não poucas concessões de serviços na área de infraestrutura.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contempla suas bases ideológicas e corporativistas ao retirar os Correios do programa —bem como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e outras inutilidades mantidas com dinheiro do contribuinte. A promessa bravateira de reestatizar a Eletrobras, felizmente, não será cumprida.

Perde-se a oportunidade de um debate mais maduro e plural, capaz de beneficiar governo, economia e sociedade. O poder público não tem como fazer todos os investimentos necessários em áreas vitais, e a expansão da renda e do emprego depende do avanço da produtividade, interrompido no país.

Não há perda de patrimônio quando uma estatal é vendida, dado que os recursos obtidos em leilão reduzirão o endividamento do Estado, ou seja, de todos os brasileiros. Há que buscar, isso sim, a regulação adequada para garantir concorrência, serviços de qualidade e preços razoáveis.

Na opinião pública, ao menos, os tabus deram lugar ao aprendizado.

Votar as MPs

Debate sobre mudança de regra é legítimo, mas cumpre retomar a normalidade no Legislativo

A disputa entre Câmara dos Deputados e Senado em torno da tramitação de medidas provisórias não despertaria interesse fora dos salões de Brasília se não estivessem em jogo providências importantes para a agenda do país.

No presidencialismo brasileiro, as MPs são instrumentos essenciais para que o principal mandatário possa governar. Por meio delas, o Executivo toma decisões urgentes e relevantes com força de lei, sob condição de que o Congresso as aprove em até 120 dias.

As normas para tal procedimento têm sido revistas desde a redemocratização, de modo a equilibrar as prerrogativas da Presidência e o respeito à autonomia do Congresso. Hoje, vive-se um impasse potencialmente prejudicial à sociedade.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), gostaria de manter uma regra excepcional instituída durante a pandemia segundo a qual as MPs são examinadas primeiro pelos deputados e depois pelos senadores —eliminando a etapa em que comissões formadas por representantes das duas Casas legislativas fazem a votação inicial.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ampara-se na Constituição ao reivindicar a volta das comissões, de modo a restabelecer a influência de seus pares na análise das medidas.

Na semana passada, o governo anunciou um acordo com o Legislativo para a volta da votação de MPs —há nada menos que 12 delas à espera de análise, considerando apenas as emitidas pela atual administração. Espera-se que nesta terça-feira (11) novas comissões mistas sejam instaladas.

Em atitude republicana, Lira e Pacheco expuseram suas razões em artigos publicados pela **Folha**. O primeiro argumenta que o procedimento anterior à pandemia, além de disfuncional, atentava contra a representação popular ao fixar o mesmo número de deputados e senadores nas comissões.

O segundo, como se pode imaginar, defende o respeito à lógica bicameral do Legislativo, pelo qual as duas Casas devem ter papel equivalente na confecção das leis.

A divergência é legítima e nada impede que o rito de tramitação seja aprimorado, por difícil que seja obter um consenso entre Câmara e Senado em torno do tema. O que não se pode é paralisar trabalhos parlamentares em razão de disputas circunstanciais por poder.

A excepcionalidade da pandemia não tem mais razão de ser. Que a normalidade seja retomada.

A língua do presidente

Lygia Maria

Assim como o peixe do provérbio, chefes de Estado morrem pela boca. No Brasil, estamos acostumados a mandatários proferindo impropérios, seja na forma ou no conteúdo.

Jair Bolsonaro produziu disparates, alguns criminosos, em escala industrial: de "não sou coveiro", menosprezando mortes em meio a uma pandemia, a "ela queria dar o furo", comentário de duplo sentido para agredir Patrícia Campos Mello, jornalista da **Folha**.

Dilma Rousseff também tinha a língua solta, com falas que causavam constrangimento na audiência pelo aspecto nonsense e por comicidade involuntária. Como esquecer a tentativa de exaltar o feminismo —que, na verdade, só expôs ignorância— ao cunhar "mulheres sapiens"?

Não à toa, é fácil sentir saudades das mesóclises de Michel Temer.

Lula também segue a tradição de verborragia abilolada aliada à megalomania. Afinal, é preciso boa dose de pedantismo para afirmar peremptoriamente que "os livros de economia estão superados".

Em relação à guerra na Ucrânia, o presidente disse que "quando um não quer, dois não brigam", insinuando que o país invadido é culpado pela invasão. Ao tratar dos territórios ocupados por Putin, o mandatário petista afirmou que a Crimeia poderia ser cedida à Rússia e que Zelenski, presidente da Ucrânia, "também não pode querer ter tudo".

O tom pernóstico e antiético do discurso não escapou do olhar internacional. No Twitter, comentaristas estrangeiros sugeriram, ironicamente, que Lula oferecesse o estado da Bahia à Portugal.

Mas o falatório do presidente não se deve à insanidade ou senilidade. No fundo, está um antiamericanismo juvenil datado e a defesa ao imperialismo russo —Celso Amorim foi ao Kremlin apenas três semanas depois da emissão da ordem de prisão por crimes de guerra contra Putin pelo Tribunal Penal Internacional.

Lula deveria usar a língua para articular apoio a reformas necessárias ao país, não para lamber botas de governante autocrata.

Liberdade de culto e a democracia

Ana Cristina Rosa

Apesar da proteção constitucional à liberdade de culto e de crença no Brasil, não dá para negar que há grupos religiosos que sempre estiveram à margem da sociedade ou foram perseguidos. Alheias à inviolabilidade da liberdade de consciência, a discriminação e a criminalização das religiões afro-brasileiras estão atreladas à herança colonial racista, que deixou como um de seus legados o questionamento acerca da legitimidade dessas práticas.

O flagrante crescimento dos casos de intolerância religiosa, de agressões físicas e verbais e de depredações a centros de matriz africana tem deixado isso evidente. Divulgado no começo do ano, o 2º Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe (Unesco) mostra que esses ataques cresceram 270% no Brasil, em 2021.

Para além disso, num Estado laico, a religiosidade não deveria exercer influência nos assuntos da nação. Mas não é bem isso que vem ocorrendo. São muitos os exemplos que ilustram o quanto a religião está cada vez mais embrenhada na política, aparelhando a máquina pública e influenciando (ou ao menos tentando influenciar) a tomada de decisões.

Na Semana Santa, veio a público o caso de um alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura de Caratinga (MG) impondo restrições ao rito dos cultos da Tenda Espírita Umbandista Nossa Senhora da Conceição. Além de determinar "som de atabaque mais baixo", o documento restringia o horário do culto religioso até 21h50 e fixava como "proibido linha de Exu", presença de menores de 14 anos e uso de bebida alcoólica nos rituais.

Fico me perguntando se já passou pela cabeça de alguém, em algum rincão do país, a ideia absurda de interferir na celebração da missa proibindo o uso de vinho no rito?

Em tempos de investidas antidemocráticas, vale lembrar que qualquer comportamento intolerante com a finalidade de perseguir ou de demonizar o outro é um atentado contra o Estado democrático de Direito.

Você já entregou hoje?

Ruy Castro

No próximo programa de esportes a que assistir, tente acompanhar quantas vezes ouvirá o verbo entregar. "Fulano não entregou o que o treinador esperava." "Beltrano entrega mais como meia do que como volante." "Jogar com o nome não basta, tem que entregar." "Nunca vi esse time entregar tão pouco." "Sicrano não entrega no Lá Vai Bola o que entregava no Arranca-Toco." Entregar, no caso, é uma apropriação do verbo "to deliver", que, entre muitos outros sentidos em inglês, significa desempenhar, render, ser eficiente.

"Entregar", em sua nova acepção, é um produto do dialeto farialimer, uma espécie de português versão Herbert Richers, usado por economistas, executivos, corretores da Bolsa e outros profissionais que compram suas gravatas em Nova York. De lá, espraiou-se entre os humildes e chegou ao futebol. É comum, ao fim de uma partida, ouvir até dos jogadores mais xucros: "A gente sabe que não entregou o que devia, o time deles é muito qualificado, quando acordamos já estava 5 a 0, mas agora é levantar a cabeça porque quarta-feira tem outro jogo e vamos entregar mais."

Nada contra esta nova acepção de "entregar". É somente mais uma utilidade de um verbo que já nos presta tantos serviços: entregar [algo a alguém], entregar alguém à polícia [alcaguetá-lo], entregar-se [dizer sem querer algo que não devia], entregar-se [dedicar-se] a alguém, entregar-se [ceder] à bebida ou ao desânimo e entregar-se [doar-se] a uma causa. No próprio futebol, entregar já teve outro significado: "Não foi frango! O goleiro é que entregou!" [entregou o jogo, vendeu-se, deixou-se subornar].

No Brasil, onde cada vez mais tentamos falar português em inglês, "entregar", no sentido de "to deliver", é só um exemplo. O cômico é que, agora, já não usamos o verbo para pedir que nos entreguem em casa algo que compramos na rua ou pela internet.

Hoje pedimos delivery.

Trasformismo lampedusiano

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

As relações Executivo-Legislativo sob Lula 3 ainda estão se plasmando, mas há forte continuidade com o padrão anterior. Ela se manifesta das lideranças das duas Casas —que permanecem as mesmas, Pacheco e Lira— ao padrão de barganha estabelecido. Falar de continuidades renitentes é falar de trasformismo (no sentido original, não gramsciano, da expressão): a estabilidade alicerçada em conluio pouco republicano de rivais.

Esse trasformismo lampedusiano manifesta-se sobretudo nas práticas legislativas e orçamentárias e é contraintuitivo, considerando-se a enorme polarização eleitoral e o trauma do assalto à praça dos Três Poderes. Ele precedeu inclusive a investidura do governo, com a aprovação da PEC fura-teto na legislatura anterior.

A caixa de ferramentas do Executivo é a mesma: inclui pastas ministeriais, emendas e cargos no segundo escalão, nesta ordem de importância. Segundo um especialista no assunto, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, "cargos não têm a mesma relevância que emendas. Elas entram direto nas bases dos deputados. Consolidam o prestígio e obtêm dividendos eleitorais".

Os ministérios funcionam como superagregadores de emendas e transferências a estados e municípios: é uma via de mão dupla. Elas garantem que os interesses locais da coalizão governativa sejam mobilizados de forma direta, como mostrou Fernando Meireles. A distribuição partidária do portfólio ministerial expressa uma espécie de fusão Executivo-Legislativo. O grau de envolvimento do presidente no processo, por meio da Casa Civil ou ministérios de coordenação política, é que tem variado.

O "orçamento secreto do novo governo" envolve recursos anabolizados das emendas de relator, que cresceram vertiginosamente e foram repartidas de forma igual para os deputados na forma de emendas impositivas individuais (que estão fora da barganha) e de emendas de livre alocação dos ministérios, sujeitas à barganha com deputados e partidos. Ele agora está centralizado na Secretaria de Relações Institucionais, e é marcado pela opacidade.

Se Bolsonaro abdicou do gerenciamento das emendas, Lula esboçou reação centralizadora, mas, na prática, o quadro é também de forte delegação. Nos dois casos, a motivação é deslocar os custos de desvios e ineficiência sistêmica para os parlamentares. Não funciona. Veja-se o affair Juscelino.

O presidencialismo de coalizão só funciona com instituições de controle forte, como mostramos no livro "Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System" (Para o Brasil funcionar: controlando o presidente em um sistema multipartidário, Nova York, Palgrave). O quadro atual é de enfraquecimento delas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É 100 DIAS DE GOVERNO LULA

100 dias, primeiros passos

Sem mobilização popular, presidente não vencerá os imensos desafios do país

Frei Betto
Escritor e educador popular, é autor, entre outros, de "Por uma Educação Crítica e Participativa" e "Tom vermelho do verde" (ed. Rocco)

Hoje completam-se 100 dias do novo governo federal. O Lula 3 difere do que se viu nos dois primeiros mandatos. Agora, é menos sensível às diatribes do mercado e mais aos direitos dos excluídos. Mais preocupado com o chão da sobrevivência digna que o teto de gastos. Mais com políticas sociais que fiscais. O Bolsa Família, além do pagamento mínimo de R$ 600 por família, inclui o adicional de R$ 150 por criança até seis anos.

Nestes 100 dias, Lula, com respaldo do Supremo Tribunal Federal, salvou a nossa frágil democracia ao intervir no governo do Distrito Federal, prender e indiciar a horda terrorista que invadiu a Praça dos Três Poderes a 8 de janeiro. E as Forças Armadas voltaram a ter ciência de que estão "sob a autoridade suprema do presidente da República", conforme reza a Constituição. Lula tirou a Abin do controle dos militares e entregou-a à Casa Civil; deu 9% de aumento ao funcionalismo federal e isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 2.640; e aumento real do salário mínimo que, em maio, será de R$ 1.320. Há 60,3 milhões de pessoas com rendimentos referenciados no salário mínimo.

Na política externa, reforça a integração latino-americana e caribenha ao valorizar a Celac, em Buenos Aires, e diante do reaquecimento da Guerra Fria e do conflito geopolítico entre EUA e China, do qual a guerra na Ucrânia é resultado, posiciona o Brasil como promotor da paz em sintonia com a mais expressiva liderança pacifista da atualidade, o papa Francisco. Recebido por Joe Biden na Casa Branca e, em breve, por Xi Jinping em Pequim, recoloca o Brasil como protagonista no xadrez da globalização.

O governo promoveu a retirada de garimpeiros do território yanomami, assumiu o cuidado da saúde dessa nação indígena, mas ainda precisa reduzir o desmatamento na Amazônia e no cerrado.

Lula atuou com presteza no socorro às vítimas da catástrofe climática no litoral norte paulista; quebrou o sigilo de 100 anos de documentos oficiais que visavam ocultar desmandos do governo anterior; reabriu a Farmácia Popular; criou o Conselho de Participação Social e o Conselho Político de Coalizão, que reúne 14 siglas partidárias; recriou o Conama, o Consea e o Conselho LGBTQIA+; aprimorou o Minha Casa, Minha Vida com a medida provisória para financiamento de imóveis usados em áreas urbanas e rurais. Com a correção feita pelo governo, o orçamento para compra de merenda escolar passa de R$ 4 bilhões para R$ 5,5 bilhões.

> [...]
>
> O presidente Lula tenta transformar água em vinho ao misturar, no arcabouço, ingredientes que devem resultar em austeridade fiscal com margem para investimentos em políticas sociais (...). Apesar da coalizão partidária que mistura alhos com bugalhos, foi positiva a recriação de grupos de trabalho interministeriais

Na economia, o governo age com transparência malgrado à "tornozeleira eletrônica" da lei complementar 179/2021, que garante autonomia do Banco Central e mantém seu atual presidente, bolsonarista assumido, até o fim de 2024. Este insiste em manter elevada a taxa básica de juros (Selic), apesar do recuo da inflação. Isso trava o crescimento econômico. Lula convocou o apoio da opinião pública ao denunciar a exorbitância da taxa de juros e considerar "uma bobagem" a autonomia do BC. Segundo pesquisa Datafolha de 3 de abril, 80% acham que Lula acerta ao forçar a queda da Selic, e apenas 16% discordam. Por enquanto, o presidente tenta transformar água em vinho ao misturar, no arcabouço, ingredientes que devem resultar em austeridade fiscal com margem para investimentos em políticas sociais.

Agora é desbolsonarizar o governo; desmilitarizar a administração pública; rever a reforma trabalhista de Michel Temer (MDB), fortalecendo a negociação coletiva e os sindicatos; exorcizar o Ministério da Educação da ameaça da gestão empresarial da educação pública e revogar o "novo" ensino médio. E descobrir e punir quem matou Marielle Franco e Anderson Gomes.

Apesar da coalizão partidária que mistura alhos com bugalhos, foi positiva a recriação de grupos de trabalho interministeriais com participação da sociedade civil organizada. Sem educação política do povo e mobilização popular, Lula não vencerá os imensos desafios que o Brasil tem pela frente. E viva a criação do Ministério dos Povos Indígenas!

Desmatamento e pós-desmatamento

Forças da destruição seguem vivas, como bem mostram votações na Câmara

Bruno Vello, Ricardo Abramovay e Marcelo de Medeiros
Cientista político e analista de políticas públicas do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)
Professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP, autor de "Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável" (ed. Elefante) e presidente do Conselho Diretor do Imaflora
Coordenador de políticas públicas do Imaflora

As primeiras indicações de que a política ambiental seria uma das tônicas do novo governo ocorreram ainda antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em 2023, declarações e ações governamentais fizeram do combate ao desmatamento o carro-chefe dessa orientação. Mudanças institucionais nos ministérios, metas de redução do desmatamento e o enfrentamento da crise yanomami reforçam esses sinais.

Mas as forças da destruição seguem vivas, como bem mostram as votações recentes na Câmara, que ampliam as concessões à devastação no Código Florestal e na Lei da Mata Atlântica. O compromisso do novo governo em retomar uma política ambiental efetiva contrasta com o quadro desolador que paralisou a ação pública de combate ao desmatamento.

Mas o reforço do comando e controle, apesar de fundamental, não será capaz de garantir, por si só, o fim da devastação. Para cumprir suas promessas, o governo deverá também adotar iniciativas voltadas a viabilizar uma atuação econômica mais sustentável, tanto nas propriedades agropecuárias quanto nas florestas brasileiras.

Na agropecuária, é preciso popularizar a opção de produtores por técnicas que reduzam as emissões de gases do efeito estufa no campo. Essas técnicas já existem, mas é necessário torná-las acessíveis e atrativas. A premissa básica é que o Plano Safra passe por uma séria revisão, baseada no princípio de que financiamentos e subsídios públicos só devem ser concedidos a práticas socioambientais regenerativas. Também integra essa frente a promoção de soluções de rastreabilidade que permitam comprovar a origem sustentável das commodities agropecuárias.

Já na frente florestal, são necessárias políticas voltadas a garantir alternativas econômicas para a manutenção da floresta em pé. E isso significa atuar em duas áreas. Primeiro, na cadeia de produção madeireira. A totalidade da demanda nacional por madeira pode ser suprida pelo manejo florestal sustentável, mas é preciso ampliar a escala dessa prática a partir de reforços na política de concessões florestais.

> [...]
>
> Para cumprir suas promessas, o governo deverá também adotar iniciativas voltadas a viabilizar uma atuação econômica mais sustentável, tanto nas propriedades agropecuárias quanto nas florestas brasileiras

A segunda área diz respeito à produção extrativista (não madeireira). Aqui, trata-se de implementar políticas voltadas a alavancar a economia da sociobiodiversidade, impulsionando um modelo de desenvolvimento da Amazônia que reconheça e valorize os povos da floresta como guardiões da megabiodiversidade brasileira.

Políticas já existentes, como as que garantem acesso dos produtores a mercados institucionais, têm grande potencial de avanço. Porém, aqui será necessário maior ímpeto criativo do governo, com a formulação e articulação de novas políticas e áreas governamentais que promovam desde o acesso à internet de boa qualidade na própria floresta até soluções de infraestrutura ambientalmente responsáveis.

Em suma, o Brasil e o mundo querem políticas que conduzam à drástica e rápida redução do desmatamento. Mas esse objetivo supõe também uma agenda pós-desmatamento que faça da luta contra a crise climática e a erosão da biodiversidade a base da potência agropecuária e florestal brasileira.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Enferrujado, corrimão do MIS do Rio é considerado irrecuperável pela empresa responsável pela fachada do museu 27.jul.21/Reprodução

Promessa adiada
"Com obra atrasada em dez anos, MIS do Rio enferruja antes de ser inaugurado" (Ilustrada, 9/4). Transforma em prédio residencial e tenta salvar alguma coisa. Isso vai dar prejuízo o resto da vida, como a Cidade das Artes.
Paulo Cury (Rio de Janeiro, RJ)

*

Arquitetura horrorosa, absolutamente desconectada da paisagem e cultura carioca.
Márcio Carneiro de Albuquerque (Carpina, PE)

*

Como disse Caetano Veloso, "aqui tudo parece em construção, mas já é ruína".
Audrey Constant Bruno (Niterói, RJ)

Diplomacia brasileira
"Cem dias do Itamaraty sob Lula têm reconstrução de pontes e prioridades errantes" (Mundo, 9/4). Política externa de soma zero... Nada de concreto, a não ser as ditaduras esperando suas mesadas.
Mauricio Coelho Goiato Goiato (Araçatuba, SP)

*

Cem dias do governo Lula tem um país devastado, um Congresso dominado pela incúria e a barganha pesada.
Vera Queiroz (Rio de Janeiro, RJ)

*

O mundo acena para o Lula. Em três meses encontrou os presidentes português, alemão e americano. Foi saudado pelo francês e pelo premiê japonês.
Armando Moura (São Paulo, SP)

Opinião pública
"Apoio à privatização dá salto e chega a 38% da população, diz Datafolha" (Mercado, 8/4). A privatização entrega ao capital o nosso patrimônio, enfraquece o Estado e o coletivo e fortalece o enriquecimento desenfreado de poucos.
Eliane Freitas (São Paulo, SP)

*

Privatizaram uma refinaria pela metade do preço e ganharam milhões em presentes escondidos. É bom mesmo privatizar?
Marcia Cristina Polon (São Paulo, SP)

*

A ineficiência não é exclusividade das estatais, do contrário não haveria falência na iniciativa privada. O problema é que, se um serviço essencial for privatizado e começar a ter dificuldades financeiras, o governo corre para socorrê-lo. Privatiza-se o lucro e socializa-se o prejuízo.
Guilherme Zambrana Toledo (São Bernardo do Campo, SP)

*

Não é bem caso de privatização, mas quando empresas entram em áreas tipicamente estatais como saúde pública, revelam-se sérias distorções. A saúde complementar é um exemplo.
Celso Augusto Coccaro Filho (São Paulo, SP)

Tradição pascal
"Bacalhau: de comida de pobre ao luxo na Semana Santa" (Cozinha Bruta, 7/4). Também espio pelo lado de fora, dando muita risada, a corrida desenfreada pelos ovos de chocolate elaborados sem chocolate.
Teresa Cardoso (Brasília, DF)

Campeão paulista
"Meninos dão ao Palmeiras o título paulista" (Esporte, 10/4). Fundamental que os atletas façam muita musculação para os membros superiores, pois a quantidade de taças que esse time ganha é incontável. Avanti!
David Falango (Ribeirão Preto, SP)

Execução pública
"Como surgiu a crucificação, o mais 'cruel e aterrorizante' dos castigos" (Mundo, 8/4). Sendo a crucificação uma das modalidades de morte mais cruéis não é, porém, a mais cruel possível. O que a santa inquisição fazia com hereges e blasfemos consegue superar essa crueldade.
Maria de Felipe Martinez (Brasília, DF)

Elio Gaspari
"Inelegibilidade de Bolsonaro será teste de qualidade para Kassio" (Opinião, 8/4). Como se um ministro do STF devesse algo para alguém. Para o bem ou para o mal essas 11 autoridades são inatingíveis e alheias a qualquer tipo de fiscalização ou escrutínio.
Rodrigo Cabral (São Paulo, SP)

*

A lei existe para ser cumprida. Bolsonaro não apenas deverá tornar-se inelegível, pela estratosférica soma de delitos cometidos, como ser preso por umas boas décadas, até que se faça justiça a seus crimes.
Jose Olinda Braga (Forteleza, CE)

Começo paulista
"Tarcísio equilibra papéis e persegue marcas em 100 dias de governo" Política, 8/4). O pessoal da esquerda é previsível. Atacam o governador apenas porque sabem que ele está indo bem e pode vir a ser um obstáculo às pretensões futuras do PT.
Max Morel (São Paulo, SP)

*

Tarcísio viaja para Londres e Paris e deixa o estado abandonado. Tarcísio não fez nada até agora. Nada. Só estudos para privatizações.
Maria F Luporini (Campinas, SP)

Discriminação
"Sem perceber, Muniz Sodré endossa racismo estrutural que tenta negar" (Ilustríssima, 8/4). Talvez o conflito é encaixar que tipo de racismo é. Mas o que não se nega é a sua existência.
Elismar Meira Pereira (Extrema, MG)

*

Numa coisa eu concordo com os autores. "Institucional" é mais claro e compreensível do que "estrutural". Não requer análises epismológicas nem o recurso a Levi-Strauss para que a plebe sem diploma, como eu, capte o conceito.
Ernesto Dias Júnior (Santo André, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (6.ABR, PÁG. B1) Diferentemente do afirmado na reportagem "Ataque contra creche deixa quatro crianças mortas em Blumenau (SC)", Bruno Bridi é pai de Bernardo Cunha Machado, 5, e não de Bernardo Pabst da Cunha, 4. O sobrenome Pabst também foi grafado incorretamente como Pabest.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Patota

Criada no apagar das luzes do governo Jair Bolsonaro (PL) e recém-revogada por Lula, a Ordem Princesa Isabel homenageou em sua maioria políticos, religiosos e ativistas vinculados ideologicamente à gestão anterior. Na lista de 120 pessoas agraciadas em dezembro estão ex-ministros como Marcelo Queiroga (Saúde), Anderson Torres (Justiça) e Damares Alves (Direitos Humanos) e deputados federais bolsonaristas como Bia Kicis (PL-DF), Osmar Terra (MDB-RS) e Soraya Santos (PL-RJ).

TURMINHA A relação tem ainda pessoas e entidades conservadoras, como as igrejas evangélicas Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular e Sara Nossa Terra. Há também empresários próximos ao bolsonarismo, como Elie Horn, além de policiais. O próprio Bolsonaro e a ex-primeira-dama, Michelle, foram agraciados. No governo Lula, a ordem dará lugar a uma medalha honrando o abolicionista negro Luiz Gama.

NA MALA A viagem de Lula à China terá um vasto cardápio de anúncios envolvendo empresas brasileiras. Entre eles, a venda de 20 aeronaves da Embraer, a assinatura de acordo entre Suzano e a chinesa Cosco para construir 17 navios de transporte de celulose e a compra de 280 caminhões elétricos da chinesa JAC pela Seara.

MIRANDO... Com a primeira indicação de Lula para o STF praticamente definida para seu advogado, Cristiano Zanin, nomes começam a ser mencionados para a vaga que será aberta com a aposentadoria de Rosa Weber, em outubro. Há uma expectativa de que o presidente indique uma mulher, embora ele tenha se recusado a se comprometer com isso.

...LONGE Algumas das mulheres citadas no meio jurídico são a ministra do STJ Regina Helena Costa, a juíza federal Simone Schreiber, as advogadas Dora Cavalcanti, Flavia Rahal, Carol Proner e Vera Araújo e a professora Lucineia Rosa dos Santos —as duas últimas são negras, o que pode atender ao movimento para uma nomeação que contemple a questão racial.

CIMENTO As trocas recentes feitas pelo prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), em sua comunicação refletem uma mudança na estratégia de construção de sua imagem para a campanha à reeleição. Até há pouco tempo ele apostava na ideia de se apresentar como uma "tela em branco", sem vinculações com o bolsonarismo ou a esquerda. Agora, quer ser visto como tocador de obras.

ARGILA Desde o início do ano, Nunes trocou o publicitário Felipe Soutello, próximo da cúpula do MDB, por Duda Lima, que fez a campanha de TV de Jair Bolsonaro. Na Secretaria de Comunicação, Marcus Sinval deu lugar a Marcello D'Angelo. A prioridade é ser visto como um prefeito da prática, e não do discurso, um contraponto a Guilherme Boulos (PSOL).

TORNEIRA O presidente da Sabesp, André Salcedo, comprometeu-se com medidas para corrigir problemas relacionados ao fornecimento de água em regiões periféricas de SP. Um deles é a cobrança de tarifas de esgoto de pessoas que moram em casas sem ligação à rede coletora na capital. A promessa foi feita em reunião com a deputada Tabata Amaral (PSB), que é pré-candidata a prefeita de SP.

MONEY O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, será um dos palestrantes da Lide Brazil Conference, em 21 de abril, em Londres. O evento é organizado pela entidade criada pelo ex-governador de SP João Doria. Haverá na plateia cerca de 250 empresários e dirigentes de bancos, de instituições como Bradesco, Itaú, Safra, BTG, Master e Pátria.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	**Digital Ilimitado**	**Digital Premium**
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa** seg. a sáb.	dom.	**Assinatura semestral*** Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Tarcísio é aprovado por 44% e reprovado por 11% após 3 meses em São Paulo

Segundo Datafolha, governo é considerado regular por 39%; para 45%, ex-ministro de Jair Bolsonaro fez menos do que o esperado

Joelmir Tavares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem sua gestão em São Paulo avaliada como ótima ou boa por 44% da população e como regular por 39%, enquanto 11% consideram seu desempenho ruim ou péssimo, de acordo com pesquisa Datafolha feita após três meses de mandato.

O levantamento traz também resultados menos confortáveis para o carioca que chegou ao Palácio dos Bandeirantes com o apoio do então presidente Jair Bolsonaro (PL), quebrando a hegemonia de quase 30 anos do PSDB no comando estadual, e que é apontado como presidenciável para 2026.

Uma parcela de 45% dos paulistas acha que Tarcísio fez pelo estado menos do que eles esperavam. O grupo é maior do que o de entrevistados que pensam que ele realizou exatamente o que era previsto nesse período (37%). Para 12%, o chefe do Executivo superou expectativas e fez mais do que o esperado.

O instituto ouviu 1.806 pessoas de 16 anos ou mais, em 65 municípios paulistas. Foram entrevistas presenciais, de segunda (3) a quarta-feira (5). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Tarcísio, que venceu as eleições no segundo turno com 55,2% dos votos válidos, ante 44,7% de Fernando Haddad (PT), preservou o capital político no interior, onde superou o aliado do presidente Lula (PT).

De acordo com o Datafolha, a aprovação no interior chega a 47%, enquanto na área metropolitana fica em 41%. As taxas dos que veem o governo como regular são de 36% e 42%, respectivamente. O interior representa 54% do total da amostra da pesquisa e a região metropolitana corresponde a 46%.

Buscando se firmar como um representante da direita moderada, com esforços para se distanciar do extremismo bolsonarista, Tarcísio chega aos cem dias de governo nesta segunda-feira (10).

Nesse período, tentou se equilibrar com acenos à base conservadora que o elegeu e evitou atritos com a esquerda, conquistando certa trégua ao abrir diálogo com Lula e pregar uma relação republicana.

O governo do presidente foi avaliado como ótimo/bom por 38% dos brasileiros, regular por 30% e ruim/péssimo por 29% na pesquisa nacional feita pelo Datafolha na semana anterior, após três meses de mandato.

Mesmo entre eleitores que declaram ter votado no segundo turno em Haddad, o atual ministro da Fazenda de Lula, 33% reconhecem a gestão de Tarcísio como ótima ou boa (17% a julgam como ruim ou péssima).

Embora metade (53%) dos que votaram no petista achem que o governador fez pelo estado menos do que o esperado, 31% pensam que os gestos dele correspondem à expectativa que tinham. Outros 9% dão o braço a torcer e dizem que o rival no pleito de 2022 fez mais do que esperavam.

O otimismo, naturalmente, tem taxas superiores entre os que preferiram as urnas o ex-ministro de Bolsonaro. No grupo de simpatizantes, o índice dos que reputam o governo como ótimo/bom bate 60%.

O Datafolha também comparou Tarcísio com outros governadores que foram tema de pesquisa do instituto após duração semelhante de mandato. A mais recente foi em 2011, sobre o trabalho de Geraldo Alckmin, à época no PSDB e ainda longe de migrar para o PSB e virar vice de Lula.

Com seus 44% de ótimo/bom, o atual titular do Bandeirantes tem patamar inferior ao de Alckmin (48%), mas superior aos 39% obtidos por José Serra (PSDB) em 2007.

Tarcísio, com 11%, possui nível de ruim/péssimo similar ao da lista de antecessores, que inclui Mario Covas (PSDB).

O antecessor João Doria, que em 2022 renunciou e foi substituído pelo então vice Rodrigo Garcia, não teve a gestão escrutinada pelo Datafolha no primeiro trimestre de 2019.

Distante do estilo pirotécnico de Doria, Tarcísio manteve no cargo postura comedida. O momento de maior visibilidade talvez tenha sido durante o socorro ao litoral norte após as tempestades que deixaram 65 mortos, em dobradinha com Lula na articulação de medidas emergenciais.

Ele também ganhou projeção ao dar marteladas no leilão do trecho norte do Rodoanel, licitação tratada pelo governo como um de seus principais feitos até aqui. Na internet, após viralizar, a cena dividiu opiniões, com detratores classificando o vigoroso gesto como sinal de desequilíbrio.

Na análise por segmentos, as taxas de aprovação a Tarcísio se destacam em estratos que tendem a apoiar o padrinho político do governador.

Com 44% de ótimo/bom na média, o governo tem 46% entre homens, 53% entre pessoas com 45 anos ou mais, 56% entre pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos e 86% entre simpatizantes do PL, partido de Bolsonaro.

+ MAIORIA ACHA QUE PROMESSAS NÃO SERÃO CUMPRIDAS

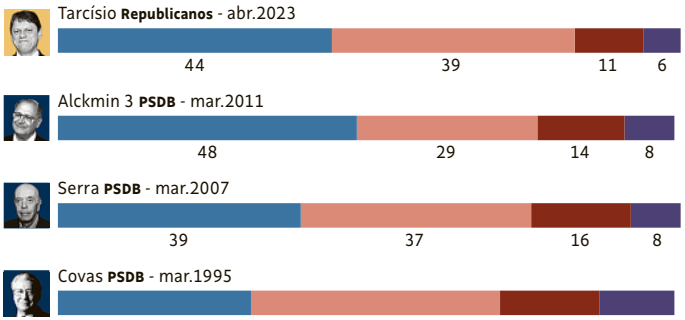
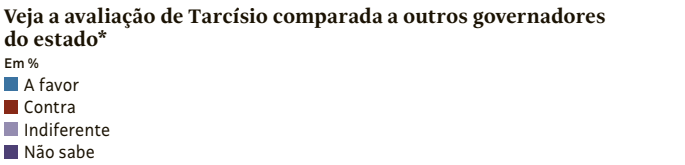
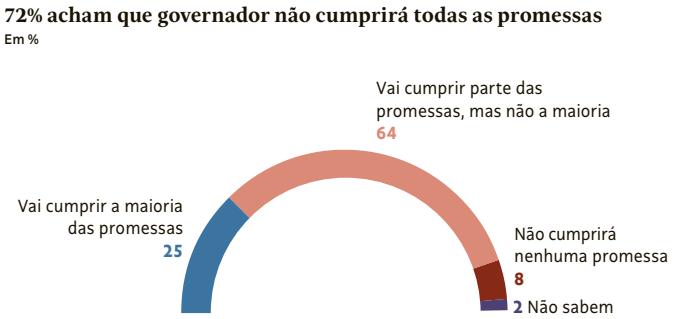
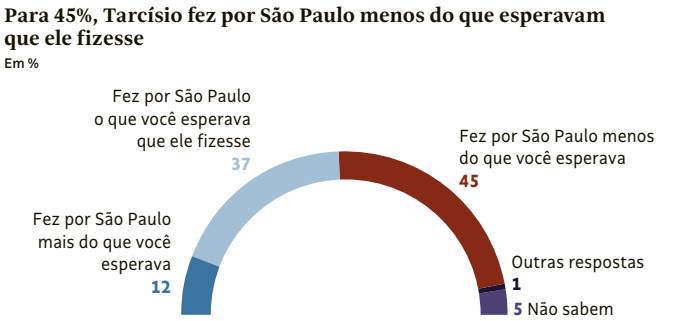
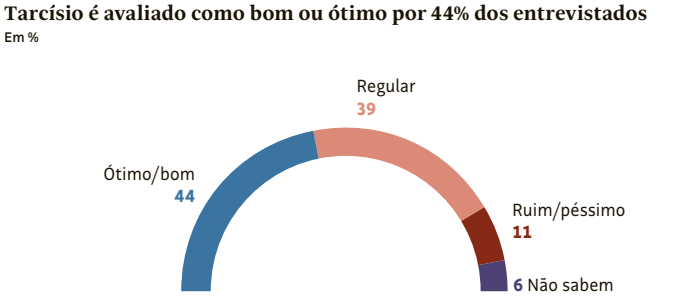
A capacidade de Tarcísio de cumprir o que prometeu é colocada em xeque por 7 em 10 moradores de SP, segundo o Datafolha. Para 64% dos entrevistados, ele realizará a maior parte delas, mas não tudo; 8% pensam que nada será efetivado. Para 25%, ele honrará a maioria dos compromissos.

Avaliação do governo Tarcísio após três meses de mandato

Tarcísio é avaliado como bom ou ótimo por 44% dos entrevistados
Em %

Para 45%, Tarcísio fez por São Paulo menos do que esperavam que ele fizesse
Em %

72% acham que governador não cumprirá todas as promessas
Em %

Veja a avaliação de Tarcísio comparada a outros governadores do estado*
Em %

* Não houve pesquisa Datafolha no início do mandato de João Doria (PSDB)
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 1.806 pessoas de 16 anos ou mais em 65 municípios do estado de São Paulo entre os dias 3 e 5.abr; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

política

O presidente Lula no Palácio do Planalto durante cerimônia de apresentação dos oficiais generais recém-promovidos Gabriela Biló-4.abr.23/Folhapress

Lula 3 completa 100 dias e é cobrado por marca de governo e mais rapidez

Aliados se queixam de entraves para projetos; gestão fala em reconstrução após Bolsonaro

Catia Seabra e Julia Chaib

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) completa cem dias nesta segunda (10) sob críticas de aliados, que reclamam de entraves para deslanchar projetos e da falta de uma nova marca ao terceiro mandato do petista.

Até então, apontam ministros e parlamentares que apoiam Lula, o governo reciclou programas antigos e foi palco de embates entre expoentes da equipe ministerial, que se desentenderam publicamente sobre o lançamento de propostas do governo.

Auxiliares do presidente afirmam que o slogan do governo é "União e Reconstrução", o que justifica o relançamento de iniciativas de gestões anteriores, como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, retomado no lugar do Auxílio Brasil, e que eles voltaram turbinados.

Alegam que houve retrocesso no governo Jair Bolsonaro e que a fome recrudesceu no país.

Esses colaboradores de Lula dizem que os últimos meses foram para "arrumar a casa" e que novos projetos serão lançados depois dos cem dias. Segundo integrantes do núcleo de governo, nesta segunda, por exemplo, Lula terá reunião com ministros em que reforçará o que já foi anunciado, mas não deve ser apresentada novidade.

Parlamentares e até ministros, porém, apontam demora excessiva para colocar a máquina federal para trabalhar. A reclamação é que ainda há cargos vagos a preencher e que pouca verba foi desembolsada. Essa morosidade é apontada por integrantes do Congresso como elemento da dificuldade do governo para formar uma base de apoio.

Apesar da justificativa sobre a falta de uma nova marca com a ideia de que o slogan do governo é de reconstrução, o próprio Lula tem expressado ansiedade. Na semana passada, ele cobrou de ministros agilidade na entrega de projetos e ampla divulgação dos programas na execução.

A própria centralização das decisões pelo presidente e pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, é apontada como um dos fatores que geram demora na execução de tarefas.

Em mais de uma ocasião, Lula fez questão de reforçar publicamente que todas as políticas do governo precisam passar pelo seu aval e da pasta. Em uma delas, disse ser importante que nenhum ministro anuncie "genialidades" sem o crivo do Planalto.

As declarações foram dadas como forma de reprimenda do presidente a seus auxiliares. Nesses meses, por exemplo, já houve ao menos dois casos de chefes de pastas relevantes que anunciaram programas, que não foram lançados e, pior, que foram desautorizados pelo presidente.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, chegou a divulgar intenção do governo de fechar acordo com companhias aéreas para vender passagens a R$ 200 por trecho a aposentados, estudantes e servidores. Após o episódio, tanto o ministro da Casa Civil como Lula o desautorizaram.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, anunciou, por sua vez, redução da taxa de juros dos empréstimos consignados concedidos a aposentados e teve que recuar.

Integrantes do Palácio do Planalto avaliam que esse tipo de atitude gera ruído desnecessário do governo com o mercado e o Congresso, pouco ajudando na governabilidade.

O fato de o ministério ser composto em grande parte por ex-governadores e potenciais candidatos a cargos eletivos em 2026 é também apontado como uma fonte de inquietação interna.

Do total de 37 ministros, 8 já ocuparam função de governador. Integrantes do governo apontam que eles estavam acostumados a ter a palavra final sobre as decisões que tomavam. Agora, porém, precisam esperar aval da Casa Civil.

Isso gera, na avaliação de aliados de Lula, ansiedade nos titulares das pastas por não verem seus programas avançarem na rapidez que desejam.

A Esplanada de Lula abriga ao menos quatro potenciais presidenciáveis para 2026: Rui Costa, Geraldo Alckmin (Indústria e Comércio), Simone Tebet (Planejamento) e Fernando Haddad (Fazenda) são considerados pré-candidatos desde a campanha passada.

Costa e Haddad, titulares das duas principais pastas, já protagonizaram ao menos dois momentos de entrevero nesses cem dias. Um deles sobre a política de desoneração dos combustíveis.

Na primeira fase, em janeiro, Costa saiu vitorioso e conseguiu segurar a reoneração por 60 dias. Na segunda, em fevereiro, Haddad teve uma vitória parcial, conseguindo garantir a tributação.

Depois, ambos voltaram a se desentender, desta vez a respeito do marco fiscal. Haddad não mostrou a proposta antecipadamente ao ministro da Casa Civil, alegando, nos bastidores, temor de vazamento. Em seguida, Rui Costa pediu tempo para analisar o projeto.

O incômodo ficou tão evidente no governo que os dois tiveram de fazer um encontro e divulgá-lo como forma de mostrar que haviam selado a paz.

As divergências entre Costa e Haddad são tratadas como diferenças históricas entre as chamadas alas política e econômica, porém agravadas pelo fato de eles serem potenciais candidatos à Presidência.

Se ele próprio não disputar a reeleição em 2026, Lula definirá o nome a ser endossado —e, até lá, aliados temem embates por protagonismo.

Integrantes do governo e do Congresso reclamam da demora nas nomeações. O processo para formalizar uma contratação passa por análise da Casa Civil, da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e da Secretaria de Relações Institucionais.

As análises são sobre o passado jurídico, criminal, profissional e político da pessoa, o que acaba alongando o processo.

O próprio Lula pediu cautela nas nomeações e quer evitar que apoiadores ferrenhos de Bolsonaro ocupem cargos considerados chaves. Mas, sem as nomeações, bolsonaristas persistem na Esplanada.

No Congresso, a projeção também é de dificuldades. Hoje, na Câmara principalmente, o governo não tem uma base própria e está a reboque de aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A partir da metade de abril, o Planalto tentará aprovar o novo marco fiscal, apresentado por Haddad. O projeto, embora elogiado pelo mercado, enfrenta resistência no PT. A tendência é que seja aprovado porque será relatado por um aliado de Lira, mas que o texto final a ser aprovado não será exatamente o enviado..

Petista, aliados e rivais ganham tempo nos 3 meses de gestão

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Os primeiros 100 dias do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram marcados por um jogo calculado de espera. O presidente, seus aliados e rivais aproveitaram fatores exógenos para ganhar tempo enquanto o mundo político se realinha.

O principal desses bólidos a atingir a realidade foi, claro, a catarse golpista do dia 8 de janeiro. Reverberando até agora, a depredação das sedes dos três Poderes teve impacto muito mais positivo do que negativo para a largada do governo.

Até a entrada em cena do novo Congresso, em fevereiro, só se discutiu o episódio. A polarização com Jair Bolsonaro (PL) foi exacerbada, o que conversa com a estratégia de Lula de manter o país cindido o máximo possível.

O ex-presidente também presenteou Lula com uma terra arrasada que fez boas intenções, como a retomada da agenda do clima, da discussão de direitos humanos e de uma política externa ativa, parecerem obras grandiosas. Antigas marcas foram tiradas da prateleira, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

Política é simbologia, afinal. Não por acaso, quando o Datafolha questionou eleitores no fim de março acerca dos acertos de Lula, política indigenista (cortesia da visibilidade da crise yanomami), combate à miséria (a marca central do petista) e cultura (ministério recriado) apareceram como destaques.

No item mais mal avaliado pelo eleitorado, a economia, jogou-se parado enquanto é montado o que interessa na prática, o novo arcabouço fiscal apresentado no fim de março. Aqui, cumpre ressaltar o papel desempenhado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele tem sido instrumental naquilo que líderes aliados têm apelidado, de forma jocosa, de momento Ricardo Salles do governo. É referência ao ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro gravado dizendo que era bom aproveitar a pandemia para "passar a boiada" da desregulamentação em sua área.

Isso porque, nessa visão, Lula tem soltado o verbo e arranjado polêmicas, além de manter uma forte retórica esquerdista, enquanto Haddad seria o responsável por medidas que nunca encontrariam abrigo na base de apoio do presidente.

Embora ninguém no mercado leve pelo valor de face o ajuste fiscal proposto, ele é no papel ainda mais duro do que o empreendido por Lula em seu primeiro mandato, quando beijou a cruz da Faria Lima. Agora, isso não irá acontecer, mas, como diz um desses aliados, "alguns bois vão acabar passando", poupando a imagem presidencial.

É algo ainda a ser aferido. Certo é que esses aliados de Lula, assim como seus rivais, aproveitam o ponto morto pós-8/1 para se reorganizar.

O Congresso perdeu a quase onipotência que tinha quando Bolsonaro entregou os anéis para salvar seu governo, em 2021, simbolizada pelas emendas de relator. Lula equilibrou parte desse jogo, mas não se espera uma volta do tempo em que o Parlamento era um puxadinho do Executivo.

Nesse contexto, há uma nova concentração de atores. Hoje há, grosso modo, quatro grupos principais no Congresso, bastante visíveis no desenho que a formação do bloco PSD-MDB-Republicanos-Podemos-PSC na Câmara mostrou.

Esse novo polo quebrou o centrão tradicional, retirando o Republicanos da esfera do PL e do PP. A adesão desses ex-bolsonaristas ainda precisará ser provada em votações. É um grupo governista, com ministérios, mas que não carregará caixão nenhum à vala em caso de desastre na economia. De quebra, controla o Senado com Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Olhando à frente, o bloco tem um projeto de liderar a centro-direita e encarná-la no governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sob o comando ideológico de Gilberto Kassab (PSD). Se dará certo, é insondável agora.

Mas a oposição bolsonarista na Câmara ficou definida no núcleo de 148 deputados do PL e do PP, que também pode ter flutuação, enquanto a esquerda 100% Lula soma cerca de 140. O restante dos 513 votos parece destinado as serem controlados pelo presidente da Casa, Arthur Lira, que apesar de ser do PP exala poder próprio.

Esses números, claro, são ilusórios, pois dependem de acertos pontuais e pendulares, como no caso da União Brasil e sua suculenta bancada de 59 deputados. As temáticas contam: é um Congresso conservador, então não se espera arroubos ditos progressistas de Lula, e sim o foco na economia.

Assim, o petista tem uma base de Schrödinger, brincando com a abstração da física quântica que propõe que um gato que pode estar vivo e morto ao mesmo tempo. A régua disso deverá ser pontual.

O compasso de espera foi benéfico a todos —até porque Congresso algum se rebela abertamente com três meses de governo. A aprovação vista como mediana de Lula no Datafolha, 38%, e a necessidade de alguma previsibilidade após o caos de Bolsonaro no poder, parecem embasar isso.

Na oposição, a volta do ex-presidente ao Brasil foi um fracasso de crítica e público, mas isso diz pouco para o longo prazo. Embora ele não tenha o DNA de liderar nada e esteja se preocupando com seus rolos judiciais, ainda tem voto. As eleições municipais do ano que vem serão o termômetro disso.

Institucionalmente, Lula teve sucesso. Ele usou bem o crédito que o caos do 8/1 lhe deu e, mesmo sem nunca cumprir a promessa de uma frente ampla, algo que sempre foi só para fins de chutar Bolsonaro do Planalto mesmo, logrou relaxar as tensões nesse meses.

Um bom exemplo é a relação com os militares, marcada por uma terapia de choque quando demitiu o comandante do Exército por bolsonarismo tardio, o grande efeito negativo do 8/1 para o governo. Não que o poder civil tenha enfim se interessado pelo fardado, mas o apaziguamento de José Múcio (Defesa), calcado na dicotomia deferência-verbas que deu certo no passado, está em curso.

Aliados e rivais concordam que a verborragia esquerdista de Lula está descalibrada, mesmo que sirva para passar alguns bois. Episódios como a sugestão de que o plano para matar Sergio Moro era uma armação repercutiram mal, mas também não mudaram planos.

A somatória desses fatores mostra um Lula sem muita gordura própria para queimar, mas contando com um cenário até aqui relativamente benigno, ainda que por interesses díspares.

‘Motor democrático’ e minorias são vistos como avanços em 100 dias

Comparação com tempos de Bolsonaro favorece Lula, mas há queixas e cobrança por mais espaço

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu a faixa presidencial, cem dias atrás, das mãos de Raoni, um cacique nonagenário, uma criança de dez anos, uma catadora de lixo, um professor, um artesão, um metalúrgico, uma cozinheira e um influencer da luta anticapacitista.

A recusa de Jair Bolsonaro (PL) em lhe transmitir o cargo foi lida, na época, como uma oportunidade de acenar para a superação de tempos soturnos para minorias e a própria democracia brasileira.

Especialistas e ativistas que operam no campo democrático são unânimes em dizer que o pior ficou para trás. Não que fosse uma tarefa hercúlea, tendo como antecessor um rival que, na campanha, sintetizou em uma fala o que pensa sobre o tema: “Porra... Aonde nós iremos? Cedendo para as minorias... As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias. As minorias têm que se adequar”.

Mas, se a comparação com Bolsonaro deixa o petista bem na fita, cobranças por inação e mais espaço também deram as caras nesta sua terceira encarnação no Planalto.

Também causa ruído Lula defender a democracia no Brasil enquanto é no mínimo leniente com ditaduras de velhos camaradas da esquerda, da Venezuela à Nicarágua.

Para começo de conversa, é preciso considerar que a administração anterior “fez terra arrasada na democracia e nas convenções mínimas de civilidade”, afirma o professor de direito constitucional da USP Conrado Hübner Mendes, colunista da **Folha**.

Bolsonaro, segundo Conrado, deixou um Estado desossado e exigiu que instituições assumissem um lado, como as Forças Armadas e policiais. Inverteu valores institucionais ao pôr alguém que desacreditava o racismo à frente do órgão destinado a combatê-lo, um negacionista climático no Ministério do Meio Ambiente, um militar e depois um médico que minimizou a pandemia na Saúde.

“Foram anos em que professores, jornalistas e a sociedade civil foram tratados como inimigos de um projeto político de embrutecimento.” Coube a Lula nesta largada, diz, “tentar religar o motor democrático”.

O petista deu “passos enormes” até aqui, diz, mas precisa evitar tropeços. “O governo terá a atribuição de fazer três grandes nomeações neste ano: duas ao Supremo Tribunal Federal e uma à Procuradoria-Geral da República. Será fundamental não morder a isca de que todos os problemas do sistema de Justiça se reduzem à estúpida dicotomia do ‘lava-jatismo X antilava-jatismo’.”

O professor de ciência política da UFMG Cristiano Rodrigues equipara o governo com o que o MDB liderou na Constituinte, enterrada a ditadura militar. São papéis similares: “Pavimentar o caminho para que voltemos a fortalecer as instituições”.

“A democracia brasileira chegou a um ponto próximo da ruptura entre a eleição e o 8 de janeiro”, diz Leonardo Avritzer, seu colega na ciência política da universidade mineira. Aconteceu quando Bolsonaro não admitiu a derrota eleitoral, quando seu PL tentou em vão a via judicial para anular votos e, como grand finale, os ataques em Brasília.

Ponto para Lula aqui, afirma Rodrigues. Primeiro porque ele busca um maior diálogo entre os três Poderes, após quatro anos de pugilato entre o Judiciário e Bolsonaro.

Segundo porque, sob seu governo, imprensa e opinião pública têm mais espaço para “debates que vão além de ‘vai ou não ter golpe’”.

E as discussões vieram em várias áreas, como gênero e raça. Lula bateu o recorde ao anunciar 11 mulheres na Esplanada —Bolsonaro começou seu governo com duas. Mas 11 não é nem um terço dos ministérios, lembraram críticos e aliados. O mesmo com a presença de negros, aquém da igualdade almejada.

O presidente vem sendo instado, agora, a diversificar um STF quase todo branco e masculino. Mas já sinalizou predileção por seu advogado Cristiano Zanin, homem branco, na próxima vaga.

Professor da USP e presidente da Radiobrás na primeira gestão lulista, Eugênio Bucci aponta “bons sinais, mas ainda vagos”, na comunicação.

Elogia “o compromisso claro de combater a desinformação, a volta de um convívio civilizado com a imprensa e um projeto de organização republicana da EBC”, a mídia estatal, “palco de propaganda autoritária” sob o jugo bolsonarista.

Ainda falta clareza, contudo. “Bem sabemos que a mesma vagueza se observa em outras áreas. No setor do meio ambiente, por exemplo, não há fiscalização instalada para fazer frente ao desmatamento. Esse atraso é compreensível, uma vez que a máquina pública ainda está destroçada.”

Bucci propõe que a Presidência retome um porta-voz oficial, “que livraria o presidente de ter que dar declarações demasiadas sobre todos os assuntos e mais um pouco”.

Uma das derrapagens mais mal avaliadas de Lula, mesmo entre aliados, envolve Sergio Moro, que enquanto juiz o enquadrou na Lava Jato, depois virou ministro bolsonarista e hoje é senador pela União Brasil-PR.

O petista disse em março que, quando estava preso, deu-se a meta de “foder esse Moro”. Adicionou lenha à fogueira ao sugerir que o plano do PCC de atacar o ex-magistrado, revelado pela Polícia Federal, era “uma armação” do próprio. Fake news.

“Se houver persistência em ‘ressuscitar’ o Moro, o governo pode ser visto como revanchista”, diz Rodrigues.

Representantes de minorias convergem ao dizer que com Lula estão a anos-luz do rebuliço bolsonarista, embora cobrem mais orçamento e representatividade.

Saiu um presidente que chegou a dizer que “nem para procriador” um quilombola servia, entra outro que nomeia Anielle Franco, irmã da vereadora assassinada Marielle, para a Igualdade Racial.

Lula também editou decreto para que negros ocupem ao menos 30% dos cargos de confiança no governo e derrubou uma medida de Bolsonaro que barrava homenagem oficial a negros vivos, como Gilberto Gil. Também revogou portaria de 2022 que dificultava o reconhecimento dos quilombos no Brasil.

“Seremos incansáveis até que todas as famílias negras possam ter direito à terra, à sua memória, ao seu sagrado e ao seu futuro”, diz Anielle.

Ativistas, contudo, querem mais representação nas esferas do poder. Como no STF. O subfinanciamento de pastas voltadas a minorias, ressaltam especialistas, já era um problema em gestões passadas do PT e por ora se repete.

Presidente da Aliança Nacional LGBTQIA+, Toni Reis comemora a recriação de um conselho federal para o campo. “A empatia voltou.” Renato Viterbo, vice-presidente da Parada do Orgulho LGBT+, vê disposição do governo, mas fala em “sanar o problema da falta de funcionários” em órgãos que zelam pela diversidade.

Valtin Parakanã, líder indígena, diz que “Lula está fazendo muita coisa boa para a gente”, como criar o Ministério dos Povos Indígenas e pôr um deles para presidir a Funai. Mas ainda “não está 100%”. “Nossa terra continua invadida por garimpeiro, grileiro.”

Outra esfera insatisfeita com os anos Bolsonaro celebrou o retorno do Brasil ao Pacto Global de Migrações da ONU, abandonado em 2019, medida que horrorizou quem defende imigrantes e refugiados.

Lula herdou uma fila de pedidos de refúgio, reflexo também de turbulências internacionais. Em 2010, no apagar do segundo mandato, 619 pessoas solicitaram refúgio no país. Em 2022, eram mais de 40 mil.

Posse de Lula; com a recusa de Bolsonaro, petista recebeu a faixa de grupos minorizados Pedro Ladeira - 1.jan.23/Folhapress

Posse da ministra Anielle Franco na Igualdade Racial, em janeiro Gabriela Biló - 11.jan.23/Folhapress

> “Sabemos que a mesma vagueza se observa em outras áreas. No setor do meio ambiente, por exemplo, não há fiscalização instalada para fazer frente ao desmatamento. Esse atraso é compreensível, uma vez que a máquina pública ainda está destroçada
>
> **Eugênio Bucci**
> Professor da USP

Despolitizar Forças Armadas é utopia, dizem especialistas

Não será da noite para o dia que Lula vai resolver anos de desgaste com os militares, animosidade nutrida com esmero pelo bolsonarismo. Especialistas dizem que a despolitização das Forças Armadas é um projeto de longo prazo. “Até mesmo uma utopia”, afirma a cientista política Ana Penido, pesquisadora do Grupo de Estudos em Segurança e Defesa Internacional na Unicamp.

Na primeira centena de dias do novo mandato, o petista viveu um morde-e-assopra com a categoria. Não foram poucas as medidas que esticaram a corda com os fardados, como a recente de pedir ao Congresso que retire um projeto de lei sobre isentar militares e policiais de punição se cometessem excessos durante operações de garantia da lei e da ordem (GLO). Uma promessa de campanha feita em 2018 por Jair Bolsonaro.

O governo não tinha nem um mês quando Lula demitiu o então comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda, em meio a uma crise de confiança aberta após os ataques antidemocráticos em 8 de janeiro. Trocou-o pelo general Tomás Paiva.

Quatro dias após a depredação, o presidente declarou que as Forças Armadas não são “poder moderador como pensam que são” e expôs a convicção de que policiais e militares deixaram os manifestantes golpistas invadirem o Palácio do Planalto.

“São instituições grandes, tradicionais e conservadoras”, afirma Penido. “Lula investiu na desmilitarização do governo, o que já um grande desafio, dada a situação anterior.”

Vem obtendo sucesso em algumas áreas, como a ambiental e a indígena, segundo a especialista na área militar. Em outras, como a política de inteligência ou de defesa, o trabalho apenas começa. “Ele tem nas mãos a oportunidade de convocar uma conferência nacional de defesa, a exemplo de outras políticas públicas. Diante da catástrofe político-militar do governo anterior, vai ser preciso paciência e ousadia. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, diz ela.

Para Adriana Marques, professora da UFRJ especializada na área de defesa, é preciso levar em conta que “o governo começa de um patamar muito ruim”, longe do que foram os dois primeiros mandatos de Lula. “Estamos saindo de uma situação de erosão democrática há uma década.”

Bolsonaro aparelhou o Estado com militares de forma inédita desde a redemocratização, e despolitizar as Forças é um desafio de fato, segundo Marques. Ela prefere não falar em “pacificação”, porque “a relação deve ser de subordinação ao regime democrático, as Forças não têm que ter opinião sobre o regime”.

De grão em grão

Políticas de efeito lento capturam menos paixões do que disputa por símbolos

Angela Alonso
Professora de sociologia da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

A celeuma em torno da medalha é mais uma herdada do defunto governo. E não é besta, disputa quem são os heróis nacionais. Bolsonaro mostrou por A + B que símbolo pátrio não é coisa pouca.

Faz toda a diferença para uma criança comemorar a abolição na escola como graça de princesa ou obra de movimento social com lideranças negras —André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama— nas quais se mirar.

No atacadão do passado brasileiro tem de tudo, de plebeus a quase-rainhas, é conforme o lampião que se adota no presente que se iluminam (ou se ensombrecem) um ou outro personagem da mesma história nacional.

Há, assim, uma política dos símbolos, longe de irrelevante. E não é feita apenas de comendas e bandeiras. Está nos livros e nos filmes. Cada vez mais negros escrevem sobre sua experiência, a de seus antepassados e a de seus contemporâneos, diversificando os retratos da sociedade brasileira. Um exemplo notável é "Marte 1", de Gabriel Martins.

O personagem principal recusa a surrada via da ascensão social para os negros, o esporte, e se obstina em seguir uma carreira de elite, a da ciência. Disputa o futuro. Já "Malês", longa de Antônio Pitanga, disputa o passado. "Não faço um filme sobre negros vitimados", disse em entrevista. Nem busca acurácia histórica. Visa criar um panteão de heróis brasileiros negros.

A guerra simbólica importa. Mas não é o único plano no qual campeia o conflito. As políticas de governo são parte dele. As de efeito lento e resultados plenos no longo prazo capturam menos as paixões do que a contenda por símbolos, mas são atos miúdos acumulados numa direção que desenham o futuro.

É o caso da instituição de cotas para o funcionalismo público. O governo atual deu guinada radical em relação ao antecessor. Recriou a Secretaria de Igualdade Racial e pôs nela a irmã de Marielle Franco —ressaltou, assim, mais um símbolo— que montou equipe com pesquisadores, em maioria, negros.

Anielle Franco está sendo reconhecida internacionalmente, inclusive pela Time —outro espaço simbólico—, mas as ações práticas que tem deslanchado não ganharam o mesmo destaque.

E uma delas é potente porque impõe mudança dentro do Estado. Trata-se da reserva de 30% dos postos de confiança da administração pública para negros. De implementação progressiva até dezembro de 2025, significa um salto em relação aos atuais 5% de pretos e pardos que ocupam tais posições.

Se bem-sucedida, dará à máquina estatal uma feição mais parelha com o perfil demográfico dos brasileiros. A presença negra ostensiva afetará o funcionamento do próprio Estado, como afetou o das universidades, impondo o desvelamento da hierarquia racial onde ela antes operava em invisibilidade.

O impacto seria maior se englobasse todo o funcionalismo, porque os governos passam e a burocracia estatal fica. Mas é um grão, e uma grande tendência é feita de muitos grãozinhos.

A política antirracista eficaz opera simultaneamente nos dois planos, o simbólico e o das práticas. Enquanto um produz imagem nova para a sociedade tomar por espelho –goste-se ou não dele–, o outro impõe o princípio de realidade, por meio de políticas que parecem miúdas, mas que, acumuladas, consolidam uma mudança de direção.

O governo comprou a briga antirracista, mas as reações imediatas mostram o quanto o racismo está entranhado na sociedade –a ponto de muitos nem admitirem a existência do racismo. A mudança não virá fácil, nem sem briga.

|DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros |SEG. Camila Rocha, Angela Alonso |**TER. Joel Pinheiro da Fonseca** |QUA. Elio Gaspari |QUI. Conrado Hübner Mendes |SEX. Reinaldo Azevedo |SAB. Demétrio Magnoli

Denúncia sobre Campos não tem fundamento, afirma filho

RECIFE O prefeito do Recife, João Campos (PSB), afirmou que "não há o menor fundamento" em denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal que afirma que o pai dele, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, recebia propina por meio de uma conta na Suíça.

A acusação da Procuradoria em Pernambuco que envolve o ex-governador, morto em acidente aéreo em 2014, foi mostrada em reportagem da **Folha** na sexta-feira (7).

A denúncia foi apresentada no ano passado contra Aldo Guedes, um ex-auxiliar de Campos no governo, e contra Sandra Leote Arraes, viúva de um tio do ex-governador e que foi titular da conta bancária na Europa. Colaboradores da Justiça também foram incluídos.

Em nota divulgada no sábado (8), João Campos afirma que o pai foi eleito seguidas vezes "o melhor governador do Brasil, sendo ainda reeleito com o maior percentual da história". "Só consegue isso quem é íntegro, dedicado, competente, fazendo bem feito para quem mais precisa."

A nota ainda diz que a acusação é "completamente equivocada". "Inclusive, a ação foi suspensa pelo STF (Supremo Tribunal Federal), através de decisão do ministro Ricardo Lewandowski, o que claramente reforça a sua improcedência."

A decisão de Lewandowski, assinada em março, foi expedida porque o ministro tem considerado que os elementos apresentados pela empreiteira Odebrecht em acordo de colaboração são inválidos. Esse entendimento segue precedente de outros casos decorrentes da Operação Lava Jato, como ações penais contra o hoje presidente Lula.

João Campos afirmou também que o pai era um "homem íntegro, correto e dedicado às missões que lhe foram conferidas pelo povo".

"Seus mandatos no Legislativo, sua passagem pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e suas duas gestões à frente do Governo de Pernambuco compõem a trajetória de um homem que entendia que a política é o principal meio para promover transformações na vida das pessoas. Nunca como um caminho para o próprio favorecimento."

A acusação do Ministério Público foi produzida após cooperação internacional com autoridades da Suíça, que enviaram dados da conta para o Brasil. Segundo a Procuradoria, nessa conta, firmas ligadas à Odebrecht depositaram US$ 771,5 mil (o equivalente hoje a R$ 4 milhões) entre 2008 a 2009. O titular dela à época era um tio de Campos, Carlos Augusto Arraes, que morreu em 2010.

Uma das origens dos depósitos é uma empresa chamada Klienfeld, que já tinha aparecido em outros episódios da Lava Jato anteriormente.

O processo está sob sigilo. O recebimento da denúncia em Vara Federal ocorreu em setembro. A defesa da viúva de Carlos Augusto nega as acusações de lavagem de dinheiro à Justiça. Os advogados de Aldo Guedes afirmam que não comentam o assunto.

Moraes transforma em piada ‘fama de mau’

Ministro faz ironias com alvos bolsonaristas e futebol em eventos; professor vê estratégia para ganhar opinião pública

Angela Pinho e Renata Galf

SÃO PAULO A notoriedade alcançada por Alexandre de Moraes após protagonizar alguns dos episódios mais tensos da eleição de 2022 colocou em evidência uma faceta do ministro já conhecida dos mais próximos, mas não do grande público: a de piadista.

Em eventos e palestras, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) tem usado o senso de humor para falar de futebol, bolsonaristas, fake news e até da própria fama de durão.

Os comentários jocosos costumam arrancar risos da plateia, mas nem sempre são unanimidade, ainda mais quando miram pessoas que são ou podem ser julgadas por ele.

No último dia 4, em evento na Faculdade de Direito da USP, Moraes ironizou a situação de uma pessoa que se encontrava, disse ele, detida.

“Determinada pessoa que eu não vou dizer o nome, que hoje se encontra reclusa, inventou num determinado momento que eu era advogado do PCC. Xandão é advogado do PCC. Não preciso dizer a pessoa, né? Tudo bem, entrei com ação de indenização por danos morais. Eu já ganhei 12 ações de indenização por danos morais.”

A ofensa foi dita por Roberto Jefferson, contra quem Moraes entrou com ação. O ex-deputado bolsonarista de extrema direita está preso desde outubro por ordem do ministro após disparar granadas e mais de 20 tiros de fuzil contra policiais federais.

Em dezembro passado, Moraes comentou em evento fala do ministro Dias Toffoli sobre dados de prisões e multas de quem invadiu o Capitólio, nos Estados Unidos.

Arrancou risadas da plateia ao dizer que, em comparação com os EUA, ainda haveria “muita gente para prender e muita multa para aplicar”.

As decisões de Moraes contra bolsonaristas o transformaram em alvo do grupo. A fama de rigoroso não escapou às tiradas do ministro.

No mesmo evento da Faculdade de Direito da USP, onde Moraes é professor, ele lembrou o episódio em que chegou a ordenar o bloqueio do Telegram no país.

“O Telegram por um tempo se recusou a aceitar o convite de reunião do TSE. Se recusava a obedecer à ordem judicial brasileira, como fazia no mundo todo, dizendo que estava imune à jurisdição nacional porque era em Dubai a sua sede”, lembrou.

“Ótimo. O que que eu fiz? Bloqueio. Acabou o Telegram. Cinquenta e três milhões de pessoas que usavam iam ficar muito felizes comigo. Iam se somar às outras 50 milhões que já são felizes comigo.”

Em abril de 2022, pouco após o STF condenar o então deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) à prisão e Jair Bolsonaro (PL) conceder a graça de perdão da pena ao aliado, Moraes participou de um evento em São Paulo, na Faap. Ao falar sobre desinformação, brincou que grupo de família “devia ser inconstitucional”.

Alexandre de Moraes, ao participar de evento em São Paulo Zanone Fraissat - 31.mar.23/Folhapress

“E, se você sai, você é o pecador. Você não pode sair, você pode silenciar”, falou em tom bem-humorado. “Você tem que aguentar aquelas mensagens que realmente educam muito o ser humano.”

O ministro disse que a própria mãe repassava vídeos com fake news contra ele sem prestar atenção ao conteúdo. “Apesar de acharem que eu sou mau, não vou prender minha mãe por causa disso.”

Futebol é outro tema presente no repertório de humor do ministro e certa vez se encontrou com a situação política do país. Numa palestra em evento do grupo Lide, Moraes respondeu a um empresário que havia dito que ele era mais popular que jogador de futebol. “Mas ganho bem menos”, disse o ministro.

Depois de o mesmo empresário afirmar que, por outro lado, “as caneladas” de Moraes eram “mais digitais que reais” e que ninguém dava cartão vermelho para o ministro, ele respondeu: “Tentaram. Tentaram, mas o VAR não permitiu”.

Moraes acumulou contra si uma série de pedidos de impeachment. Um deles, apresentado por Bolsonaro em 2021, foi rejeitado dias depois pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Nem sempre as brincadeiras do ministro têm conotação política. Corintiano, Moraes já brincou em sessão do STF sobre o Palmeiras não ter título Mundial.

Na palestra na USP no fim de março, voltou ao tema, ao defender transparência dos algoritmos. Estabeleceu uma hipótese de buscar na internet “Palmeiras não tem Mundial”.

“É uma verdade, né? Aí você consulta, vem primeiro uma notícia: ‘Não, não é verdade. Palmeiras em 1615 ganhou do time da várzea, e isso é considerado título’, porque algum palmeirense fez o algoritmo, né? Patrocínio: Crefisa.”

Para Rubens Glezer, professor da FGV Direito SP e coordenador do grupo de pesquisa Supremo em Pauta, é importante analisar as falas de Moraes no contexto do governo Bolsonaro —que elegeu a corte e alguns de seus ministros como adversários.

Ele vê esse tipo de postura do ministro como parte de uma disputa de narrativa na opinião pública. “Ele quer se fiar como garante da democracia. E, com base nisso, inclusive, pleitear a legitimidade da flexibilização que ele faz das convenções, dos procedimentos”, diz Glezer. “[Como se dissesse] não é uma situação normal e eu não vou me comportar como em uma situação normal.”

Já a professora da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) Fabiana Luci de Oliveira considera que as piadas podem ter impacto negativo. “Ele pode ter feito só uma brincadeira, mas ele representa muito poder, então isso pode deslegitimar decisões futuras que ele venha ter.”

Ela cita como exemplo a fala de Moraes sobre ainda haver “muitas pessoas para prender e multar”, que poderia gerar críticas de alvos de suas decisões, dando força a narrativas como a de que o ministro os estaria perseguindo.

mundo

Em cem dias, Itamaraty de Lula busca reconstruir pontes

Política externa sob Mauro Vieira e Celso Amorim tem prioridades errantes

Mayara Paixão

SÃO PAULO Estava um clima tão descontraído —dentro dos padrões do rito diplomático— que, a certa altura, Celso Amorim esqueceu que seu interlocutor era russo e começou a falar em português. Do outro lado de uma mesa gigante no Kremlin, estava Vladimir Putin, que por uma hora conversou com o enviado de Lula.

O russo riu. Foi uma quebra de gelo que, para o assessor especial da Presidência e ex-chanceler, cristalizou a receptividade que nem ele esperava em Moscou. Amorim, afinal, foi à Rússia vender a Putin a ideia de Lula sobre o "clube da paz" para frear a guerra em curso na Ucrânia.

O chanceler Mauro Vieira, o assessor Celso Amorim e o presidente Lula Ueslei Marcelino - 30.jan.23/Reuters

A viagem representou o mais recente aceno da política externa brasileira novamente sob a batuta de Lula. Os cem primeiros dias do novo Itamaraty foram marcados por acenos múltiplos em várias direções. O desafio, agora, é esclarecer o que será prioridade.

Com a ressaca do bolsonarismo —um período que apartou o Brasil da China, seu principal parceiro econômico, e tornou o país quase um pária— o clima geral sobre a agenda externa capitaneada por Lula, pelo chanceler Mauro Vieira e por Celso Amorim é de otimismo.

Mas diplomatas e acadêmicos salientam que, daqui para a frente, é preciso medir a materialidade dessas propostas e, claro, quais sairão primeiro do papel. "Quando há uma multiplicidade de prioridades, pode-se incorrer em erros de concretização e materialização de alguns projetos", diz Hussein Kalout, pesquisador de Harvard e membro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Figuras próximas aos principais formuladores da atual política externa argumentam que a multiplicidade de acenos se trata, na verdade, da construção de pontes necessárias para fazer avançar áreas prioritárias, como a agenda climática, o combate às desigualdades e a mediação da paz e da democracia (na Ucrânia e em outros lugares, como na Venezuela, para onde Amorim também foi enviado por Lula).

O próprio chanceler adota essa linha. À **Folha** Vieira afirma que, nestes cem dias, o foco inicial foi "normalização" das relações com o mundo. "Transmitimos aos nossos parceiros uma mensagem clara, de que o Brasil retomou suas linhas tradicionais de política externa, como parceiro comprometido sempre com o diálogo."

"Com os canais já plenamente restabelecidos, o momento é o de trabalhar no seguimento e na retomada de projetos com nossos vizinhos sul-americanos, com a América Latina como um todo, com os EUA, China e Europa, e também com nossos parceiros africanos", acrescenta o chanceler.

Os cem primeiros dias não deixaram de registrar entraves. Nos EUA, onde Lula esteve em fevereiro, a frustração se deveu ao valor enxuto destinado pelo governo Biden ao Fundo Amazônia: US$ 50 milhões (R$ 260 milhões).

Mas a proximidade da administração do democrata à do petista não deixa de ser vista com bons olhos por especialistas na agenda climática. "É impressionante como a filantropia internacional se moveu [desde a eleição de Lula]", avalia Renata Piazzon, membro da Coalizão Brasil Clima e diretora do Instituto Arapyaú.

Houve, ainda, resposta à pressão da Alemanha para não enviar armas à Ucrânia. E as rusgas com Washington após a decisão de receber navios de guerra do Irã.

Com a União Europeia, o esforço é para tirar do papel um acordo comercial com o Mercosul gestado há mais de 20 anos. Há, no entanto, arestas a serem aparadas com o Uruguai, que manifesta querer arranjos por fora do Mercosul, em especial com a China.

Lula, aliás, embarca para o gigante asiático na terça (11) —iria no último dia 26, mas a viagem foi adiada pelo quadro de saúde do presidente.

Com a viagem, Lula almeja mostrar "equilíbrio pragmático" entre as duas principais potências globais, EUA e China. A Guerra da Ucrânia, por óbvio, será posta em discussão.

Mas a proposta de Lula para o chamado "clube da paz" é vista com pouco crédito mesmo entre alguns aliados. Para o ex-chanceler Celso Lafer, a medida dialoga, em partes, com "um componente de antiamericanismo da instintiva tradição de correntes do PT".

"A credibilidade do Brasil como um terceiro em prol da paz não aumenta com a viagem de Amorim a Moscou", acrescenta Lafer. "Correm o risco de serem vistos como um terceiro aparente, que não é neutro e busca se beneficiar de um conflito que é pluridimensional."

Amorim, depois de retornar da Rússia, argumentou à **Folha** que um cessar-fogo realmente não está na agenda imediata. Mas sinalizou a vontade de Brasília de se mostrar disponível para quando houver a possibilidade de esboçar um plano de paz.

Para Kalout, "antes da paz, que não está dada, o Brasil pode ser proponente de ações humanitárias". "Isso é muito mais importante no momento. O Brasil está fazendo todo um movimento tático para garantir um assento na mesa. Mas pode não ser da forma como o Brasil espera. É preciso recalibrar o discurso."

Outro ponto sensível tem sido a relação com ditaduras como Venezuela e Cuba. Enquanto o governo Lula parece querer ser um dos mediadores de acordos entre regime e oposição em Caracas, o discurso sobre Nicarágua sofreu alterações após Daniel Ortega ser acusado por um comitê da ONU de práticas nazistas.

Brasília chegou a ofertar nacionalidade aos mais de 300 expatriados de Ortega, mas evita críticas mais assertivas à ditadura centro-americana.

Outra frente abraçada foi a igualdade de gênero nas fileiras do Itamaraty. Apesar da pressão crescente por paridade, das 23 indicações para os maiores postos diplomáticos, apenas uma é feminina —Maria Luiza Viotti, em Washington.

"Tem de haver pressão continuada da nossa parte e reconhecimento, por parte da chefia do Itamaraty, de que eles precisam conversar com a gente", afirma a embaixadora Irene Vida Gala.

Na última semana, o Itamaraty iniciou ciclos de conversa sobre gênero, raça, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+. No discurso de abertura, ao qual a **Folha** teve acesso, Mauro Vieira reconheceu a necessidade de avançar na inclusão. "O Itamaraty reproduziu discriminações e preconceitos herdados do colonialismo e da escravidão. Esperamos, a partir desse diálogo, seguir avançando na dimensão étnico-racial", disse.

Para os próximos meses, estarão na agenda a organização do encontro de líderes do G20, a partir de dezembro, a ser sediado no Brasil, e da cúpula dos países amazônicos, prevista para agosto. "Buscaremos respostas conjuntas para os desafios da sustentabilidade e da criminalidade ambiental", afirma o chanceler.

Vatican Media/AFP

PAPA PEDE FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA E DIÁLOGO EM ISRAEL

O papa Francisco pediu neste domingo (9) que israelenses e palestinos busquem o diálogo em meio ao aumento das tensões em sua mensagem para cerca de 100 mil pessoas durante a missa da Páscoa, celebrada na praça São Pedro, no Vaticano. O pontífice também pediu paz no Oriente Médio e expressou precupação com a situação na região nos últimos dias. Na sexta (7), um turista italiano foi morto e sete ficaram feridos em Tel Aviv quando um agressor avançou com o carro e também atirou contra as vítimas. O papa, que se recupera depois de ter ficado internado devido a uma infecção respiratória, ainda voltou a pedir que a Guerra da Ucrânia chegue ao fim e expressou sua esperança de que o povo rohingya, uma minoria muçulmana perseguida em Mianmar, encontre justiça.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Twitter identifica BBC como 'mídia financiada por governo'

O Twitter adotou uma nova etiqueta para designar veículos ocidentais como a britânica BBC (British Broadcasting Corporation) e as americanas VOA (Voice of America) e NPR (National Public Radio): "mídia financiada por governo".

Veículos semelhantes, como a alemã Deutsche Welle e a francesa RFI, ainda não foram marcados com a expressão.

Até então, as contas de BBC, VOA e NPR não traziam rótulos, política adotada na gestão anterior da plataforma e que se concentrou em veículos como o chinês Global Times e a russa RT, designados como "mídia afiliada a Estado".

Também seus jornalistas, caso do chinês Hu Xijin. Jornalistas de BBC, VOA e NPR não foram etiquetados com a nova expressão.

A troca, que começou dias atrás pela NPR, coincide com a publicação por um jornalista da VOA, Wenhao Ma, de indícios de que o Twitter teria removido os redutores de compartilhamento e recomendação das contas chinesas rotuladas pela plataforma.

E coincide com a notícia da Bloomberg de que Elon Musk, CEO de Twitter e Tesla, chegaria neste fim de semana à China, devendo visitar a fábrica da montadora em Xangai. A Reuters havia adiantado seu pedido de encontrar o primeiro-ministro Li Qiang.

Musk publicou mensagem no Twitter, em aparente referência à escalada EUA-China, "A amizade dá trabalho, a inimizade é fácil": A agência Xinhua disse que "a montadora americana Tesla anunciou no domingo que construirá uma nova megafábrica em Xangai, que será dedicada ao Megapack, de armazenamento de energia". O produto será vendido "em todo o mundo".

Congresso vs. Apple

Dias depois de Tim Cook se encontrar com o primeiro-ministro chinês e declarar que a Apple tem relação "simbiótica" com o país, parlamentares americanos foram à Califórnia e almoçaram com ele.

No título da Bloomberg, "Apple está no coração da dissociação EUA-China, afirma Mike Gallagher", que preside a recém-criada Comissão sobre a Competição Estratégica entre os EUA e o Partido Comunista Chinês.

"As empresas que têm presença maciça na China terão que lidar com o fato de que alguma forma de dissociação econômica é inevitável", afirmou o republicano.

Novo rótulo criado pelo Twitter sob comando do bilionário Elon Musk rotula a rede britânica BBC, além de veículos americanos, como 'mídia financiada por governo' Reprodução

Trump, o primeiro

Maior feito do republicano foi ser o único presidente dos EUA a virar réu

David Wiswell
Escritor, roteirista e comediante americano

Donald Trump se gabou inúmeras vezes de ser um presidente americano histórico. Agora ele finalmente cumpriu essa promessa, tornando-se o primeiro a ser indiciado. Se bem que provavelmente não é o primeiro a ter pago por sexo.

Segundo o promotor de Manhattan, antes da eleição de 2016 Trump pagou uma modelo e uma atriz pornô para guardar silêncio sobre casos que teve com elas e pagou para garantir silêncio em torno de um filho ilegítimo. Os subornos teriam sido pagos por seu advogado, a quem ele reembolsou com uma série de pagamentos lançados como despesas jurídicas. Isso levou um grande júri a lhe fazer 34 acusações de falsificação de registros comerciais. As acusações foram alçadas ao nível criminal porque a intenção foi ocultar outro crime, que seria a tentativa de afetar um resultado eleitoral, escondendo informação danosa.

Acho que enquanto o herói de Bolsonaro é Trump, que está potencialmente a caminho da prisão, o herói de Trump talvez seja Lula. Examinemos os detalhes, possíveis perigos e implicações de tudo isso para a próxima candidatura presidencial de Trump.

Trump continua a caracterizar todos os seus problemas legais como ataques politicamente motivados cujo objetivo é atrapalhar sua candidatura na eleição de 2024. Ao longo desse período ele tem ido às redes sociais para atacar o promotor e o juiz, pedir cortes no financiamento do FBI e do Departamento de Justiça e até lançar avisos tenebrosos sobre "morte e destruição" se ele fosse indiciado. Para a alegria do mundo civilizado, desde o indiciamento houve apenas protestos mínimos, fazendo da "morte e destruição" apenas mais uma das promessas não cumpridas de Trump.

Porém, apesar de 44% dos republicanos numa pesquisa da Reuters terem dito que se Trump fosse indiciado ele não deveria se candidatar, a pesquisa na realidade aponta para um aumento espantoso de 4% nos que lhe dariam seu apoio nas primárias, isso apenas nos primeiros dias desde que o indiciamento foi anunciado. E 80% dos republicanos concordam que a ação judicial é politicamente motivada.

Trump mobilizou essa percepção de vitimização e todo o show em torno dela em um frenesi de arrecadação, levantando mais de US$ 4 milhões em um único dia depois de ser indiciado. São mais sinais de mobilização de apoio a Trump, cujo julgamento será daqui a mais de um ano. E para o qual ele evidentemente vai precisar de muito dinheiro para comprar silêncio.

Falamos muitas vezes da ameaça que Trump representa à democracia e ao Estado de Direito, mas a meu ver o maior perigo criado por figuras como ele é o do emburrecimento de nosso discurso. Mark Twain recomendou: "Nunca discuta com um idiota. Ele te arrastará para o nível dele e te vencerá com sua experiência." Trump já fez isso inúmeras vezes com a discussão cultural nos EUA, nos reduzindo a seu nível ignorante.

Nesta semana eu pretendia escrever sobre um assunto que é uma paixão pessoal minha –as ameaças atuais aos sindicatos americanos—, mas, como um buraco negro, Trump me sugou e forçou a escrever sobre um fanfarrão idiota que nem sequer sabe pagar direito por sexo. Portanto, não se surpreenda se na semana que vem eu te entediar escrevendo sobre a notícia mais substancial desta semana, a união entre trabalhadores, em vez da união entre um homem e uma atriz pornô.

Tradução de Clara Allain

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | **QUI. Lúcia Guimarães** | SÁB. Igor Patrick

Pessoas caminham ao lado de ponto de bloqueio em rua de Belfast, na Irlanda do Norte 29.jun.74/AFP

Irlanda do Norte se mantém dividida após 25 anos de paz

Acordo de Belfast, que encerrou sangrenta guerra civil, faz aniversário em meio a crise institucional pós-brexit

Michele Oliveira

MILÃO Há 25 anos, em 10 de abril de 1998, foi assinado o histórico acordo de paz que encerrou uma guerra civil com mais de 3.500 mortos na Irlanda do Norte. O momento é de celebração na capital, Belfast, mas, ao mesmo tempo, o aniversário alimenta o debate sobre pontos que precisam ser aperfeiçoados.

Um deles é o próprio funcionamento das instituições políticas no país. Há quase um ano, a Irlanda do Norte não tem governo executivo e assembleia legislativa em plena operação. Apesar de ter vencido pela primeira vez as eleições regionais, o nacionalista Sinn Féin, que defende a reunificação com a República da Irlanda e é apoiado pela maioria católica, não conseguiu empossar a primeira-ministra, Michelle O'Neill.

Isso porque seu principal opositor, o Partido Unionista Democrático (DUP), pró-Reino Unido e identificado com os protestantes, é também seu aliado forçado. Pelas regras do acordo de paz, chamado de Acordo da Sexta-Feira Santa, as duas legendas são obrigadas a compartilhar o poder. O mais votado indica o primeiro-ministro, o segundo, o vice, e ambos têm o mesmo status.

O DUP, no entanto, recusa-se a cumprir as formalidades para que o governo assuma e o Legislativo tenha um presidente. Os unionistas exigem mudanças nas regras do brexit que afetam as fronteiras da Irlanda do Norte, consideradas uma ameaça ao elo com os britânicos. A revisão assinada em março pelo premiê Rishi Sunak e pela União Europeia, que simplifica barreiras alfandegárias, não foi suficiente para o DUP.

"Temos hoje uma situação meio antidemocrática na Irlanda do Norte. Quem está administrando no dia a dia são funcionários públicos que não foram eleitos", diz Peter McLoughlin, professor de política da Queen's University, em Belfast. Nesse cenário, os encarregados mantêm as estruturas operacionais, mas não têm poder para apresentar leis ou tomar decisões políticas.

Apesar de o mecanismo de poder compartilhado, um dos pontos centrais do acordo de paz, não estar funcionando, McLoughlin ressalta a importância do que foi alcançado em 1998. "Temos que pensar como foram os 25 anos antes do acordo. Tivemos aqui o conflito mais sério da Europa Ocidental, com muitas vidas perdidas, com praticamente todas as famílias afetadas na Irlanda do Norte. O acordo ajudou a resolver isso. Ainda temos problemas, ele não é perfeito, mas salvou vidas".

Os maiores responsáveis por bombardeios e tiroteios foram grupos paramilitares dos dois lados, como o IRA (Exército Republicano Irlandês). O tratado, também chamado de Acordo de Belfast, foi obtido após anos de promessas de cessar-fogo e negociações, que envolveram uma frente multipartidária e representantes do Reino Unido e da República da Irlanda.

Os Estados Unidos atuaram como mediadores, e é por isso que o presidente Joe Biden tem na agenda uma viagem a Belfast e a Dublin nesta semana. Com origens irlandesas, Biden fez parte do grupo de senadores que fez pressão para que Washington se esforçasse diplomaticamente para pôr fim ao conflito. Além dele, outras autoridades participam de celebrações na Irlanda do Norte, como o ex-presidente Bill Clinton e o próprio Sunak. Diante do temor de possíveis ataques, a agência de inteligência britânica elevou o alerta de segurança para "severo".

Cerimônias pomposas à parte, é considerada pequena a chance de que a presença de convidados internacionais possa incentivar os líderes do DUP a destravar os trabalhos no Executivo e no Legislativo.

Jon Tonge, professor da Universidade de Liverpool, ressalta que os unionistas nunca defenderam efusivamente o acordo e associam Biden a seu apoio ao protocolo do brexit, motivo da atual paralisia. "Como acordo de paz, tem sido extraordinariamente bem-sucedido. Mas, como acordo político, que foi projetado para produzir um governo coeso através de divisões sectárias, não funcionou."

Segundo Tonge, um dos pontos que merece revisão é o direito de veto dos dois grupos na Assembleia. A ferramenta foi criada com a intenção de proteger uma comunidade de leis que pudessem privilegiar a outra. Na prática, porém, já foi usado pelo DUP para barrar a união homoafetiva e a legalização do aborto —em 2019, ambos foram regulamentados por meio de outro instrumento. "Já se passaram 25 anos. É hora de rever como o acordo funciona ou não funciona", diz.

Tanto Tonge quanto McLoughlin projetam que, baixada a poeira das festividades, o DUP pode se comprometer com a retomada dos trabalhos, pressionado também pelo eleitorado. Até porque, diante do impasse prolongado, o governo britânico poderia exercer o controle das decisões locais na Irlanda do Norte. E se tem algo em que nacionalistas e unionistas concordam é que essa pode ser a pior das opções.

+

Mulheres irlandesas arregaçaram mangas em acordo histórico

Dois anos antes do Acordo de Belfast, um partido de mulheres passou a sentar à mesa de negociação. "Quando as conversas de paz foram anunciadas, arregaçamos as mangas e entramos na eleição", conta à **Folha** Monica McWilliams, 68, cofundadora da Coalizão de Mulheres da Irlanda do Norte. O partido foi a solução diante da resposta negativa para o pedido da inclusão de cotas femininas nas legendas tradicionais. "No acordo, não havia mecanismos para colocar alguns tópicos em prática. Infelizmente, o potencial transformativo não se realizou em sua completude", avalia Maria-Adriana Deiana, codiretora do Centro de Gênero em Política da Queen's University.

EUA investigam vazamento de papéis sobre Guerra da Ucrânia

SÃO PAULO O Departamento de Justiça dos Estados Unidos anunciou a abertura de uma investigação sobre o vazamento nas redes sociais de uma série de documentos sigilosos que detalham segredos de segurança em regiões estratégicas na Ucrânia, no Oriente Médio e na Ásia.

Entre as informações vazadas estão o teor de supostas discussões feitas pelo governo sul-coreano sobre a pressão dos EUA para que Seul forneça armas à Ucrânia, país invadido pela Rússia há 13 meses.

Segundo o The New York Times, o governo sul-coreano manifestou resistência em fornecer armas diretamente às forças ucranianas, mas concordou em vender projéteis de artilharia para ajudar os EUA a reabastecerem seus estoques. Internamente, porém, autoridades do país asiático demonstraram preocupação com a possibilidade de desvios dos armamentos a Kiev, segundo os documentos.

A Coreia do Sul assinou acordos para fornecer centenas de tanques, aeronaves e outras armas à Polônia, país membro da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA, desde o início do conflito. Mas o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, tem enfatizado que uma lei do país proíbe o fornecimento de armas a países diretamente envolvidos em conflitos, caso da Ucrânia.

Segundo analistas sul-coreanos, documentos vazados sugerem que os EUA estão espionando autoridades do país. Questionado se planejava exigir explicação da Casa Branca, o gabinete de Yoon Suk-yeol informou que revisaria precedentes em outros países.

Mais de cem documentos podem ter sido vazados. Investigações indicam que os dados incluem análises sobre as Forças Armadas dos EUA.

O Departamento de Justiça dos EUA informou que iniciou a investigação neste sábado (8), em conjunto com o Departamento de Defesa. O Pentágono também examina o assunto. À agência de notícias Reuters, três autoridades do governo disseram de forma anônima que a Rússia ou ativistas pró-Moscou podem estar por trás dos vazamentos.

Analistas militares afirmam que os documentos parecem ter sido modificados, exagerando estimativas de ucranianos mortos na guerra e subestimando as de mortes russos.

Especialistas ouvidos pelo jornal The New York Times afirmam que as modificações podem indicar um esforço de desinformação de Moscou. Mas as revelações nos documentos originais, que aparecem como fotos de tabelas de entregas antecipadas de armas, forças de tropas e batalhões e outros planos, representam uma importante falha da inteligência dos EUA.

Também foram vazados avisos sobre a programação de ataques de Moscou e seus alvos, o que tem sido crucial para a defesa ucraniana. O material pode ter sido valioso para Moscou ao indicar até que ponto a inteligência de Washington conseguiu penetrar o sistema de inteligência russo.

Mikhailo Podoliak, assessor presidencial da Ucrânia, minimizou o vazamento. Segundo ele, os papéis contêm dados fictícios e parecem uma operação de desinformação para semear dúvidas sobre a contra-ofensiva ucraniana.

Com AFP e Reuters

mercado

Apoio à privatização é maior em São Paulo que no Brasil

Serviços privados são melhores que os públicos para mais de 60% dos jovens

Rodovia dos Bandeirantes se sobrepõe à via Anhanguera nas cercanias de Jundiaí (SP) Eduardo Knapp - 5.jul.2022/Folhapress

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A taxa de apoio à privatização de empresas e serviços públicos é maior entre moradores do estado de São Paulo do que no restante do Brasil.

Pesquisa Datafolha mostra que 42% dos paulistas são a favor da transferência de estatais para o setor privado, enquanto 38% da população brasileira têm essa mesma opinião. Além disso, a oposição a privatizações é menor entre os paulistas: 43%, ante 45% no recorte nacional. A minoria (3%) diz ser indiferente, e 12% dos entrevistados não sabem (14% no país todo).

A pesquisa do Datafolha foi feita entre os dias 3 e 5 de abril, em 64 municípios de todas as regiões do estado de São Paulo. Foram realizadas 1.806 entrevistas presenciais, com pessoas acima de 16 anos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

O levantamento mostra que o apoio sobe para 51% dos moradores do estado que declaram saber o que é privatização e estar bem informados sobre o assunto. Nesse recorte, 46% dizem ser contra.

A taxa de apoio às privatizações no estado de São Paulo também é mais alta entre homens, pessoas mais escolarizadas e com maior renda.

A maioria dos entrevistados que ganham mais de dez salários mínimos (57%) apoia a privatização, enquanto 36% dos que recebem até dois salários dizem o mesmo.

Entre os que possuem curso superior, 48% concordam com a venda de empresas públicas —dez pontos percentuais a mais que entre pessoas com ensino fundamental.

Diferença semelhante é percebida em relação ao gênero. Quase metade dos entrevistados homens (47%) é a favor de privatizações, enquanto 37% das mulheres apoiam.

Em relação à taxa de rejeição, a oposição é mais alta entre os que reprovam o governo de Tarcísio de Freitas (65%), e entre os simpatizantes do PT (56%).

A pesquisa do Datafolha também ouviu a opinião dos entrevistados sobre a transferência de empresas e serviços específicos para a iniciativa privada.

Os resultados indicam que o apoio dos paulistas é maior para a privatização de estradas e aeroportos, e menor para os bancos públicos, Petrobras e Sabesp.

Estradas e rodovias tiveram a maior taxa de apoio, com 54% dos entrevistados dizendo ser favoráveis à privatização —39% contrários.

Metade dos paulistas (51%) também disse ser favoráveis à concessão de aeroportos.

Os dados mostram que os moradores do estado aprovam mais a privatização nesses setores do que o restante da população brasileira.

No país, 48% concordam com a transferência de estradas e rodovias para a iniciativa privada, e 47% aprovam no caso dos aeroportos.

Já a lista dos itens que tiveram maior rejeição é liderada pelos bancos públicos. A maioria dos entrevistados (55%) diz ser contra a privatização dessas instituições, enquanto 38% apoiam.

A Sabesp vem em sequência, com 53% dos paulistas declarando rejeição, e 40% apoio.

Proporção semelhante é vista quando o tema é a venda da Petrobras: 52% são contrários, os 40% favoráveis.

O Datafolha também elaborou um índice para medir o grau de adesão à privatização de empresas e serviços estatais. A cada item em que o entrevistado dizia ser favorável à privatização era considerado um ponto. Quanto mais alta a pontuação, numa escala de 0 a 10, maior o grau de adesão —e vice-versa.

Os resultados indicam o perfil de quem apoia e rejeita a privatização no estado de São Paulo.

O grupo mais pró-privatização é composto por simpatizantes do PL (47%) —partido em que o ex-presidente Jair Bolsonaro disputou a eleição presidencial de 2022— e por apoiadores da gestão de Tarcísio no governo do estado (33%).

Já a visão antiprivatista prevalece entre as mulheres (42%), simpatizantes do PT (47%) e os que reprovam a administração do governador de São Paulo (49%).

A pesquisa também ouviu a opinião dos entrevistados sobre os benefícios da concessão de empresas e serviços estatais.

São 46% os que dizem que a privatização traz mais benefícios que prejuízos para a economia do Brasil. Proporção semelhante (45%) diz o oposto: que o processo é mais nocivo que benéfico.

Os percentuais não são muito diferentes dos observados em relação à população brasileira.

No entanto, mais da metade dos entrevistados (57%) diz que os produtos e serviços de empresas privadas são melhores do que os oferecidos por companhias públicas. A percentagem chega a 62% entre jovens de 16 a 24 anos e a 64% entre os que têm de 25 a 34 anos.

Entre os de 60 anos ou mais, 50% dizem que produtos e serviços de empresas são melhores, enquanto 25% acham que são piores que os de companhias públicas.

A avaliação positiva dos produtos e serviços privados é maior também entre homens (64%), pessoas mais escolarizadas (68%) e que possuem renda familiar mensal entre cinco e dez salários mínimos (69%).

No quesito preço, 68% avaliam os produtos e serviços de empresas privadas como mais caros que os oferecidos pelas estatais. A percepção prevalece entre os que têm entre 16 e 24 anos (78%), e os que são contrários às privatizações em geral (80%).

Em relação à corrupção, a pesquisa Datafolha aponta que as opiniões ficam divididas. Para 42%, o nível de corrupção é menor em companhias privadas, enquanto 41% acreditam que as estatais têm menos casos.

Maioria diz que estradas privatizadas são melhores

SÃO PAULO Para a maioria dos moradores de São Paulo, as estradas que foram privatizadas no estado são superiores às rodovias públicas em relação à qualidade.

Segundo o Datafolha, 70% dos entrevistados dizem que as vias que cobram pedágio são melhores do que as federais e estaduais —proporção que sobe para 77% entre os que dizem trafegar por essas estradas.

O levantamento mostra que a minoria (6%) diz que a privatização das rodovias não mudou a situação em relação ao que era antes, enquanto 15% afirmam que a qualidade piorou. Outros 10% não sabem.

Os dados refletem a percepção medida pela pesquisa de que é melhor uma estrada com pedágio, com mais recursos para asfalto de qualidade e boa sinalização do que o contrário. A grande maioria (89%) concorda com a afirmação.

Contudo, apesar da boa avaliação, os paulistas dizem ser contra a privatização de estradas vicinais —rodovias com pista simples, que ligam cidades ou bairros.

A maioria (55%) não concorda com a cobrança de pedágio para melhorar as condições dessas estradas, enquanto 42% apoiam.

O Datafolha também questionou se os entrevistados costumam usar os aeroportos de Cumbica, em Guarulhos, e de Viracopos, em Campinas.

A grande maioria disse não ter esse hábito: 72% não costumam pegar voos em Cumbica, e 87% em Guarulhos.

Como a maioria da amostra não frequenta os terminais, a avaliação geral sobre a qualidade dos serviços após a privatização ficou dividida.

Sobre Cumbica, 33% aprovam , 12% desaprovam e 23% consideram regular. Outros 32% dizem não saber.

Em relação a Viracopos, 30% afirmam que a privatização do aeroporto foi positiva, 9% negativa e 23% regular. Dizem não saber 38% dos entrevistados.

Contudo, entre os usuários, a percepção tende a ser positiva. Para a maioria dos respondentes que costumam pegar voo em Cumbica (53%), a concessão para a iniciativa privada foi ótima ou boa. Outros 26% avaliam como regular, e 12% como ruim ou péssima.

Entre os usuários de Viracopos, 56% dizem que a privatização foi positiva. Um em cada quatro (25%) acha que foi regular, e 10% avaliam negativamente.

O Datafolha ainda perguntou como os entrevistados avaliam empresas de energia como CPFL, Eletropaulo e Cesp, que foram privatizadas pelo estado de São Paulo na década de 1990.

Os resultados indicam uma divisão. Para 39%, a privatização foi ótima ou boa, 29% veem como regular, e outros 24% como ruim ou péssima. Dizem não saber 8%.

A aprovação tende a ser maior entre os que têm 60 anos ou mais (42%), com ensino superior completo (44%), e que recebem entre cinco e dez salários mínimos (51%).

A opinião dos paulistas sobre as privatizações

Em %

Você é a favor ou contra a privatização:

Em %

A qualidade das estradas de São Paulo que foram privatizadas é melhor ou pior do que de estradas que não foram privatizadas?

Em %

O que é melhor?

Em %

Uma estrada com pedágio com mais recursos para asfalto de qualidade e boa sinalização

89

Uma estrada sem pedágio, com poucos recursos para manutenção do asfalto e sinalização

8

Não sabe

1

Outros

2

Você é a favor ou contra a cobrança de pedágio em estradas vicinais para melhorar as condições dessas estradas?

Em %

A privatização do aeroporto de Cumbica (Guarulhos) foi ótima, boa, regular, ruim ou péssima para os usuários?

Em %

A privatização do aeroporto de Viracopos (Campinas) foi ótima, boa, regular, ruim ou péssima para os usuários?

Em %

A privatização das empresas de energia do estado de São Paulo (CPFL, Eletropaulo e Cesp) foi ótima, boa, regular, ruim ou péssima para os moradores do Estado de São Paulo?

Em %

Se o governo privatizasse a Sabesp, o fornecimento de água e o tratamento de esgoto em São Paulo seria melhor, igual ou pior do que hoje, com o controle do Estado?

Em %

Se o governo privatizasse todas as linhas de metrô, esse serviço seria melhor, igual ou pior do que prestado hoje?

Em %

Se o governo privatizasse o Porto de Santos, a estrutura e serviços desse porto seriam melhores, iguais ou piores do que hoje, com o controle do Estado?

Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha entre os dias 3 e 5 de abril de 2023. Foram realizadas 1.806 entrevistas em todas as regiões do estado de São Paulo, distribuídas em 64 municípios. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

Na marca dos 100 dias do governo Lula, a reforma tributária está no topo das expectativas, e a taxa de juros lidera as preocupações de associações empresariais. Na opinião de José Velloso, da Abimaq (associação da indústria de máquinas), a reforma tributária é uma das prioridades para garantir a competitividade da indústria. "É importante que o Brasil tenha responsabilidade fiscal, que seja cumprido esse arcabouço e que a gente consiga diminuir os juros", afirma.

COMPRIMIDO Sergio Mena Barreto, CEO da Abrafarma, pede tratamento diferenciado ao setor na reforma para reduzir a carga tributária, mas afirma que o governo não tem dado sinais de que essa demanda vai ser atendida.

ENFERMARIA Carlos Eduardo Gouvêa, da Abiis (também do setor de saúde), pede reforma administrativa. "Não apenas a tributária, que já está em discussão, mas também olhar a questão do arcabouço fiscal. Seria o momento mais do que oportuno para a reforma administrativa", afirma.

CARDÁPIO Na visão de Paulo Solmucci, da Abrasel (bares e restaurantes), o governo poderia ter evitado ruídos, mas ele diz que o setor está "confiante de que as dificuldades iniciais possam ser superadas".

TANQUE Para o setor de biocombustíveis, o saldo dos 100 primeiros dias do governo Lula atendeu as expectativas. Segundo Donizete Tokarski, da Ubrabio (união do biodiesel), o diálogo com o segmento resultou na elevação do percentual obrigatório da mistura do biodiesel ao diesel para 12%.

MACA Na opinião de Antonio Britto, da Anahp (hospitais privados), a equipe econômica de Lula dá passos na direção certa, mas "o governo, como um todo, ainda tenta construir uma difícil unidade".

EXPEDIENTE A Justiça do Trabalho derrubou na sexta-feira (7) duas liminares da Qintess, terceirizadora de serviços de tecnologia, que tentava barrar uma greve de funcionários marcada para esta segunda-feira (10). Na decisão, a desembargadora Bianca Bastos recusou a argumentação da Qintess de que o movimento grevista era abusivo.

CONTRACHEQUE A empresa presta serviços para clientes como Via, Raizen, Banco do Brasil, TRT-SP (Tribunal Regional do Trabalho) e Caixa Econômica. A greve foi aprovada em assembleia no último dia 31. Entre as reclamações dos funcionários há relatos de salários atrasados, falta de pagamento de férias, vale-transporte, vale-refeição e depósito do FGTS, segundo o Sindpd (sindicato da categoria).

BOLA A apresentação de atestados médicos cresceu nos dias após os jogos de futebol das últimas semanas, segundo levantamento da gestora de ponto eletrônico Pontomais. Além das gastroenterites, as gripes são os casos mais comuns entre as justificativas.

APITO Segundo o levantamento, no dia seguinte à semifinal entre Palmeiras e Ituano, em 19 de março, a ausência de trabalhadores foi 19% maior do que em segundas-feiras normais. Em Minas Gerais, após a disputa entre América-MG e Cruzeiro, a entrega de atestados aumentou 15%, de acordo com a pesquisa.

TRAVE No Rio, a segunda seguinte ao clássico Flamengo e Vasco teve 20% de crescimento, segundo a Pontomais, empresa que integra o grupo VR.

RETROVISOR O governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo vai divulgar nesta segunda (10) dados do avanço na atração de turistas e investimentos para Olímpia, Serra Azul e Andradina, durante a gestão do ex-governador João Doria.

ACELERADOR Estabelecido como o primeiro distrito turístico, em 2021, Olímpia bateu recorde em janeiro com 1 milhão de turistas. No ano passado, o município hospedou 3,5 milhões de turistas, alta de 20% na comparação com 2019. A previsão de investimentos até 2027 é de R$ 1,8 bilhão.

VOLANTE A Secretaria de Turismo também vai lançar um sistema de diretrizes e gestão para os distritos turísticos, além de um fórum para discutir políticas públicas de incentivo à criação de pelo menos sete novos distritos até 2026.

BALANÇA O valor cobrado pela cesta básica no ecommerce na região metropolitana de SP subiu 8,4% em março, de acordo com a Precifica. É a primeira alta mensal do ano na cesta de compras online com 13 itens, chegando a R$ 674.

SACOLA O movimento foi puxado pelo preço da carne, que teve variação mensal de 21%. A pesquisa também apontou alta em produtos como a banana (11%), seguida por café em pó (6,6%), tomate (6,2%), açúcar (4,7%) e sal refinado (4%).

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho.
A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Maioria dos paulistas é contra privatizar Sabesp, segundo Datafolha

Apesar da discordância, 43% dos moradores do estado afirmam que serviço de água e esgoto seria melhor se empresa fosse privada

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A privatização da Sabesp, companhia de saneamento paulista, é rejeitada pela maior parcela dos moradores do estado de São Paulo, mostra pesquisa do Datafolha.

De acordo com o levantamento, 53% dos entrevistados dizem ser contra a transferência da empresa para a iniciativa privada, enquanto 40% são a favor. A minoria (1%) declara ser indiferente, e 6% não sabem.

A pesquisa foi feita entre os dias 3 e 5 de abril, em 64 municípios de todas as regiões do estado de São Paulo. Foram realizadas 1.806 entrevistas presenciais, com pessoas acima de 16 anos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

O levantamento mostra que nenhum segmento endossa a venda da companhia de saneamento de forma majoritária.

A oposição à privatização da Sabesp supera a posição favorável nos recortes de gênero, idade, escolaridade e renda. A exceção são os entrevistados entre 35 e 44 anos, onde há empate: 48% são contra, e 48% a favor.

O apoio, contudo, fica acima da média (49%) entre os que declaram ter votado em Tarcísio de Freitas (Republicanos) para governador no segundo turno das eleições de 2022. Já entre os eleitores de Fernando Haddad (PT), 65% rejeitam a proposta.

Considerando a ocupação principal dos entrevistados, apenas o grupo de empresários tem posição majoritária a favor da privatização: 54%.

A rejeição, por sua vez, é maior entre estudantes (65%), funcionários públicos (59%), e desempregados (54%).

A privatização da companhia de saneamento é considerada a joia da coroa da gestão de Tarcísio, que deseja ver a empresa nas mãos da iniciativa privada já em 2024.

Na última semana, o governador disse estar otimista com o processo e afirmou que um contrato com o Banco Mundial para a estruturação do projeto será assinado nos próximos dias.

Tarcísio quer fazer das privatizações de companhias públicas uma das marcas de sua gestão. Segundo ele, caso todos os 15 projetos de desestatização previstos sejam bem-sucedidos, o estado de São Paulo pode atrair cerca de R$ 180 bilhões em investimentos.

Embora a maioria dos paulistas seja contra a privatização da Sabesp, o Datafolha mostrou que a maior parcela a acha que, se a companhia fosse concedida, o serviço superaria o atual em relação à qualidade.

Para 43% dos entrevistados, o fornecimento de água e o tratamento de esgoto em São Paulo seria melhor se a empresa estivesse com a iniciativa privada. Segundo a pesquisa, 28% acreditam que seria pior, 22% acham que seria igual, e outros 7% não sabem.

Outra aposta de Tarcísio em sua agenda de privatizações é a do porto de Santos, um projeto que ele próprio conduziu como ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL).

A pesquisa do Datafolha mostrou que 43% dos moradores do estado de São Paulo são a favor, e 45% são contra.

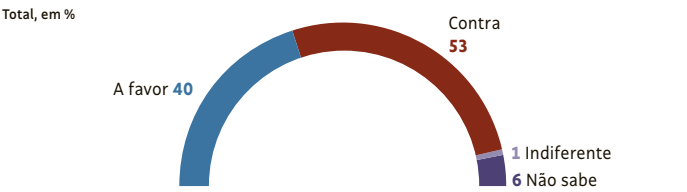
O apoio aumenta entre homens, de acordo com a idade, escolaridade e renda. Metade dos entrevistados do gênero masculino diz ser a favor da privatização do porto.

Entre pessoas com ensino superior, o apoio chega a 47%, proporção que atinge a 57% entre os entrevistados que recebem entre cinco e dez salários mínimos. A maioria (52%) dos que votaram em Tarcísio para governador é favorável ao projeto.

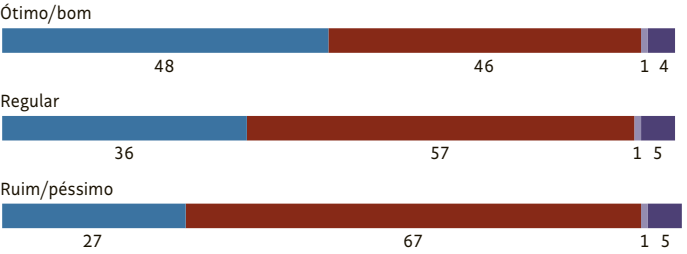
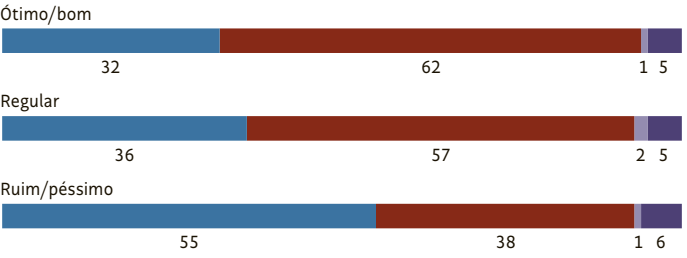
Assim como no caso da Sabesp, a maior parcela dos entrevistados também diz que a estrutura e os serviços seriam melhores se o porto de Santos estivesse com a iniciativa privada.

Para 45%, a concessão iria melhorar a situação do porto, enquanto 19% acreditam que ficaria pior. Outros 19% acham que o serviço permaneceria igual, e 17% não sabem.

O Datafolha também questionou os entrevistados que moram na região metropolitana de São Paulo sobre a privatização de linhas de trem de passageiros. De acordo com a pesquisa, 45% declaram ser favoráveis, enquanto 49% se opõem. Em relação às linhas de metrô, o cenário é ainda mais dividido: 48% a favor e 47% contra.

Opinião sobre a privatização da Sabesp

Aprovação à privatização da Sabesp segundo...

Em %

...a aprovação a Tarcísio

...a aprovação a Lula

Fonte: Pesquisa Datafolha entre os dias 3 e 5 de abril de 2023. Foram realizadas 1.806 entrevistas em todas as regiões do estado de São Paulo, distribuídas em 64 municípios. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

R$ 2,3 BILHÕES foi o lucro líquido reportado pela Sabesp em 2021

375 é a quantidade de municípios atendidos pela companhia em São Paulo

30 MILHÕES é o total de pessoas atendidas pela Sabesp no estado

Contra 'destruição' do Galeão, Eduardo Paes defende reduzir voos para o Santos Dumont

SÃO PAULO O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, voltou a defender no sábado (8), em vídeo publicado em seu perfil no Twitter, a redução no número de voos para o aeroporto Santos Dumont, visando reverter o esvaziamento do Galeão.

No vídeo, Paes afirma que o aumento no número de voos dos Santos Dumont reduz a quantidade de viagens internacionais do Galeão, que vem enfrentando uma retomada mais lenta da demanda no pós-pandemia.

Santos Dumont virou a única fonte de receita da Infraero! Quanto mais voos, mais receita. Ajuda a inviabilizar o Galeão

Eduardo Paes
prefeito do Rio

"Os voos domésticos têm que ser para conexão no Galeão, para que o Galeão atraia voos internacionais. O Rio, para ser o Rio, precisa de um aeroporto internacional. Não podemos permitir que o Galeão seja destruído", disse Paes.

O prefeito já havia cobrado a redução de operações no Santos Dumont. Também no Twitter, Paes criticou nesta sexta a Infraero, após a empresa ter alterado a capacidade do aeroporto de 9,9 milhões para 15,2 milhões de passageiros, aumento de 54,3%.

Em 2022, foram 10,17 milhões de viajantes, alta de 49,5% em relação a 2021 e o maior número de uma série histórica iniciada em 2012.

No mesmo dia, o governo federal anunciou que vai limitar o número de passageiros do Santos Dumont neste ano. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o contingente ficará abaixo de 10 milhões em 2023. A medida foi elogiada por Paes.

CEAGESP

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEAGESP

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) é uma Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, presente na capital e no interior do estado de São Paulo. É referência nacional nos serviços de Entrepostagem e Armazenagem.

A CEAGESP possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a Armazenagem e a Entrepostagem.

A Companhia possui a maior Central de Abastecimento da América Latina, que é o Entreposto Terminal de São Paulo (ETSP), localizado no bairro da Vila Leopoldina. Possui ainda mais 12 unidades de Entrepostos pelo interior.

Além disso, a CEAGESP é a maior rede pública de silos e armazéns gerais do estado de São Paulo, com 13 unidades ativas e capacidade estática para mais de 1 milhão de toneladas em armazenagem, divididas em silos (grandes depósitos para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel).

Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados.

Contexto Atual

Os últimos exercícios foram marcados por fatos relevantes que impactaram na economia do país e do mundo. Em 2020 a pandemia da Covid-19 derrubou a economia mundial, em 2021 houve uma surpreendente recuperação, e o ano de 2022 foi marcado por antigos problemas que ressurgiram, como: os juros dispararam, não só no Brasil, mas em todo mundo; o desemprego em queda contínua; queda no rendimento econômico das famílias, principalmente as de baixa renda; e, principalmente, a inflação, que voltou em níveis relevantes.

No cenário do agronegócio, a pressão para aumento dos preços decorreu, principalmente, do clima desfavorável, que prejudicou safras de alguns países exportadores de alimentos, e da pandemia que ainda ameaçava de uma forma mais amena. Estes fatos desorganizaram a cadeia de produção agrícola e, como consequência, a inflação dos alimentos no Brasil em novembro/22, por exemplo, foi quase o dobro da registrada pelo IPCA geral.

Nesse contexto, o volume financeiro (totalização de produtos recebidos x preço médio praticado) negociado na CEAGESP (Entrepostagem) totalizou R$ 15,5 bilhões, alta nominal de 16,5%. O IPCA (índice de inflação oficial do país) encerrou o ano em 5,79%, influenciado principalmente pelos preços dos alimentos, inclusive, itens que são comercializados na CEAGESP. As principais razões foram o clima, a elevação do custo de produção, câmbio e a flutuação do preço do combustível (frete). No custo de produção, as principais razões foram as altas nos preços dos fertilizantes e defensivos agrícolas que são balizados em dólar, que encerrou o ano em R$ 5,22. Entretanto, observou-se valores acima desta cotação ao longo do ano que impactaram nos custos de produção agropecuária.

Por fim, mesmo frente a este cenário com todas essas adversidades impactando na economia a CEAGESP manteve o equilíbrio financeiro e, novamente, a exemplo do exercício de 2021, conseguiu atingir um resultado positivo, apresentado um lucro líquido de R$ 33.913 milhões, frente aos R$27.382 de 2021.

Governança Corporativa, Estrutura Organizacional e Força de Trabalho

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da CEAGESP contempla, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, como também os Comitês Estatutários.

Assembleia Geral

É o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. É composta por todos os acionistas da Companhia, independentemente do direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

É o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério da Economia, sendo um deles representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Conselho de Administração

É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. É composto de sete membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Economia, um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e um representante do acionista minoritário, eleito nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do art. 19, § 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composto por três membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos, que são eleitos pelo Conselho de Administração.

Gestão Estratégica

A CEAGESP, em cumprimento à lei das Estatais (13.303/2016), deu continuidade à estratégia de longo prazo definida (2023-2027), bem como ao plano de negócios de 2022. A seguir, apresentamos o principal indicador, as metas estimadas, e os respectivos valores atingidos:

Perspectiva financeira

Reduzir despesas e aumentar receitas

Percentual de aumento do EBITDA (LAJIDA - Lucros antes de Juros, Impostos, depreciação e amortização)	
Área Responsável	DECON - Departamento de Controladoria
Meta 2022	5% a.a. comparado a 2021
Fórmula	(EBITDA Trimestre Atual / EBITDA Trimestre do ano anterior) - 1
Cálculo	**(36.602.360 ÷ 37.919.476) - 1 = -3,47%**

Nota: Meta não atingida

Quantidade do número de compras do ano anterior versus ano atual	
Área Responsável	DELCO
Meta 2022	Redução de 15% comparado a 2021
Fórmula	(Compras Ano atual / Ano anterior) - 1
Cálculo	**(7.134.179 ÷ 7.274.572) - 1 = -1,93%**

Nota: Meta não atingida

Percentual de aumento da receita bruta	
Área Responsável	DEPAR
Meta 2022	Acréscimo de 5% comparado a 2021
Fórmula	(Valor da Receita Bruta do trimestre atual / Valor da Receita Bruta do trimestre anterior) - 1
Cálculo	**(61.396.192 ÷ 52.994.341) - 1 = 15,85%**

Nota: Meta atingida

Índice de ocupação da rede armazenadora	
Área Responsável	DEPAR
Meta 2022	Acréscimo 10% comparado a 2021
Fórmula	(Índice de ocupação trimestral atual / Índice de ocupação trimestral ano anterior) - 1
Cálculo	**(209.562 ÷ 204.466) - 1 = -2,50%**

Nota: Meta não atingida

Percentual de áreas vagas a serem atribuídas	
Área Responsável	DEPEC
Meta 2022	56%
Fórmula	Total de áreas vagas atribuídas / Total de áreas vagas
Cálculo	÷ 851 = 23,97%

Nota: Meta não atingida

Observa-se que as metas estimadas na perspectiva financeira, principal foco da gestão, tendo em vista os recorrentes prejuízos de exercícios anteriores, não foram atingidos em sua plenitude, porém mantiveram-se bem próximas do atingimento. Salientamos que, mesmo sem cumprir essas metas, a exemplo de 2021, a Cia. obteve lucro líquido em 2022.

Força de Trabalho (Recursos Humanos)

A CEAGESP encerrou o exercício de 2022 com 576 funcionários, distribuídos na Capital e Interior, e ainda, com 42 vagas a serem preenchidas:

FUNCIONÁRIOS	APROVADO SEST	QUANTIDADE ATUAL		VAGAS EM ABERTO	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
CARREIRA	562	547	550	15	12
COMISSIONADOS	56	24	26	26	30
TOTAL	**618**	**571**	**576**	**41**	**42**

FONTE: DEARH/SEDEP

Desempenho Contábil

Evolução do Resultado

A Companhia apresentou em 2022 um Lucro Líquido de R$ 33,9 milhões em 2022, um aumento de 23,85% comparado com o exercício anterior, conforme segue:

Entre os principais eventos que influenciaram na obtenção deste lucro líquido em 2022 destacam-se:

1. R$51.712 milhões de receitas advindas da imunidade tributária do IPTU do ETSP junto à Prefeitura Municipal de São Paulo;
2. R$40.002 milhões referentes à constituição de provisão de perda dos valores desembolsados pela CEAGESP para pagamento de ex-funcionários do Governo do Estado de São Paulo, com o descumprimento do contrato firmado entre as partes;
3. R$6.748 milhões advindos da alienação de ações da COSESP (Companhia de Seguros do Estado de São Paulo), empresa do Governo do Estado de São Paulo, liquidada em 2022;
4. R$ 23.497 milhões referentes à Contribuição Social sobre o Lucro e Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Diferidos. No decorrer do exercício foram constituídos os impostos diferidos sobre diversas provisões relevantes de valores ainda não realizados.

Observação: Imposto diferido é o mecanismo que permite pagar o imposto somente quando o lucro for creditado, dessa forma, o valor permanece registrado como um ativo até o seu efetivo pagamento, caso ocorra.

Receita Operacional Bruta - ROB

A receita operacional bruta da CEAGESP corresponde aos recursos gerados pelos negócios de entrepostagem e armazenagem de todas as unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo.

Fonte: Demonstrações Contábeis (DECON).

A receita operacional bruta da Companhia fechou o exercício de 2022 com R$ 171.109 milhões, enquanto em 2021, totalizou R$ 152.304 milhões, destaca-se um aumento de 12,35%, alavancada pelo aumento nas arrecadações das receitas de permissão e concessão remunerada de uso (Entrepostagem) e serviços de prestados pela armazenagem:

Definição dos serviços

Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Correspondem à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades de entrepostagem precedidas de licitação.

Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, *ad-valorem*, embarque e serviços complementares. Em 2022 houve captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas.

Principais produtos que são estocados nas unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar entre outros.

Responsabilidade Social

A Companhia, buscando cumprir com sua função social, além de trabalhar com afinco para propiciar a garantia do direito constitucional à uma alimentação saudável, manteve programas com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias/programas têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

O principal programa realizado internamente na CEAGESP é o Banco de Alimentos, que há anos mantém a coleta e distribuição de alimentos que poderiam ser inutilizados/descartados, ao invés disso, atende instituições e pessoas com vulnerabilidade.

Banco CEAGESP de Alimentos - BCA

Criado em 2003, O BCA (Banco CEAGESP de Alimentos) tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e distribuí-los aos beneficiários das entidades públicas/privadas e associações que operem gratuitamente em todas as circunstâncias, com alimentos ou refeição das pessoas em situação de insegurança alimentar, como creches, casas de recuperação, orfanatos, hospitais públicos, asilos e entidades assistenciais em geral, além de outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2022, o BCA do ETSP doou em sua totalidade 1.174 toneladas de alimentos que foram distribuídos em 1.326 atendimentos às 261 entidades cadastradas, conforme tabela abaixo:

Banco CEAGESP de Alimentos ETSP - 2022	
Entidades Cadastradas	261
Atendimento às Entidades (frequências)	1.326
Bancos de Alimentos Cadastrados	27
Atendimento aos Bancos de Alimentos	224
Ações Sociais (Doação Pessoa Física)	43
Ações Sociais Cidades (BCA)	5
Total de Doações (Geral)	**1.174 toneladas**

Fonte: SESUS

Com o objetivo de atender as necessidades dos menos favorecidos nesse momento tão difícil de pós pandemia, o BCA intensificou o trabalho social, colocando em sua agenda semanal a distribuição de alimentos para pessoa física e, quando solicitado, também o atendimento a chamados de ajuda humanitária de populações atingidas por problemas causados pela própria pandemia e/ou desastres naturais, ocorridos nesse ano.

Meio Ambiente

A CEAGESP se preocupa com as questões inerentes à conservação do meio ambiente, pois realiza o correto destino da maioria dos resíduos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus Entrepostos. Há ações voltadas à reutilização, à reciclagem e ao reaproveitamento desses resíduos.

A separação de itens para reciclagem evita o encaminhamento de lixo ao aterro sanitário, também evita que sejam descartados como lixo comum, aumentando o volume a ser varrido e coletado. Essa ação, além de contribuir com o meio ambiente, reduz consideravelmente os valores a pagar com a coleta de lixo.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEAGESP, para atender alguns direcionadores de seu Estatuto Social conta com um setor de pesquisa e desenvolvimento - a Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira, que atua para: elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio; manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e produtos de valor econômico; qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio; comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Com a diminuição dos efeitos da pandemia, em 2022 as atividades foram gradativamente retomadas, como reuniões, palestras e cursos, sendo obtidos bons resultados, destacamos:

1. **Assessoria técnica** permanente a todas as áreas da CEAGESP em assuntos referentes à legislação sanitária, pós-colheita, embalagem, rotulagem e comercialização de frutas e hortaliças, bem como demais temas voltados à cadeia produtiva de frutas e hortaliças. Apoio técnico, em parceria com a Promotoria de Justiça do Consumidor / Ministério Público de São Paulo, em questões relacionadas à rastreabilidade de produtos vegetais frescos para fins de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças comercializados no ETSP (Entreposto Terminal de São Paulo), bem como ações em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com fins de apoio à fiscalização;
2. **Treinamentos técnicos** na área de legislação sanitária, boas práticas, pós-colheita de frutas e hortaliças frescas, embalagem, rotulagem, rastreabilidade, comercialização de frutas e hortaliças, incluindo o programa Hortiescolha (orientação de compras para os serviços de alimentação) para funcionários da Companhia, comerciantes atacadistas, distribuidores e público externo em geral interessados em assuntos referentes à cadeia produtiva de frutas e hortaliças;
3. **Participação em Acordos de Cooperação Técnica com empresas e órgãos públicos:**

APL Agrotech (Processo CEAGESP 168/2021) - Arranjo Produtivo Local em parceria com a EMPTS (Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba), acordo que promove o desenvolvimento agrícola e o acesso dos produtores rurais a novas tecnologias. Participação de 12 municípios da região de Sorocaba que são de grande importância para o abastecimento da CEAGESP, notadamente em hortaliças folhosas, hortaliças de frutos, brássicas e frutas.

EMBRAPA Diretoria de Negócios (Processo CEAGESP 025/2020) - Tratamento dos dados gerados pela CEAGESP em parceria com a SEDES (Seção de Economia e Desenvolvimento) e a EMBRAPA Diretoria de Negócios do Distrito Federal.

EMBRAPA Uva e Vinho (Processo CEAGESP 025/2020) - Acordo de cooperação que visa a atividade de prospecção, acesso e análise de dados de comercialização e qualidade das cultivares de uva da EMBRAPA em comparação com outras cultivares do mercado com os maiores volumes de comercialização no ETSP, com o objetivo de avaliar e fornecer subsídios ao programa de melhoramento genético da EMBRAPA.

SDA/MAPA (Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária) (Processo CEAGESP 077/2020) - acordo de cooperação com o DIPOV/SDA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal/Secretaria de Defesa Agropecuária, para o desenvolvimento dos referenciais fotográficos de frutas e hortaliças frescas, com base na instrução normativa IN nº 69 de 06/11/2018 dos requisitos mínimos de identidade e qualidade para produtos hortícolas, assessoria técnica na elaboração da brochura do mamão dentro do padrão internacional de comercialização para frutas e hortaliças frescas da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para a aplicação de normas internacionais. Participação nos trabalhos da delegação brasileira junto aos organismos internacionais OECD, CODEX e UNECE, elaborando e revisando padrões, regras e regulamentos técnicos para os produtos de origem vegetal.

4. Prestação de informações econômicas e de mercado:

A CEAGEP, por meio da área de Economia e Desenvolvimento, recebe e dá tratamento aos dados das notas fiscais de entrada de produtos comercializados no ETSP, a fim de elaborar relatórios de informações econômicas e de mercado, identificando a variação de preços, ajudando a sociedade a direcionar o consumo para produtos sazonais, com preços menores, e inclusive auxiliando Órgãos de controle na tomada de decisão, quando da análise de preços de alimentos.

Políticas Públicas

Anualmente, a CEAGESP divulga em seu portal a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa. Trata-se de um documento subscrito pelo Conselho de Administração que demonstra os compromissos de realização dos objetivos das Políticas Públicas para atendimento do interesse coletivo.

Cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu inciso VIII, do artigo 23, trata da competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Munícipios para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, atividades inerentes à CEAGESP, principalmente à questão do abastecimento alimentar.

Destacam-se as principais ações realizadas neste tema:

1. **Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma:** A Associação de Apoio à Infância e Adolescência - Nossa Turma é uma organização social sem fins lucrativos, localizada no ETSP - em espaço cedido pela CEAGESP, proporciona às crianças e adolescentes em situação de risco social e moradores do entorno do Entreposto, um espaço seguro para a socialização, onde o respeito e o resgate da cidadania são vivenciados no dia a dia;
2. **Consulta Frete:** A CEAGESP mantém em seu portal da internet uma ferramenta direcionada aos caminhoneiros que estão a utilizar o Entreposto de São Paulo. O serviço tem o objetivo de facilitar o contato entre caminhoneiros e permissionários que precisem contratar fretes;
3. **Boletim informativo diário:** Este boletim é utilizado como referência para a formação de preços do mercado atacadista com reflexos na comercialização em outros estados, bem como, servem de balizadores oficiais de políticas públicas, tais como as compras institucionais (alimentação escolar), base para auditorias do Controle Interno Federal, entre outros;
4. **Banco CEAGESP de Alimentos:** Importante trabalho social, realizado pela área de Sustentabilidade, com ações voltadas a recebimento de alimentos e respectiva doação a entidades devidamente cadastradas e necessitadas. Realiza-se também ações específicas nas cidades vítimas de desastres ambientais.

Tendência

Findo o exercício de 2022, a CEAGESP passou a incorporar, já no início de 2023, a estrutura orgânica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar - MDA. Esta transferência institucional do Ministério da Economia para o MDA reforçou a identidade social da CEAGESP no intuito de revitalizar e propor novos projetos voltados para o abastecimento e a segurança alimentar.

As ótimas perspectivas de promover novas ações em 2023 coincidiram com as previsões operacionais para os setores de armazenamento e entrepostagem da Empresa.

De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura e Pecuária, o setor de grãos deverá obter expressivo crescimento no biênio 2023-2024. O mesmo cenário produtivo é ressaltado pelos indicadores da FGV quando se projeta um crescimento do PIB de 2% em 2022 para 8% em 2023.

Além disto, o IBGE estima um aumento na safra de grãos, cereais e leguminosas, devendo alcançar aproximadamente 294,0 milhões de toneladas com uma aumento esperado de 11,8% em relação a 2022.

No contexto interno, a CEAGESP estima que a ocupação das áreas comerciais no Entreposto Terminal de São Paulo - ETSP e nas Unidades do Interior, deverão apresentar crescimentos regulares de 2,0 a 3,0%.

Estes resultados projetados para o exercício de 2023 irão impactar positivamente as receitas da Companhia.

Se estes indicadores se mostram satisfatórios, e o avanço dos projetos de segurança alimentar apresentam ótimas perspectivas de viabilidade em 2023, uma nova incerteza surgiu ainda no exercício passado quando a CEAGESP manteve-se no Plano Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 04/10/2019 do Ministério da Fazenda.

Este fato traz às inúmeras incertezas sobre seu destino institucional, seus planos e projetos de expansão da ocupação de seus entrepostos e da sua rede armazenadora pela redução dos investimentos da Cia. e dos seus usuários permissionários/concessionários.

Fragiliza, ainda, o seu compromisso com o abastecimento e a segurança alimentar no exato momento em que o Governo Federal retoma seu papel condutor das políticas de combate à fome e a desnutrição e a saúde.

Deste modo, é fundamental e com a urgência necessária que seja mantida a atual permanência da CEAGESP na estrutura orgânica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura familiar - MDA, como instrumento garantidor do fortalecimento e da expansão deste importante complexo de abastecimento alimentar e das políticas de segurança alimentar.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.081	24.144
Clientes	5	25.635	24.692
Impostos a recuperar / compensar	6	506	216
Estoques	7	1.316	832
Outros valores	8	599	512
Despesas antecipadas	9	2.467	1.410
Total do ativo circulante		**64.604**	**51.806**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Causas judiciais	10	3.259	9.204
Contas a Receber Gov. Est. SP.	10	–	33.041
IRPJ e CSLL - diferidos	11	23.497	–
Outros valores	12	2.051	2.051
Total do realizável a longo prazo		**28.807**	**44.296**
Investimentos	13	86	241
Imobilizado	14	185.382	192.908
Intangível	15	89	183
Total do ativo não circulante		**214.364**	**237.628**
TOTAL DO ATIVO		**278.968**	**289.434**

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO + Patrimônio líquido			
Passivo Circulante			
Fornecedores	16	5.312	4.120
Arrendamento mercantil	17	201	–
Férias e encargos a pagar	18	8.875	7.921
Contribuições sociais a recolher	19	4.066	3.392
Obrigações fiscais a recolher	20	4.919	10.683
Obrigações trabalhistas a pagar	21	311	624
PLR a pagar	22	4.293	–
Contas a pagar	23	5.202	3.224
Dividendos a pagar	24	8.197	6.646
Total do passivo circulante		**41.376**	**36.610**
Passivo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	–	5.148
Obrigações fiscais a recolher	20	1.059	48.598
Provisões judiciais	26	12.028	14.540
Provisão atuarial	27	9.056	–
Total do passivo não circulante		**22.144**	**68.286**
Patrimônio líquido			
Capital social	28.1	142.235	137.041
Reservas de lucros	28.2	58.677	32.392
Ajuste de Avaliação Patrimonial	28.3	14.536	15.105
Total do patrimônio líquido		**215.448**	**184.538**
TOTAL DO PASSIVO + PL		**278.968**	**289.434**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros					
	Capital Social Subscrito	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Reserva Especial	Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**137.041**	**15.675**	**3.513**	**–**	**3.098**	**7.572**	**–**	**166.900**
Realização da reserva de reavaliação	–	(570)	–	–	–	–	570	–
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	27.382	27.382
Constituição da Reserva Legal	–	–	1.369	–	–	–	(1.369)	–
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	–	–	–	19.937	–	–	(19.937)	–
Constituição Dividendos a Pagar	–	–	–	–	–	–	(6.646)	(6.646)
Atualização da Reserva Especial	–	–	–	–	134	–	–	134
Pagamento da reserva especial (Dividendos)	–	–	–	–	(3.232)	–	–	(3.232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**137.041**	**15.105**	**4.882**	**19.937**	**–**	**7.572**	**–**	**184.538**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**137.041**	**15.105**	**4.882**	**19.937**	**–**	**7.572**	**–**	**184.538**
Realização da reserva de reavaliação	–	(570)	–	–	–	–	570	–
Capital Subscrito	5.194	–	–	–	–	–	–	5.194
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	33.913	33.913
Constituição da Reserva Legal	–	–	1.696	–	–	–	(1.696)	–
Constituição da Reserva de Retenção de Lucros	–	–	–	24.590	–	–	(24.590)	–
Constituição Dividendos a Pagar	–	–	–	–	–	–	(8.197)	(8.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**142.235**	**14.535**	**6.578**	**44.527**	**–**	**7.572**	**–**	**215.448**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional líquida	29.1	**146.744**	**129.856**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	29.2	(75.094)	(58.930)
Lucro bruto		**71.650**	**70.926**
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(5)	(17)
Gerais e administrativas	29.3	(98.816)	(39.708)
Honorários da administração		(1.177)	(1.041)
Outras despesas operacionais		(6.014)	(155)
Outras receitas operacionais	29.4	61.795	634
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**27.433**	**30.639**
Despesas financeiras	29.5	(5.449)	(943)
Receitas financeiras	29.6	7.050	3.678
RESULTADO FINANCEIRO		**1.601**	**2.735**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**29.034**	**33.374**
Contribuição social corrente	34.1	(5.030)	(1.727)
Imposto de renda corrente	34.1	(13.588)	(4.265)
Contribuição social diferida	11	6.220	–
Imposto de renda diferido	11	17.277	–
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**33.913**	**27.382**
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		**0,99**	**0,80**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**33.913**	**27.382**
(+) Realização da reserva de reavaliação	570	570
RESULTADO LÍQUIDO ABRANGENTE	**34.483**	**27.952**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede, administração e foro localizados na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1.946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, transferiu a vinculação da CEAGESP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Economia. Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos do agronegócio, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Presta serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas. Executa, ainda, serviços complementares de estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, mantendo serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 08 de março de 2023 e serão divulgadas após analisadas pelo Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (IFRS e BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e correlacionadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção de práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis encerradas para 31 de dezembro de 2021, publicadas em março de 2022, portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo histórico, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Os títulos a receber estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais, que requerem a análise periódica das carteiras de créditos. Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira, conforme nota explicativa nº 5.4. A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD é considerada suficiente pela Alta Administração e atende aos critérios estabelecidos para cobrir eventuais perdas.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo método de avaliação "custo médio ponderado".

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de imposto de Renda e CSLL, e, leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.6. Investimentos

Estão demonstrados pelo valor de aquisição.

3.7. Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação. O cálculo da depreciação sobre a vida útil estimada dos bens foi implementado em 2016, com base em laudo emitido por empresa contratada que realizou o levantamento de todos os bens da Companhia. O ativo intangível composto por marcas e direitos de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada dos bens de acordo com a legislação, devendo ser mantidas neste grupo até a sua efetiva baixa.

3.8. Arrendamentos

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia não detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos operacional. Estes são ativados no início do arrendamento, pelo valor justo do bem arrendado. O ativo é incluído no balanço patrimonial na rubrica "Veículos - Arrendamento Mercantil" do grupo Imobilizado. Os custos gerados neste arrendamento é reconhecida de acordo com a prática contábil mencionada em nota explicativa nº 14.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Resultado ajustado		
Resultado líquido do exercício	33.913	27.382
Depreciação e amortização	9.169	7.281
Resultado líquido da alienação de imobilizado	(8.436)	896
Despesas com provisões judiciais	6.545	(15.850)
Variação monetária líquida	5.257	1.515
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber - processos trabalhistas	37.581	(1.681)
Contas a receber - alienação de imóveis	(23.497)	–
Contas a receber - clientes	(942)	10.970
Estoques	(484)	(225)
Impostos a recuperar	(290)	–
Despesas antecipadas	(1.057)	(683)
Outros créditos	1.319	1.637
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	3.354	35
Fornecedores	1.393	77
Impostos, encargos e contribuições a recolher	4.382	(2.116)
Obrigações fiscais a recolher	(58.288)	(13.576)
Contas a pagar	174	3.179
Férias e encargos a pagar	953	(523)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**11.046**	**18.319**
Atividades de investimentos		
Investimento		
Redução do investimento	156	–
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(2.430)	(422)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(2.274)**	**(422)**
Atividades de financiamentos		
Variação monetária sobre adiantamento para futuro aumento de capital	46	68
Dividendos pagos	(6.961)	(3.232)
Recebimento ressarcimento de seguros	1.332	–
Recebimento participação societária	6.748	–
Pagamento de empréstimos	–	(2.050)
Juros pagos sobre empréstimos	–	25
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**1.165**	**(5.189)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**9.937**	**12.708**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24.144**	**11.436**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**34.081**	**24.144**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**9.937**	**12.708**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

		31.12.2022	31.12.2021
1	**Receitas**	**190.482**	**144.693**
1.1	Receitas operacionais	171.109	152.304
1.2	Perda / reversão de crédito de liquidação duvidosa	(42.422)	(8.245)
1.3	Outras receitas operacionais	61.795	634
2	**Insumos adquiridos de terceiros**	**(57.117)**	**(29.103)**
2.1	Energia, serviços adquiridos de terceiros, água e outros	(37.774)	(31.980)
2.2	Materiais e manutenções	(7.431)	(7.879)
2.3	Propaganda e publicidade	(9)	(30)
2.4	Utilidades e serviços	(3.953)	(3.484)
2.5	Provisões diversas	(7.950)	14.270
3	**Valor adicionado bruto (1 - 2)**	**133.365**	**115.590**
4	**Retenções**	**(9.169)**	**(7.281)**
4.1	Depreciação e amortização	(9.169)	(7.281)
5	**Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3 - 4)**	**124.196**	**108.309**
6	**Valor adicionado recebido em transferência**	**7.050**	**3.678**
6.1	Receitas financeiras	7.050	3.678
	Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**131.246**	**111.987**
	Distribuição do valor adicionado	**131.246**	**111.987**
7	**Remuneração do trabalho**	**53.540**	**47.327**
7.1	Salários, honorários e benefícios	47.220	40.111
7.2	FGTS	6.320	7.216
8	**Remuneração do governo**	**38.343**	**36.335**
8.1	Federais (IRPJ/CSLL)	(4.879)	5.992
8.2	INSS	17.337	15.384
8.3	PIS/COFINS sobre vendas	21.300	19.512
8.4	Impostos, taxas e contribuições	4.585	(4.553)
9	**Remuneração de capital de terceiros**	**5.450**	**943**
9.1	Juros, multas e atualizações monetárias	5.450	943
10	**Remuneração de capitais próprios**	**33.913**	**27.382**
10.1	Lucro	33.913	27.382

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

3.9. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados periodicamente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

O teste de impairment pelo valor justo líquido de despesa de venda: também apresentou evidencias de que o valor venal dos bens imóveis supera em 10 (dez) vezes o valor líquido contábil da UGC CEAGESP, o que afasta quaisquer indícios de perda por desvalorização. No teste do Grupo de Ativos, o que tem mais materialidade (Bens Imóveis) supera o valor líquido contábil de Bens Móveis e Imóveis, o que prova a recuperabilidade.

A Administração considera remota que o valor recuperável dos ativos correntes seja menor do que o valor contábil.

3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

3.11. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

3.12. Obrigações e Provisões de Contingências

As obrigações com terceiros são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, reconhecendo, quando aplicáveis, os correspondentes encargos e variações monetárias, previstas contratual ou legalmente, incorridos até a data do Balanço. As provisões de contingências são constituídas com base em opinião do departamento jurídico e da Alta Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pelo departamento jurídico estão divulgadas na nota explicativa nº 26, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

3.13. Provisão Atuarial

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço. A obrigação de benefício definido é calculada com base no método da unidade de crédito projetada. No presente estudo foi adotada a segregação por sexo. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das futuras saídas de caixa estimadas, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, que sejam denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. A probabilidade de saída da empresa antes de completar a elegibilidade à aposentadoria é nula.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

3.15. Reconhecimento de Receitas

A receita de vendas inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

3.16. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

3.17. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações de passivos contingentes.
Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias e são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	40	35
Bancos Conta Movimento	1.877	5.648
Aplicações Financeiras	32.164	18.461
	34.081	**24.144**

4.1. Caixa
Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades Operacionais.
4.2. Bancos Conta Movimento
Correspondem aos saldos em contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.
4.3. Aplicações Financeiras
Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5. CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Contas a Receber - Entrepostagem	21.675	21.318
Valores em Cobrança	4.460	5.101
Contas a Receber - Armazenagem	4.225	4.102
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(4.725)	(5.829)
	25.635	**24.692**

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.
5.1. Contas a Receber - Entrepostagem
Nesta conta são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital e 4 Unidades Frigoríficas (desativadas). O aumento de R$ 357 registrado nesta nomenclatura está relacionado, principalmente, **à recuperação do IPTU do período**.
5.2. Valores em Cobrança
São créditos vencidos de cobrança sob análise jurídica relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora, que se encontram em análise de abertura de processo judicial. Houve uma diminuição de R$ 641 em relação 31 de dezembro de 2021.
5.3. Contas a Receber - Armazenagem
Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 35 Unidades (unidades e terrenos), sendo, 13 ativas, 18 cedidas e 4 inativas, em 31 de dezembro de 2022. Houve aumento de R$ 123 em relação a 31 de dezembro de 2021 e está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas.
5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa
A Companhia adota como política o registro do valor total das perdas estimadas com vencimentos superiores a 180 dias e demais critérios detalhados a seguir.
Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira.
Dessa forma, na atividade de entrepostagem são considerados os valores vencidos e complementar de perdas esperadas, enquanto na armazenagem é considerado uma estimativa de perda, para complementar o valor da mercadoria estocada para garantia de uma potencial saída de recursos.
Houve redução de R$ 1.104 em relação a 31 de dezembro de 2021, tendo as principais variações nas cobranças judiciais em análise em R$ 642, e, na entrepostagem em R$ 317.

Movimentação da conta	Saldo em 31.12.2021	Entrada	Saída	Perdas Estimadas	Saldo em 31.12.2022
Cobranças no Jurídico em Análise	(5.101)	(878)	1.520	–	**(4.459)**
CEASAS, Frigoríficos e E.T.S.P	(415)	(6)	23	300	**(98)**
Contas a Receber Cliente Armazéns	(133)	(350)	341	56	**(86)**
Usuários - Parcelados	(179)	(48)	123	22	**(82)**
Usuários-Parcelados-Proc. SINCAESP	(1)	–	1	–	–
Total de constituição	**(5.829)**	**(1.282)**	**2.008**	**378**	**(4.725)**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR

	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ - Saldo Negativo	435	191
CSLL - Saldo Negativo	71	25
	506	**216**

Os valores de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa referem-se a recolhimentos no Lucro Real Anual mediante apuração feita por estimativas mensais, com recolhimentos mensais, a título de antecipações mensais. O encerramento definitivo se dá no fim do período de apuração, por meio da Declaração de Ajuste Anual. Os valores de IRPJ e CSLL saldos negativos referem-se a apuração recolhida a maior após o encontro de contas deste grupo.

7. ESTOQUES

	31.12.2022	31.12.2021
Almoxarifado	1.279	831
Estoques de Vendas	37	1
	1.316	**832**

O almoxarifado é composto por insumos necessários à operação e manutenção das atividades da Companhia, cuja avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição ponderado.
7.1. Estoque de Terceiros
O controle do estoque físico dos produtos armazenados é realizado pelo DEPAR - Departamento de Armazenagem, área responsável pela administração e armazenamento dos produtos. O valor anual apresentado de 2022 corresponde a R$ 365.915.
Os controles quantitativos das mercadorias de terceiros depositadas nos armazéns são registrados através de formulários de controle desenvolvidos nas unidades e são enviados mensalmente à área fiscal e contábil para o registro em contas de compensação.
Vale mencionar que os estoques de terceiros estão segurados através da apólice de seguro patrimonial - Riscos Nomeados e Mercadoria a valor ajustável.

8. OUTROS VALORES

	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a Funcionários	502	433
Outros Créditos	80	62
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	599	**512**

8.1. Adiantamentos a Funcionários
São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.
8.2. Outros Créditos
Valor a receber de funcionários, referente a desconto de benefícios diversos, principalmente por ocasião de afastamento e por não possuir saldo em conta de salário a descontar naquele momento, para ser descontado em folha de pagamento futura ou restituição dos valores pelo funcionário que são depositados em conta corrente da CEAGESP.
8.3. Cauções para Garantias Diversas
Valores a recuperar referentes a garantias contratuais. O valor registrado é relacionado à caução de serviços públicos da Prefeitura de São Paulo.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios de Seguros a Vencer	2.467	1.410

9.1. Prêmio de Seguros a Vencer
São registradas as parcelas de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil de acordo com período de vigência, conforme nota explicativa nº 32.

10. CAUSAS JUDICIAIS E CONTAS A RECEBER - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Movimentação do Período	31.12.2021	Adições	Reversões ao reclamante	Provisão p/ perdas	31.12.2022
Causas Trabalhistas - Terceiros	1.664	234	(166)	–	1.732
Causas Trabalhistas - CEAGESP	733	348	(20)	–	1.061
Causas Diversas - Cíveis	464	4.021	(4.019)	–	466
Contas a receber Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento)	37.979	1.569	(753)	(38.795)	–
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo - Processos em Andamento	1.405	2	(200)	(1.207)	–
	42.245	**6.174**	**(5.158)**	**(40.002)**	**3.259**

10.1. Causas Trabalhistas - Terceiros
Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.
10.2. Causas Trabalhistas - CEAGESP
São contabilizados os valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da CEAGESP. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.
10.3. Causas Diversas - Cíveis
São registrados os valores de depósitos judiciais como garantia, classificados como recuperáveis até o trânsito em julgado dos processos e baixados conforme parecer jurídico.
10.4. Contas a receber Governo do Estado de São Paulo
Compreendem os valores desembolsados referentes a antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do Governo do Estado de São Paulo que é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 ("Complementações").
10.5. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos em Andamento
Contemplam valores classificados como recebíveis de acordo com classificação jurídica. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo não circulante denominada "Provisões Judiciais - Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo".
Conforme proposta aprovada em RD nº 050 de 25/11/2022 para a contabilização dos saldos das contas "Contas a receber Governo do Estado de São Paulo" e "Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo - Processos em Andamento" como provisão de perda, conforme CPC 48, referente Contrato entre Ceagesp e Governo do Estado de São Paulo até o julgamento final na 2ª Vara Cível da Justiça Federal do Processo nº 5018620-22.2019.4.03.6100.

11. IRPJ E CSLL - DIFERIDOS

Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	31.12.2022 Total
Contingências cíveis	4.013	1.003	361	1.364
Contingências trabalhistas	8.016	2.004	721	2.726
Provisão atuarial	9.056	2.264	815	3.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.725	1.181	425	1.606
Provisão PLR	4.293	1.073	386	1.460
Provisão de créditos junto ao Governo	39.006	9.752	3.511	13.262
		17.277	**6.220**	**23.497**

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes.

12. OUTROS VALORES - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31.12.2022	31.12.2021
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051

Referem-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Itapetininga, decorrentes de demandas judiciais em processo de negociação. Nesta conta não foi estimada a PECLD, pois o bem é mantido como garantia real da Companhia.

13. INVESTIMENTOS

	31.12.2022	31.12.2021
Obras de arte	80	–
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Voluntária Permanente	2	237
	86	**241**

A conta obras de arte consiste no recebimento por doação de duas esculturas instaladas no ETSP.
O valor de R$ 236 da Participação Voluntária Permanente equivalente a 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não controladoras foi baixado em 03/2022 decorrente da liquidação da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, conforme Carta BNDES ASN/DECAT 007/22 de 16 de março de 2022.
O saldo remanescente é composto por participações acionárias nas empresas FEPASA, PRODESP e COTERSO.

14. IMOBILIZADO

Descrição	31.12.2021 Valor líquido	Custo	Taxa (%)	Depreciação acumulada	31.12.2022 Valor líquido
Imóveis	94.217	304.541	2,00	(213.646)	90.895
Terrenos	72.193	72.193	–	–	72.193
Equipamentos e Instalações	11.759	38.982	6,67	(27.683)	11.299
Obras Elétricas	7.208	19.685	6,67	(13.233)	6.452
Obras em Andamento	4.079	2.540	–	–	2.540
Equipamentos de Informática	918	5.025	14,79	(4.321)	704
Móveis e Utensílios	404	2.620	11,11	(2.114)	506
Benfeitorias em Bens de Terceiros	299	2.634	2,00	(2.380)	254
Obras Hidráulicas	268	4.323	6,67	(4.099)	224
Veículos	81	642	10,00	(528)	114
Veículos - Arrendamento Mercantil	–	301	8,33	(100)	201
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	–	–	–	–
Equipamentos e Instalações	161	–	–	–	–
Móveis e Utensílios	114	–	–	–	–
	192.908	**453.486**	**–**	**(268.104)**	**185.382**

A Companhia possui unidades operacionais em municípios do Estado de São Paulo assim localizadas:
• 34 Unidades Armazenadoras Operacionais.
• 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
• 01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
• 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
• 12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
• 04 Terrenos.
Parte das unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal.
O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 1986, a Companhia reavaliou todos os itens das contas de edificações localizados em unidades operacionais ativas (vide nota explicativa nº 28.3).
A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.
A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil econômica dos bens, de acordo com o IAS 16 (CPC27), tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.
O CPC 01 (R1) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", item 9, determina: (...) "A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização". Até o momento a administração não identificou indícios de impairment.
Em agosto de 2022 a CEAGESP contratou serviço especializado para identificação de possível desvalorização de ativos "teste de *Impairment*". Através do certificado emitido pela empresa contratada não houve indícios para ajuste de impairment. Durante o exercício de 2022 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO)

	31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2022
Imóveis	94.217	1.207	–	(4.529)	90.895
Terrenos	72.193	–	–	–	72.193
Equipamentos e Instalações	11.759	2.742	(81)	(3.121)	11.299
Obras Elétricas	7.208	–	–	(756)	6.452
Obras em Andamento	4.079	2.560	(4.099)	–	2.540
Equipamentos de Informática	918	3	–	(217)	704
Móveis e Utensílios	404	320	(3)	(215)	506
Benfeitorias em Bens de Terceiros	299	–	–	(44)	254
Obras Hidráulicas	268	–	–	(45)	224
Veículos	81	44	–	(11)	114
Veículos - Arrendamento Mercantil	–	301	–	(100)	201
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	–	(1.207)	–	–
Equipamentos e Instalações	161	–	(161)	–	–
Móveis e Utensílios	114	–	(114)	–	–
	192.908	**7.177**	**(5.665)**	**(9.038)**	**185.382**

15. INTANGÍVEL

	Custo	Taxa (%)	Amortização acumulada	31.12.2022 Valor líquido	31.12.2021 Valor líquido
Direitos de Uso de Software	4.833	20	(4.744)	89	183
Marcas e Patentes	37	14,79	(37)	–	–
	4.870	**–**	**(4.781)**	**89**	**183**

MOVIMENTAÇÃO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2021	Adições	Amortização	31.12.2022
Direitos de Uso de Software	183	–	(94)	89

16. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	5.513	4.120

A conta de Fornecedores apresentou uma variação de R$ 1.192 maior em relação a dezembro de 2021 principalmente para os serviços de segurança, limpeza e renovação de seguro.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31.12.2022	31.12.2021
Arrendamento Mercantil	201	–

Conta Arrendamento Mercantil refere-se a operações de arrendamento de veículos de acordo com a NBC TG 06 (R3).
A Companhia adotou o posicionamento do registro de arrendamentos de veículos a partir de 2022.

18. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Férias e Gratificações	6.543	5.828
INSS e FGTS a Pagar	2.332	2.093
	8.875	**7.921**

As obrigações referentes a direitos trabalhistas são constituídas com base nas provisões realizadas através das informações fornecidas pela folha de pagamento da Companhia.

19. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2022	31.12.2021
INSS - Empresa - Empregados	1.574	1.455
Cofins a Recolher	1.187	838
INSS - Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	528	430
FGTS - Empresa	521	488
Pasep a Recolher	256	181
	4.066	**3.392**

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	31.12.2022 Curto prazo	31.12.2022 Longo prazo	31.12.2021 Curto prazo	31.12.2021 Longo prazo
Impostos Retidos - Lei nº 10.833/03	1.578	–	1.316	–
Programa Recuperação Fiscal - Refis	1.413	1.059	1.338	2.341
Imposto de Renda - Fonte - Empregados	1.167	–	1.713	–
Impostos e Taxas Municipais	481	–	439	–
ISS de Terceiros	211	–	200	–
ISS - Empresa	69	–	56	–
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	–	–	5.337	46.257
IRPJ e CSLL a Recolher	–	–	272	–
ICMS a Recolher	–	–	12	–
	4.919	**1.059**	**10.683**	**48.598**

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.
20.1. Programa de Recuperação Fiscal - Refis
O saldo refere-se a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil - RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R$ 2.472, corrigidas mensalmente pela taxa Selic, com término do parcelamento previsto para 28/09/2024.
20.2. Impostos e Taxas Municipais
Correspondem ao IPTU e taxas a pagar.
20.3. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI
Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, nos exercícios de 2014 a 2020, conforme adesão ao parcelamento nº 3192452-2 de 19 de agosto de 2021.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

	Saldo Anterior	Baixas	Atualização	Imunidade Tributária	31.12.2022
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	57.139	(11.155)	5.728	51.712	–

No decorrer de 2022 a Companhia obteve imunidade tributária junto a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP referente ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI conforme processos números 6017.2021/0001226-2, 6021.2022/0021749-6, 6017.2022/004855-9, no valor total de R$51.712.

21. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Processos Judiciais Trabalhistas a Pagar	299	599
Ordenados a Pagar	12	25
	311	**624**

21.1. Processos Judiciais Trabalhistas a Pagar
Correspondem a parcelamentos de processos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e de empregados de serviços terceirizados nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. A redução em relação a 31.12.2021 no valor de R$ 599 é decorrente do término dos pagamentos realizados em parcelas iguais dos acordos judiciais assinados em 2021 de ação indenizatória movida por ex-funcionários.

22. PLR A PAGAR

	31.12.2022
Provisão PLR a Pagar	4.293

Corresponde a Participação dos Lucros e Resultados destinados aos funcionários e dirigentes no exercício de 2022 cujo pagamento corresponderá a uma folha de pagamento mensal e que não ultrapasse 6% sobre o lucro líquido apurado no período. No exercício de 2021 não houve registro de provisão do PLR.
A Companhia adotou o registro de provisionamento do PLR a partir de 2022.

23. CONTAS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Correntistas Credores	4.517	1.163
Contas a Pagar Diversos	615	509
Cauções e Retenções	70	70
Convênio SEAP	–	1.482
	5.202	**3.224**

23.1. Correntistas
Nesta nomenclatura são registrados valores levantados judicialmente em processos de desapropriação de área e créditos de clientes. A conta Correntistas, trata-se de clientes que efetuaram o pagamento de boletos em duplicidade ou a maior e restou um crédito a ser devolvido posteriormente. A variação a maior de R$ 3.354 em relação a dezembro de 2021 diz respeito principalmente a restituição do rateio com recuperação de IPTU no valor de R$ 3.464 que deverá ser devolvida aos permissionários no ano de 2023 por motivo da imunidade tributária concedida pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP no período de 2022 conforme nota explicativa nº 20.3 aprovada em RD nº 52 de 08/12/2022.
23.2. Contas a Pagar Diversas
São registrados valores de honorários advocatícios de sucumbência, convênio com instituições financeiras referente a empréstimos consignados, entre outros.
23.3. Cauções e Retenções
Correspondem a valores recebidos como garantias de contratos para assegurar prejuízos advindos de não cumprimento dos objetos contratuais, pela falta de adimplemento de obrigações previstas, prejuízos causados à Administração ou a terceiros, multas punitivas, dentre outras não conformidades.
23.4. Convênio SEAP
Este convênio foi realizado entre a CEAGESP e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca- SEAP, com investimentos na área industrial do Pescado do ETSP, recebido como doação, no programa de modernização do setor. Esta etapa foi concluída e inaugurada em 2008. Em dezembro de 2022 foi emitido o Termo de Doação Nº 156/2022 de 14/12/2022 conforme D.O.U. de 16 de dezembro de 2022_seção 3_página 3 ref. Processo 21000.022714/2022-62. Doador: CNPJ 00.396.895/0001-25 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, desde então o registrado desta doação foi reclassificada como resultado na conta de receitas, bem como, toda a sua depreciação no grupo de despesa Indedutível.

24. DIVIDENDOS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a Pagar	8.197	6.646

Os dividendos obrigatórios foram calculados sobre o Lucro Líquido Ajustado - LLA do exercício de 2022, conforme determina o artigo nº 202 da Lei 10.303 de 2001. O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia-geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme determina o artigo nº 205,

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

§3º, da Lei 6.404/76. Mantido em conta de reserva especial e atualizado pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º

25. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O saldo de R$ 1.594.769,91 na conta de AFAC refere-se a resíduos do aporte de capital realizado no valor de R$ 11.780.850,46, com data-base 31.12.2010, devidamente atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC, no período de 01.01.2011 até a data da realização da AGE realizada em 22.07.2011, cuja atualização foi contabilizada mensalmente até a efetivação do aumento de capital ocorrido na data de 19 de abril de 2022.

Em 30 de dezembro de 2021 conforme a Lei nº 14.244 de 19 de novembro de 2021, houve nova entrada de recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional) em favor da CEAGESP no valor de R$ 3.599.157,00 referente participação no capital para a pavimentação de vias existentes nas dependências da Companhia localizadas na capital e no interior. Aprovada em Ata de Reunião de Diretoria nº 07 de 03 de fevereiro de 2021 a celebração do convênio entre a CEAGESP e o Ministério do Desenvolvimento Regional que trata de Participação no Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Foi aprovada o aumento de capital de R$ 137.041.204,62 para R$ 142.235.132,50, conforme ata s/nº, em AGO e AGE realizadas em 19 abril de 2022. A variação maior de R$ 5.193.927,88 refere-se a soma dos resíduos de aporte do AFAC-2015 no valor de R$ 1.594.769,91, bem como, do AFAC-2021 no valor R$ 3.599.157,00 efetivados naquela data.

26. PROVISÕES JUDICIAIS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões trabalhistas - CEAGESP	3.441	3.944
Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros	3.401	2.570
Provisão para Riscos Cíveis	2.044	4.971
Provisão para Riscos Fiscais	1.969	1.650
Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP	1.174	1.405
	12.029	**14.540**

As provisões são constituídas com base em dados da classificação jurídica, e em atendimento do CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas relevantes no período entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

26.1. Provisões trabalhistas - CEAGESP

Conta destinada a classificar as provisões para contingências trabalhistas. Houve redução de R$ 503 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

26.2. Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros

Conta destinada a classificar as provisões para contingências trabalhistas de terceiros. O aumento foi de R$ 831 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

26.3. Provisão para Riscos Cíveis

Conta destinada a classificar os valores referentes às ações cíveis. Houve redução de R$ 2.927 em comparação a 31 de dezembro de 2021.

26.4. Provisão para Riscos Fiscais

Conta destinada a classificar os valores referentes às ações cíveis. Em comparação a 31 de dezembro de 2021 a variação de R$ 319 foi maior.

26.5. Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP

Conta destinada a classificar os valores referentes às ações trabalhistas (nota explicativa nº 10.5). Na comparação com 31 de dezembro de 2021 houve redução de R$ 231.

A variação total relativa a 31 de dezembro de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 2.511 a menor.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	31.12.2021	Provisões	Liquidação	31.12.2022
Provisões judiciais trabalhistas - CEAGESP	3.944	1.452	(1.955)	3.441
Provisões judiciais trabalhistas - Terceiros	2.570	2.545	(1.714)	3.401
Provisão para Riscos Cíveis	4.971	371	(3.298)	2.044
Provisão para Riscos Fiscais	1.650	387	(68)	1.969
Provisões judiciais trabalhistas - Governo Estado SP	1.405	617	(848)	1.174
	14.540	**5.372**	**(7.883)**	**12.029**

A Companhia possui registrado no grupo de "CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO" (nota explicativa nº 10) o valor de R$ 1.174 que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se a processos judiciais de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado de São Paulo conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R$ 114.974 com risco de perda classificado como possível. Em processos judiciais cíveis no valor montante de R$ 113.194, e para os processos trabalhistas e tributários em R$ 1.781, conforme classificação jurídica.

A variação a maior em relação a 31.12.2021 foi de R$ 6.666, com maior impacto nos processos judiciais cíveis em R$ 6.300, devido à inclusão de novos processos e atualização dos valores e reclassificação.

27. PROVISÃO ATUARIAL

	31.12.2022
Provisão Atuarial - Prospectiva	9.056

Em dezembro de 2022 houve provisão atuarial correspondente ao trabalho de profissional qualificado que identificou materialidade através de laudo contábil atuarial s/nº O resultado da avaliação atuarial na Companhia revelou um passivo atuarial de R$ 9.056. O passivo referente ao grupo de aposentados monta a quantia de R$ 7.794, e o passivo referente ao grupo de pensionistas, monta a quantia de R$ 1.262. Resultados do estudo de avaliação da materialidade do passivo atuarial do benefício de complementação de renda, patrocinado pela Companhia pelo motivo de o Governo do Estado de São Paulo ter negado o pagamento do acordo afirmado em anos anteriores e do diagnóstico de exposição a risco em relação aos benefícios oferecidos aos empregados e ex-empregados nos termos do pronunciamento contábil cpc-33 (r1) - "Benefícios a empregados".

Complemento de renda de aposentadoria do INSS De acordo com o item III da Resolução n° 02 de 14 de março de 1979 que aprovou o regulamento que rege os benefícios especiais e da aposentadoria e pensão devidos aos empregados admitidos até 25 de agosto de 1975, é devido ao empregado que tiver 30 anos, se do sexo feminino, ou 35 anos, se do sexo masculino, de serviços prestados à empresa, ou que for aposentado por invalidez, o abono mensal equivalente à diferença entre a importância paga pelo INSS e os vencimentos do cargo efetivo a que o empregado pertencer na data de aposentadoria. Na hipótese de falecimento do aposentado, o benefício será reversível ao cônjuge no percentual de 80%.

Apresentamos as principais estatísticas inferidas a partir das bases de dados encaminhadas pela CEAGESP e utilizadas na avaliação atuarial (*data-base: dezembro/22):

Tipo de Beneficiário	Frequência	Idade Média	Folha Anual (R$)
Aposentados	28	73,4	813.245
Pensionistas	7	75,2	125.777
	35	**73,8**	**939.022**

Hipóteses Atuariais utilizadas

Apresentamos a seguir as hipóteses biométricas e financeiras adotadas na avaliação atuarial da CEAGESP:

Premissas - 2022	
Tábua Mortalidade	AT-2000 Básica M/F
Mortalidade de Inválidos	N/A
Composição familiar	Sexo feminino 4 anos mais jovem
Taxa de Desconto real	6,19%
Taxa de Inflação	4,00%
Rotatividade	Nula

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	31.12.2021	Provisões	31.12.2022
Aposentados	–	7.794	7.794
Pensionistas	–	1.262	1.262
Provisão Atuarial	**–**	**9.056**	**9.056**

A Companhia adotou o registro de provisionamento atuarial após Laudo emitido por empresa especializada, a partir de 2022.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social e Composição Acionária

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022.

			31.12.2022	31.12.2021
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,69	141.801	136.607
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	108.858	0,30	433	433
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	22	0,01	1	1
	34.403.023	**100,00**	**142.235**	**137.041**

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019, de acordo com a nota explicativa nº 38.

Foi aprovada o aumento de capital de R$ 137.041 para R$ 142.235, conforme ata s/nº, em AGO e AGE realizadas em 19 abril de 2022.

28.2. Reserva de Retenção de Lucros

O saldo é constituído do lucro líquido ajustado após constituição do dividendo obrigatório, com a adição do saldo acumulado das reservas legal e estatutária, conforme DMPL.

Esta reserva exige que:

Retenção de Lucros (Art. 196 - L. 6.404)

ART. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (redação dada pela Lei nº 10.303/2001).

28.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo da reserva de reavaliação no período é de R$ 14.536. Foram realizados R$ 570 até 31 de dezembro de 2022 e transferidos para a conta do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas efetuada com base na Lei nº 6.404/76, e a empresa optou por manter a reserva até a sua realização completa conforme período estipulado no laudo de avaliação. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

28.4. Lucro do Exercício

O lucro no período foi de R$ 34.483, considerando a realização da reserva de reavaliação de R$ 570, conforme nota explicativa nº 28.3, resultando um lucro acumulado de R$ 33.913.

29. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O lucro líquido do período em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 33.913, enquanto em 31 de dezembro de 2021 houve lucro de R$ 27.382. A variação apresentada foi maior em R$ 6.531, equivalente a 24%, e corresponde aos seguintes fatores: **a)** aumento das receitas operacionais brutas no valor de R$ 18.805, principalmente nos serviços prestados na permissão remunerada de uso R$ 10.124 e na armazenagem que variou R$ 8.395 relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, vide nota explicativa nº 29.1; **b)** aumento de R$ 4.507 de despesas financeiras, relacionadas principalmente à atualização das parcelas do IPTU de 2019 e 2020, conforme nota explicativa nº 29.5; **c)** aumento de R$ 16.164 nos custos dos serviços prestados, cerca de 27% provenientes principalmente de R$ 7.678 nos gastos com pessoal e encargos, e, R$ 9.250 com impostos e taxas, vide nota explicativa nº 29.2; **d)** aumento em despesas gerais e administrativas, no valor de R$ 59.108, cerca de 149% com destaque para as provisões, nota explicativa nº 29.3.

29.1. Receita Operacional Líquida

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Serviços Prestados	170.763	150.990
Venda de Produtos	346	1.314
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**171.109**	**152.304**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(24.365)	(22.448)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**146.744**	**129.856**

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Permissão Remunerada de Uso	86.187	76.063
Serviços Prestados na Armazenagem	61.397	53.002
Autorização de Uso	14.194	12.127
Concessão Remunerada de Uso	4.700	5.036
Receitas Diversas	4.004	4.477
Venda de Produtos	309	731
Parcelamento	280	276
Resíduos e Varreduras	37	583
Taxa Administrativa	1	9
	171.109	**152.304**

Em atendimento às diretrizes da OCDE - "Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico" sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, as receitas são contabilizadas de forma segregada, em alinhamento com a Carta Anual de Políticas Públicas da Companhia.

As arrecadações são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e de entrepostos.

29.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Corresponde à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem **e atípicas precedidas de licitação.** E em comparação com o exercício de 2021 houve aumento na Permissão Remunerada de Uso de R$ 10.124, enquanto na receita de Concessão Remunerada de Uso houve redução de R$ 336.

29.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, ad-valorem, embarque e serviços complementares. Houve aumento na prestação de serviços no valor estimado de R$ 8.395 em relação ao ano de 2021, e, R$ 1.617 no quarto trimestre de 2022 em relação ao quarto trimestre de 2021, que está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, aumento dos serviços de processamento de grãos e a cessão de áreas ociosas. Produtos que são estocados nas unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar e outros.

29.1.3. Autorização de Uso

Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação ao ano de 2021 foi um aumento de R$ 2.067 decorrente principalmente de ocupação de áreas vagas nos entrepostos do interior com variação de R$ 2.231, e, no ETSP com variação menor de R$ 164.

29.1.4. Receitas Diversas

Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. A redução registrada foi de R$ 473 em relação ao ano de 2021 relacionado às taxas de alteração cadastral.

29.1.5. Venda de Produtos

Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve redução de R$422 em relação ao ano de 2021.

29.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Pessoal e Honorários	(34.048)	(26.370)
Serviços de Terceiros	(15.642)	(15.529)
Depreciações e Amortizações	(8.707)	(6.826)
Materiais de Consumo	(6.719)	(7.285)
Gastos Diversos	(4.726)	3.786
Utilidades e Serviços	(3.622)	(3.136)
Manutenção e Reparos	(1.626)	(3.557)
Propaganda e Publicidade	(4)	(13)
	(75.094)	**(58.930)**

29.2.1. Custos com Pessoal e Honorários

Contemplam os honorários, remunerações, encargos sociais, benefícios, outros encargos com pessoal e a conta de recuperação de custos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 7.678, cerca de 29% em relação ao exercício de 2021: **a)** a recuperação de custos com pessoal, conta redutora que registra o rateio desses custos aos clientes da rede de entrepostagem, variou negativamente em R$ 1.127, ou 4%; **b)** os encargos sociais aumentaram R$ 1.181, cerca de 11%, levando em consideração as rescisões ocorridas em 2022 que elevaram os valores de FGTS; **c)** as remunerações aumentaram R$ 4.587, aproximadamente 19% em comparação ao exercício de 2021.

29.2.2. Custos com Serviços de Terceiros

Foi registrado nesta rubrica aumento de R$ 112, cerca de 1% de variação em relação ao exercício de 2021: **a)** serviços de vigilância e segurança, limpeza, serviços de terceiros juntamente com os encargos sociais - serviços terceirizados, serviços de portaria, processamento de dados, e, auxílio transporte e refeição - estagiário tiveram aumento de R$ 4.365, cerca de 7% de variação em relação ao exercício de 2021. O valor total de serviços de limpeza no exercício de 2022 foi de R$37.920, e, em 2021 foi de R$ 36.184, um aumento de R$ 1.736, cerca de 5% de variação a maior; **b)** os serviços de mão de obra produção, locação de móveis, equipamentos e veículos, honorários profissionais, e, estágio tiveram redução de R$ 6.172, 62%; **c)** as recuperações tiveram uma redução de R$ 1.919, cerca de 3% de variação em relação ao exercício de 2021.

29.2.3. Custos com Materiais de Consumo

Correspondem aos materiais aplicados direta e indiretamente na prestação de serviços da CEAGESP. Houve redução em relação ao exercício de 2021, no valor de R$ 566, ou 8%: **a)** houve aumento com materiais para expurgo e secagem de R$ 1.202, cerca de 106%; **b)** houve aumento nas contas de energia e água e esgoto de R$ 1.376 e de R$ 2.276 respectivamente, cerca de 4% e 21%; **c)** houve aumento de R$ 5.818 nas recuperações, equivalente a 15%, R$ 2.835 com recuperação dos custos com energia; **d)** houve aumento de R$ 189 com materiais auxiliares de consumo, cerca de 54%; **e)** aumento com materiais para manutenção e reparos juntamente com ferramentas e peças de R$ 596 e 209 respectivamente, ou, equivalentes a 52% e 2.488%.

29.2.4. Gastos Diversos

Neste grupo são registrados os custos com IPTU e taxas, viagens, legais e judiciais, contribuições para associação de classe e outros custos gerais. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 8.512, aproximadamente 225%, dos quais, R$ 338, ou, 49% registrado no custo com viagens e estadas. Ocorreu redução de R$ 8.161 na conta de (-) recuperação de custo com impostos e taxas, 27% em relação ao exercício de 2021.

29.2.5. Custos com Utilidades e Serviços

São registrados os custos com seguros de bens próprios, de riscos diversos, de mercadorias, custo com telefone, fretes, condução, malotes, dentre outros. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 486, aproximadamente 15%, dos quais, R$ 526, registrada no custo com seguros em virtude de novos contratos.

29.2.6. Custos com Manutenção e Reparos

Foi registrada uma redução de 54% ou R$ 1.931, no comparativo com o exercício de 2021, principalmente em manutenções civis.

29.3. Despesas Gerais e Administrativas

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Provisões	(50.371)	6.026
Pessoal e Encargos	(35.653)	(35.302)
Despesas Gerais	(7.565)	(3.742)
Serviços de Terceiros	(3.226)	(4.539)
Materiais de Consumo	(1.038)	(1.037)
Depreciações e Amortizações	(461)	(455)
Utilidades e Serviços	(331)	(348)
Manutenção e Reparos	(171)	(311)
	(98.816)	**(39.708)**

29.3.1. Provisões

São registradas as despesas com PECLD, indenizações trabalhistas, riscos fiscais e riscos cíveis. Houve aumento de R$ 56.397 em relação ao exercício de 2021: **a)** PECLD - a conta de despesa com perdas aumentou R$ 34.177, ou 415%; **b)** a despesa com provisão para indenizações trabalhistas aumentou R$ 14.961, ou 1.151%; **c)** a despesa com provisões de riscos fiscais aumentou R$ 1.489, ou 259%; **d)** a despesa com provisão para riscos cíveis reduziu em R$ 14.906, ou 80%.

29.3.2. Despesas com Pessoal e Encargos

Contemplam as contas de remunerações, encargos sociais, benefícios e outros encargos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R$ 351 e, em percentuais, 1% em relação exercício de 2021: **a)** as remunerações aumentaram em R$ 757, ou 4%; **b)** os encargos sociais reduziram R$ 125, ou 1%; **c)** em despesas com outros encargos, a redução total foi de R$ 345, com indenizações trabalhistas e aviso prévio que diminuíram aproximadamente 75%.

29.3.3. Despesas Gerais

Grupo em que são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Houve aumento de R$ 3.823 e, em percentuais, 102% em relação ao exercício de 2021: **a)** despesas legais e judiciais registraram aumento de R$ 4.179, ou 181%; **b)** as despesas com imposto predial, territorial e rural diminuíram R$ 157, ou 17%; **c)** Pasep e Cofins sobre receitas financeiras aumentaram R$ 23 e R$ 139 respectivamente, ou, 333% e 335%; **d)** taxas e emolumentos aumentaram R$ 20, cerca de 32%; **e)** a despesa com viagens e estadas registrou aumento de R$ 16, 13%; **f)** as contribuições associadas de classe reduziram 76, ou 22%; **g)** houve aumento das recuperações em R$ 215, cerca de 133%.

29.3.4. Despesas com Serviços de Terceiros

Neste grupo são registrados os serviços de limpeza, processamento de dados, locação de móveis e equipamentos, estágio e demais serviços de terceiros. Houve, em relação ao exercício de 2021, diminuição de 29%, ou R$ 1.313. As principais variações ocorreram em: **a)** serviços de limpeza, terceiros, processamento de dados, locação, encargos sociais s/ empregados terceirizados, e, transporte, e, refeição com estagiários no valor total de R$ 1.451 menor, ou 36%; **b)** mão de obra produção juntamente com contrato de estágio com aumento no valor total de R$ 133, ou 222%.

29.3.5. Despesas com Materiais de Consumo

Contemplam as despesas com energia elétrica, água e esgoto, consumo, materiais de escritório, limpeza e higiene, informática, combustíveis, ferramentas, materiais para manutenção, entre outros. O aumento total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 1, principalmente em materiais de aplicação direta de água e esgoto. A variação foi de R$ 38 maior.

29.3.6. Despesas com Utilidades e Serviços

São despesas com condução, telefone, fretes, seguros, anúncios e publicações, dentre outros. A redução total em relação ao exercício de 2021 foi de R$ 17, ou 5%. As principais variações ocorreram: **a)** com redução em condução, cópias e reprodução de documentos, correios e malotes, telefone, publicações, e, provedor de internet no valor total de 32, ou 14%; **b)** com aumento de seguro de riscos diversos, e, fretes e carretos em R$ 13 e R$ 2, ou 12% e 1107%.

29.3.7. Despesas com Manutenção e Reparos

São registradas as manutenções elétricas, mecânicas, civis, veiculares, conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática. A redução em relação ao exercício de 2021 foi de 45%, ou R$ 140. A principal variação foi registrada em conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática em R$ 106, ou 47% menor.

29.4. Outras Receitas Operacionais

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Eventuais	55.157	510
Alienação do Imobilizado	6.638	124
	61.795	**634**

29.4.1. Eventuais

Correspondem a multas decorrentes de atividades para realização de ações operacionais e outras. Houve aumento de R$ 54.647, ou 10.715% em relação exercício de 2021: **a)** as multas operacionais aumentaram R$ 670, cerca de 614%; **b)** outras receitas aumentaram R$ 52.694, ou 13.424%, considerando principalmente a transferência da conta de Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, curto prazo, referente ao perdão de dívida do PPI - 2021 da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, conforme decisão de imunidade tributária, processo nº 6017.2022/004855-9 de 07/10/2022 no valor de R$ 51.712, bem como, o recebimento de indenização de sinistro por parte de seguradora referente galpão no Entreposto de Bauru no valor de R$ 1.332; **c)** as doações de bens registraram aumento de R$ 1.395 referente Convênio SEAP, bem como, as vendas de sucata registraram R$ 111 menor.

29.4.2. Ganhos de Capital

Correspondem à alienação de investimentos. Houve aumento de R$ 6.545, ou 16.271% em relação ao exercício de 2021, considerando principalmente o recebimento de R$ 6.512 referente a participação societária junto a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp que foi liquidada.

29.5. Despesas Financeiras

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Atualização Monetária	(5.258)	8.829
Juros sobre Outros Encargos	(96)	(5.326)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(69)	(4.110)
Comissões e Despesas Bancárias	(22)	(51)
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(4)	–
Outros Encargos Financeiros	–	(257)
Juros Financeiros e Empréstimos	–	(25)
Descontos Concedidos	–	(3)
	(5.449)	**(943)**

29.5.1. Atualização Monetária

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrado aumento de R$14.088 em relação ao exercício de 2021, conforme a nota explicativa nº 20.

29.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF

Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente.

29.6. Receitas Financeiras

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
Receita sobre Aplicações Financeiras	4.427	986
Juros Recebidos	2.088	2.223
Descontos Obtidos	259	170
Multas	248	269
Rendimentos sobre depósitos judiciais	28	30
	7.050	**3.678**

29.6.1. Receita sobre Aplicações Financeiras

Refere-se aos rendimentos provenientes das aplicações no Banco do Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.3. Houve aumento de R$ 3.441 em comparação ao exercício de 2021, correspondente a 349%.

29.6.2. Juros Recebidos e Multas

Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso. Houve redução de R$ 156, cerca de 6% em comparação ao exercício de 2021.

29.6.3. Descontos Obtidos

Receitas obtidas principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU. Houve aumento de R$ 89, cerca de 52% em relação ao exercício de 2021.

30. REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS ESTATUTÁRIOS

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, dos exercícios de 2021 e 2022 registrados na rubrica "Encargos Trabalhistas", foram respectivamente de R$ 1.008 e R$ 1.624, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
	Remuneração R$	Remuneração R$
Conselho de Administração - 5 membros	217	134
Conselho Fiscal - 3 membros	96	84
Comitê de Auditoria - 2 membros	80	56
Diretoria Executiva - 3 membros	1.231	734
Total	**1.624**	**1.008**

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.463.005/0001-08- NIRE nº 3530002780-9

30.1. Remuneração paga a administradores, conselheiros e empregados

Apresentação das remunerações mensais em 31 de dezembro de 2022, pagas pela Companhia a seus dirigentes, conselheiros e funcionários, computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente prevista na CGPAR nº 30/2022:

	31.12.2022	31.12.2021
Administradores		
• Maior Remuneração	32	32
• Menor Remuneração	3	3
• Média das Remunerações	10	8
	31.12.2022	**31.12.2021**
Conselheiros		
• Média das Remunerações	3	3
	31.12.2022	**31.12.2021**
Empregados - 600 colaboradores		
• Maior Remuneração	27	28
• Menor Remuneração	2	2
• Média das Remunerações	8	6

31. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

32. SEGUROS

Em 6 de setembro de 2022, a Companhia renovou contrato de prestação de serviços de seguros com a Ezze Seguros relativos a riscos nomeados (estoque ajustável, máquinas móveis e utensílios, e edificações), operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 06 de setembro de 2023.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo dos funcionários, compulsório, facultativo e contributário com vigência até o dia 08 de maio de 2023; além de Seguro de Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers) da Seguradora AIG.

33. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (*Warrant* e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

34.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes Sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.12.2022		31.12.2021	
	CSLL	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**29.034**	**29.034**	**33.374**	**33.374**
(+) Adições	**620.217**	**618.455**	**531.586**	**529.677**
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Gastos Indedutíveis	–	–	1.625	1.625
Multas Indedutíveis	28	28	17	17
Licença Maternidade - Prorrogação	46	46	66	66
Contribuição Associação de Classe - Indedutível	325	325	289	289
Provisões	616.846	616.846	526.332	526.332
Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - alienação ou baixa de ativo	640	640	779	779
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	1.762	–	1.909	–
(-) Exclusões	**(569.426)**	**(569.426)**	**(537.551)**	**(537.551)**
(-) Reversão de Provisões	(564.303)	(564.303)	(532.390)	(532.390)
(-) Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(5.123)	(5.123)	(5.161)	(5.161)
Base de Cálculo	**79.825**	**78.063**	**27.409**	**25.500**
Compensação da Base Negativa	(23.948)	(23.419)	(8.223)	(7.650)
Base de Cálculo do Período	**55.877**	**54.644**	**19.186**	**17.850**
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.029	8.197	1.727	2.677
Adicional Federal	–	5.440	–	1.761
Incentivos Fiscais	–	(49)	–	(174)
Total	**5.029**	**13.588**	**1.727**	**4.265**
Alíquota Efetiva	**17,32%**	**46,80%**	**5,17%**	**12,78%**

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R$ 410.553 e base negativa de contribuição social de R$ 348.159. Esses valores não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando até 2020, e, o não estudo de projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme CPC 32.

34.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

No decorrer do exercício foram constituídos os impostos diferidos (nota explicativa nº 11) sobre diversas provisões relevantes, sendo que, os cálculos sobre as provisões de Perdas do Gov. Est. S.P. e Atuariais foram elaboradas com base em laudo de empresas especializadas.

				31.12.2022
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	**Base**	**IRPJ 25%**	**CSLL 9%**	**Total**
Contingências cíveis	4.013	1.003	361	1.364
Contingências trabalhistas	8.016	2.004	721	2.726
Provisão atuarial	9.056	2.264	815	3.079
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.725	1.181	425	1.606
Provisão PLR	4.293	1.073	386	1.460
Provisão de créditos junto ao Governo	39.006	9.752	3.511	13.262
		17.277	**6.220**	**23.497**

35. PARTES RELACIONADAS

A CEAGESP possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Ordinária nº 12/2019, realizada em 29 de novembro de 2019.

35.1. Entidade Controladora

A CEAGESP é constituída sob a forma de empresa pública e está vinculada ao Ministério da Economia, com 99,69% do capital social integralizado pela União.

35.2. CONSAD e DIREX

Os membros do Conselho da Administração e da Diretoria Executiva constituem-se em Órgãos de gestão, estratégia e administração da Companhia, adotando decisões para cumprimento das determinações, convalidando, expressamente, os atos, quando devidamente justificados.

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

a) Caixa e equivalentes de caixa;
b) Contas a receber;
c) Causas judiciais trabalhistas;
d) Fornecedores;
e) Obrigações fiscais a recolher; e
f) Risco de liquidez.

36.1 Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: **a)** passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); **b)** ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e **c)** ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a finalização dessas demonstrações, foram identificados eventos favoráveis ou desfavoráveis que ocorrerão após a data das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2022, a saber:

• Mudança de critério de rateio de repasse dos custos ou despesas aos Permissionário do ETSP (áreas vagas);
• Alteração índice reajuste contratos de IPCA/IBGE para IGPM-FGV, conforme contratos-ETSP;
• Mudança da diretoria executiva;
• Decreto para transferência do Ministério da Economia para Ministério Desenvolvimento Agrário e Familiar.

38. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Em virtude da inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

39. DIRIGENTES E CONTADOR

Jamil Yatim
Diretor Presidente

Hamilton Ribeiro Mota
Diretor Administrativo e Financeiro

José Lourenço Pechtoll
Diretor Técnico e Operacional

Robson Frederico dos Santos
Gerente do Departamento de Controladoria

Paulo Rogério Pereira da Silva
Contador CRC1SP 236593/O-4

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da Empresa, no decorrer do exercício. Neste sentido, considerando que não foram encontrados fatos que comprometessem os atos de gestão dos Administradores, **o Conselho de Administração, por unanimidade, manifesta-se pela regularidade das contas** mediante as seguintes considerações: **a)** Amparo no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 08 de março de 2023; **b)** Acolhe as recomendações exaradas no Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, emitido em 17 de março de 2023, para atendimento da CEAGESP dentro de um prazo de 90 (noventa) dias. Para a rubrica de Provisão Atuarial delimitam-se os escopos a seguir: "estudo do passivo atuarial relativo a decisão judicial que obrigou a CEAGESP a pagar integralmente as aposentadorias dos servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (aproximadamente 27 aposentados em 2020), com base na antiga Lei Estadual nº 4.819/1958"; "estudo sobre o subsídio indireto da empresa aos aposentados inscritos no plano de saúde". Concluindo que os referidos documentos societários expressam adequadamente a posição econômico-financeira e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2022, estando em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2023.

Newton Araújo Silva Júnior Alano Roberto Santiago Guedes
Presidente Conselheiro
Marcus Vinícius Morelli João Cláudio de Lima
Conselheiro Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial *e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas*, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e tendo como referência o Relatório da RUSSELL BEDFORD GM Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 08 de março de 2023, observada a aprovação por parte do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em reunião realizada em 20 de março de 2023, com destaque para os assuntos que foram objeto das recomendações contidas no item "b" do Parecer, com as quais corrobora, conclui que os referidos documentos societários expressam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação em vigor. Tomou conhecimento, ainda, da proposta de destinação do lucro líquido de R$ 33.912.780,35 relativo ao resultado do exercício de 2022, da seguinte forma: R$ 1.695.639,02 para Reserva Legal; R$ 569.667,96 para Realização de Reserva de Reavaliação; R$ 8.196.702,32 para Dividendos Obrigatórios; R$ 24.590.106,97 para Reserva de Retenção de Lucros; bem como, da programação de investimentos, em relação aos quais manifesta-se favoravelmente, em cumprimento ao que dispõe o inciso III, do art. 163 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 20 de março de 2023.

Gustavo Pereira da Silva Filho Elias Jacó dos Santos
Presidente do Conselho Conselheiro
Guilherme Luiz Bianco
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e aos Conselheiros da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Programa Nacional de Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 39, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019. Em virtude da inclusão e do atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND dentro do prazo legal de cinco dias, contados da data da publicação do Decreto nº 10.045. Com a inclusão no PND, a estruturação da modelagem está a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que foi designado como responsável pela execução e o acompanhamento dos atos necessários para a desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Após a realização de pregão eletrônico (nº 01/2020), em janeiro de 2020, o BNDES realizou a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos relativos à estruturação e à implementação da desestatização da CEAGESP. Em 27 de agosto de 2021, a comissão de Desenvolvimento Econômico Industria, Comércio e Serviços rejeitou o projeto que anularia o Decreto que incluiu a CEAGESP no Programa Nacional de Desestatização. Dessa forma, o processo de desestatização permanece em estudos e em andamento, conforme consulta ao site do Governo "Programa de Parceria de Investimentos". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reembolso a Receber do Governo do Estado de São Paulo

Em 2 de janeiro de 1998, ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, por meio do contrato de Assunção da Dívida, firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Conforme a Nota Explicativa nº 10.4, a CEAGESP possuiu registrado na conta de Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento) o montante de R$ 38.795 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$ 37.979 mil, em 31 de dezembro de 2021). Esse valor era composto por: a) desembolso de valores referentes a ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários que foram registrados na conta de Ressarcimento de Causas trabalhistas junto ao Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, segundo a Nota Explicativa nº 10.5, a CEAGESP tem alguns processos em andamento, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 1.207 mil (R$ 1.405 mil, em 31 de dezembro de 2021) já reconhecidos na provisão para contingência a serem ressarcidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Quanto a essa Conta a Receber junto Governo de São Paulo, o Estado é o responsável pelo reembolso dos valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (Complementações). Contudo, desde 2019, não há o cumprimento das disposições contratuais. A CEAGESP ingressou com ação judicial para que seja declarada a obrigação do Governo do Estado de São Paulo em cumprir os termos estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados pelas partes. Até a presente data o processo está em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Justiça Federal e o seu desfecho passou a ser considerado incerto pela assessoria jurídica e a administração da Companhia, em virtude da ausência de recebimento dos valores acordados em contratos. A fim de se cercar quanto a existência e a correta avaliação desses saldos, a alta administração, o setor jurídico e a contabilidade estão empreendendo esforços para rastrear e confirmar os valores que compõem o montante apresentado no Balanço Patrimonial e os critérios adotados para esses registros. Até a finalização destas demonstrações contábeis, a averiguação e a confirmação dos saldos não foram concluídas. Como existe dúvida quanto a realização, composição do saldo, critérios adotados para os registros dos valores junto ao Governo do Estado de São Paulo e o registro dos depósitos judiciais. Em decorrência disso a Companhia constituiu uma provisão para perdas sobre estas contas a receber do Governo do Estado de São Paulo no montante de R$ 40.002 mil.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) confirmação do assunto com os assessores jurídicos externos, internos e administração da Companhia quanto a mudança com relação a posição do desfecho da ação que passou a ser considerado incerto em virtude da ausência de recebimento dos valores acordados em contratos e a confirmação e comprovação dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2022; e ii) análise da adequação das provisões constituídas e das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Impostos Diferidos

Nos últimos exercícios a Companhia passou a gerar lucro e criar condições de manter resultados fiscais positivos nos próximos exercícios. Em função disso, conforme descrito na Nota Explicativa n° 11, efetuou o reconhecimento contábil dos efeitos fiscais das diferenças temporárias sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social conforme previsto no Pronunciamento CPC 32, item 24 que determina que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida que seja provável a existência de lucro tributário futuro contra qual a diferença temporária possa ser utilizada. A determinação dos Ativos Fiscais Diferidos por diferenças temporárias requer reavaliação anual para identificação de valores não reconhecidos e probabilidade de recuperação com lucros tributáveis futuros. Os valores referentes às diferenças temporárias são obtidos através dos controles dos saldos de créditos de liquidação duvidosa, provisões dos créditos do Governo do Estado de São Paulo, provisão para contingências fiscais e trabalhistas, provisão atuarial e participação nos resultados. Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o risco relacionado aos controles manuais das provisões, a materialidade dos valores reconhecidos e a incerteza de liquidez destes ativos.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar o Ativo Fiscal Diferido são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Planos de Benefícios Atuarial

De acordo com o item III da Resolução nº 02 de 14 de março de 1979, que aprovou o regulamento que rege os benefícios especiais e da aposentadoria e pensão devidos aos empregados admitidos até 25 de agosto de 1975, é devido ao empregado que tiver 30 anos, se do sexo feminino, ou 35 anos, se do sexo masculino, de serviços prestados à empresa, ou que for aposentado por invalidez, o abono mensal equivalente à diferença entre a importância paga pelo INSS e os vencimentos do cargo efetivo a que o empregado pertencer na data de aposentadoria. Na hipótese de falecimento do aposentado, o benefício será reversível ao cônjuge no percentual de 80%.

Em função disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27, em 31 dezembro de 2022 foi contabilizada a provisão atuarial correspondente ao trabalho de um especialista que identificou o montante envolvido através de laudo atuarial. O resultado da avaliação atuarial revelou um passivo atuarial de R$ 9.056 mil. O passivo referente ao grupo de aposentados monta a quantia de R$ 7.794 mil, e o passivo referente ao grupo de pensionistas, monta a quantia de R$1.262 mil. Os resultados do estudo de avaliação do passivo atuarial do benefício de complementação de renda, patrocinado pela Companhia e do diagnóstico de exposição a risco em relação aos benefícios oferecidos aos empregados e ex- empregados estão de acordo com os termos do pronunciamento contábil CPC 33 (R1) - "Benefícios a empregados".

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura da lei que deu direito ao benefício para confirmar a responsabilidade da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações.

Imunidade tributária junto a Prefeitura do Estado de São Paulo

Conforme Nota Explicativa nº 20.3, a Companhia possuía um parcelamento "Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI" oriundo de débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP nos exercícios de 2014 a 2020, atualizados até a data da apresentação destas demonstrações contábeis, com prazo a serem liquidadas em 120 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com término previsto para 31 de agosto de 2031. No decorrer de 2022 a Companhia obteve imunidade tributária junto a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, referente ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI conforme processos números 6017.2021/0001226-2, 6021.2022/0021749-6, 6017.2022/004855-9. Em função disso reverteu o passivo contabilizado no montante R$ 51.712 mil como ganho no resultado do exercício.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista tributário nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) avaliação da Decisão Tributária obtidas junto Prefeitura do Estado de São Paulo; ii) Avaliação do cumprimento das obrigações acessórias e extratos de parcelamento emitidos pela Prefeitura do Estado de São Paulo. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas, contabilização do ganho no resultado e adequação das divulgações.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP, decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CEAGESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEAGESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEAGESP a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 8 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

mercado

Fachada de loja da Americanas na rua Direita, região central de São Paulo Bruno Santos - 17.jan.2023/Folhapress

Caso Americanas levanta dúvidas sobre stock options

Remuneração que depende de valor de ações pode afetar decisões da diretoria

Daniele Madureira

SÃO PAULO Um executivo motivado, que trabalhe com afinco para atingir resultados e garantir a sustentabilidade da companhia no médio e longo prazos, a ponto de aceitar receber boa parte da sua remuneração em ações que só serão vendidas anos depois.

Essa é a lógica da remuneração variável por outorga de opção de compra de ações (ou stock options), oferecida ao alto escalão de grandes empresas no Brasil. Ideia importada dos Estados Unidos, começou a ser adotada no país nos anos 1990.

Segundo pesquisa da consultoria global PageGroup, especializada no recrutamento de profissionais, 42% dos diretores e presidentes de empresas na América Latina recebem incentivos de longo prazo complementar ao salário fixo; a remuneração por ações é o mais comum, adotado em 52% dos casos.

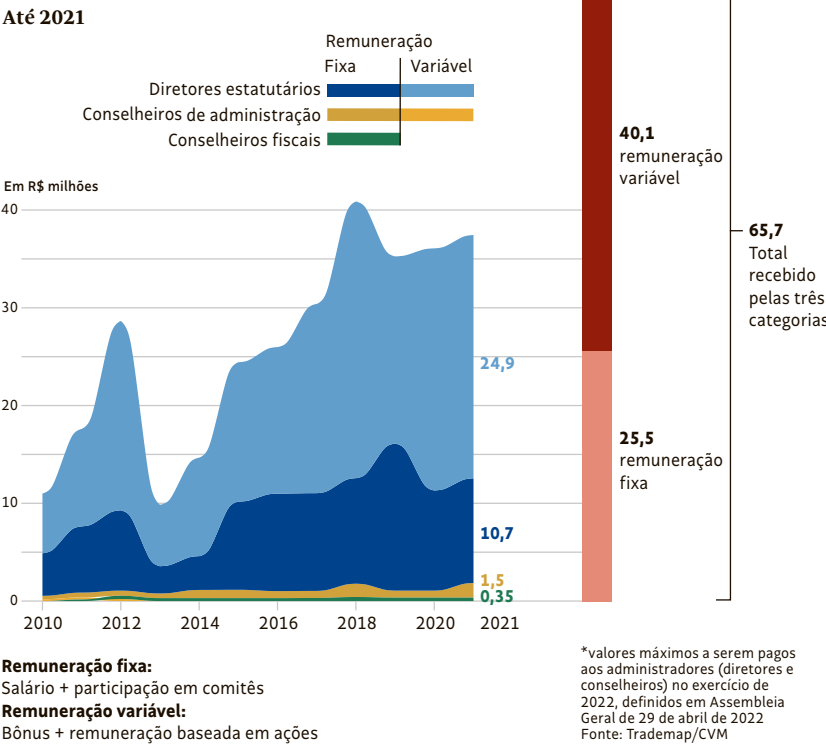
"É uma ferramenta que tenta reter o alto executivo e busca alinhar os seus interesses aos dos acionistas", diz Daniel Elói, presidente da Pris, consultoria especializada em remuneração variável. "De quebra, o plano de stock options não compromete o caixa da companhia, por não liquidar as ações em dinheiro", afirma Elói. O executivo recebe a outorga para compra de ações e só pode vendê-las depois.

Levantamento da Pris aponta que na B3 o plano é adotado por 250 empresas listadas. A modalidade é prevista na Lei das S/A, que regula as empresas de capital aberto, mas não há regras específicas para os contratos com os executivos.

Mas, se o objetivo da remuneração baseada em ações é garantir a sustentabilidade do negócio, a estratégia pode dar errado em alguns casos. No exemplo da Americanas, que trouxe a público um rombo contábil de R$ 20 bilhões, descobriu-se que a empresa ia muito mal, enquanto seus administradores enriqueciam.

As "inconsistências contábeis" da Americanas ainda não foram esclarecidas e são alvo de investigação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Polícia Federal e MPF (Ministério Público Federal).

As práticas contábeis esconderam prejuízos, o que valorizou diretamente as ações e, na sequência, enriqueceu os administradores.

Segundo levantamento feito pela Trademap para a **Folha**, a remuneração dos altos executivos da Americanas acelerou em 2022. Em 2020, somava R$ 36 milhões; passou a R$ 37 milhões no ano seguinte e a R$ 65 milhões em 2022 —valor máximo a ser pago no ano, a diretores e conselheiros, definido na Assembleia Geral de abril do ano passado.

Ainda não se sabe o quanto foi efetivamente pago —a informação estará no relatório do balanço do quarto trimestre, que a companhia deveria ter entregue à CVM em março, mas adiou, sem data definida. Sabe-se que a remuneração 'per capita' da diretoria estatutária saltou de R$ 3,4 milhões em 2020 para R$ 8,5 milhões em 2021 e para quase R$ 12 milhões no ano passado.

"Isso chama muito a atenção. Não há um crescimento tão exacerbado nas outras grandes varejistas —Magalu, Via, C&A, Renner e Marisa—, nas quais as remunerações média e total são mais constantes ao longo dos últimos anos", diz Murilo Giovaneli, gerente de dados econômicos da Trademap.

No Magalu, com receita 30% maior que a da Americanas, a remuneração de 2022 é inferior à da rival tanto em valores totais (R$ 60 milhões), quanto per capita (R$ 6,9 milhões), diz Giovaneli.

Questionada pela **Folha**, a Americanas disse que "o valor pago a título de remuneração para a diretoria estatutária no exercício de 2022 ainda não foi publicado no site da CVM". No que se refere à remuneração média nos anos de 2020 e 2021, "a companhia explica que os valores refletem a combinação operacional de Lojas Americanas e B2W Digital e a consequente reorganização da diretoria".

Também chama a atenção, no histórico levantado pela Trademap, a diferença na remuneração total da diretoria estatutária entre os anos de 2012 (R$ 27,6 milhões) e 2013 (R$ 9 milhões). A partir de então, a linha de ganhos é ascendente. Questionada pela reportagem, a empresa não respondeu sobre esse movimento.

Para o ano de 2023, a Americanas vai propor na sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remuneração máxima de R$ 40,05 milhões ao conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária —sendo esta última a destinatária do maior montante, R$ 35 milhões.

Pela proposta, o conselho de administração deve receber, no ano, R$ 3,6 milhões e, o conselho fiscal, R$ 1,45 milhão. Em um primeiro momento, a Americanas chegou a propor R$ 5 milhões para o board, mas voltou atrás.

Até o final de 2021, a Americanas era controlada pelo trio de bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, hoje os principais acionistas da empresa. Sicupira e Paulo Alberto Lemann, filho de Jorge Paulo, integram o conselho.

Escândalos financeiros relacionados à remuneração não são incomuns no mundo corporativo. O mais recente é o do banco Silicon Valley: o CEO Greg Becker vendeu o equivalente a US$ 3,6 milhões em ações do banco na semana anterior à falência da instituição, em 10 de março.

Mas especialistas em governança chamam a atenção para o caso da Americanas, em que a remuneração individual foi usada como fórmula do sucesso da companhia, o que é contraditório: se o executivo chegar ao limite de decidir entre o próprio ganho e o melhor para a empresa, fica com a primeira opção, avaliam.

"Em inúmeros escândalos de governança, o sistema de remuneração da alta gestão tem sido mais parte do problema do que da solução", afirma Alexandre Di Miceli da Silveira, doutor e mestre em administração de empresas e finanças, sócio da consultoria em alta gestão Virtuous.

Para Silveira, receber ações como parte da remuneração não é o problema em si: há empresas muito bem administradas, como a americana Southwest Airlines, onde todos os empregados, não só os executivos, recebem ações, diz.

"A questão é quando o recebimento está vinculado ao alcance de números excessivamente agressivos e irrealistas, ou quando o montante a ser recebido é tão grande a ponto de colocar a pessoa numa situação de tudo ou nada", diz.

Autor do livro "Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: Teoria e Prática" (editora Elsevier, 2010), Silveira afirma que praticamente todos os escândalos de governança vistos recentemente têm alguma relação com incentivos inadequados. "Além da Americanas, o país viu os casos de IRB, Odebrecht, OGX, Embraer, Sadia, Aracruz e Panamericano", diz.

"As pessoas em posições de liderança devem ser selecionadas, avaliadas e substituídas em função de como incorporam os valores da organização —não dos números de curto prazo que apresentam."

Para a doutora em psicologia e especialista em comportamento organizacional Betania Tanure, o sistema de remuneração deve ser adotado para reforçar os valores e a cultura da empresa —mas, se esta cultura não garantir um ambiente de transparência e de ética nos negócios, o vale-tudo pelo lucro vai prevalecer.

"O sistema de remuneração é uma alavanca poderosíssima para a modelagem de comportamentos dentro da organização", diz Betania, autora do livro "Você e seu barco" (2022, editora Qualitymark), em parceria com Roberto Patrus, sobre o papel da liderança. "Mas fico inquieta ao ver o mau uso dessa alavanca por empresas que dizem defender determinados valores, mas remuneram de outra forma."

Segundo ela, o mau uso está sempre relacionado aos privilégios que as decisões de conselheiros ou executivos vão render a estes personagens, em detrimento da sustentabilidade da companhia.

"Os ganhos do conselho e da diretoria devem calibrar a geração de valor para a empresa de maneira ampla, e não com foco apenas no curto prazo, que pode ser fundamental, mas é insuficiente", diz Betania, sócia da consultoria em desenvolvimento empresarial BTA. "O curto prazo é capaz de gerar fortes inconsistências no comportamento e nas prioridades de quem dirige a organização."

Silveira concorda. "Uma empresa que traz como valor ser 'obcecada por resultados' não consegue colocar a ética no mesmo patamar", diz, referindo-se a um dos valores da Americanas. "É sinal que o conceito de sucesso está deturpado dentro da organização e isso parte do topo."

Alvo de investigações, hoje a antiga diretoria da Americanas está afastada. Todos somam ao menos 16 anos de casa. O mais longevo era o ex-CEO Miguel Gutierrez, que ingressou na Americanas em 1993, tornou-se diretor em 1998, e passou a comandar a empresa em 2002. Como presidente, acumulou a função de diretor de relações com investidores.

Quanto ganha o comando da Americanas

Evolução da remuneração anual fixa e variável ao longo dos últimos anos, em valores correntes

Remuneração fixa: Salário + participação em comitês
Remuneração variável: Bônus + remuneração baseada em ações

*valores máximos a serem pagos aos administradores (diretores e conselheiros) no exercício de 2022, definidos em Assembleia Geral de 29 de abril de 2022
Fonte: Trademap/CVM

Disparidade salarial pode ser embrião de problemas

SÃO PAULO Uma diferença exagerada de remuneração entre os que estão no topo da organização e o restante da empresa é o grande problema a ser resolvido na tentativa de evitar escândalos corporativos como o da Americanas. Essa é a opinião de especialistas em gestão e governança ouvidos pela **Folha**.

"Isso gera excesso de competição interna, disputas agressivas por cargos e poder, desmotivação e sentimentos de injustiça junto às pessoas da base, além da diminuição da empatia e da coesão da equipe", afirma Alexandre Di Miceli da Silveira, doutor e mestre em administração de empresas e finanças, sócio da consultoria em alta gestão Virtuous.

O Instituto Ethos, voltado à disseminação das boas práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG) no meio empresarial, defende a revisão da disparidade salarial dentro das companhias.

"A desigualdade absurda da remuneração precisa ser tratada", diz o sociólogo Caio Magri, presidente do Ethos —do qual a Americanas foi suspensa em março. Em empresas suecas e dinamarquesas, diz ele, essa diferença é de 20 vezes. "No Brasil, está na casa de centenas de vezes", diz Magri.

De acordo com pesquisa realizada em 2021 pela especialista em governança corporativa Renato Chaves, em parceria com a FGV (Fundação Getulio Vargas), dentre todas as empresas pertencentes ao Índice Bovespa, a Americanas é a que tinha a segunda maior discrepância salarial entre o cargo de presidente e a média salarial dos colaboradores: o principal executivo da companhia recebia uma remuneração 431 vezes maior que a média da empresa. No ranking, a Americanas só perdia para o Assaí, 535 vezes.

"Se o executivo pagasse imposto sobre os dividendos que recebe talvez essa diferença não fosse tão absurda", diz Magri, para quem a remuneração variável deveria estar sempre atrelada a metas concretas de governança corporativa.

João Paulo Pacífico, fundador da securitizadora Gaia, que estrutura operações de crédito para negócios com impacto social e ambiental, concorda. "Sou muito cético quanto à remuneração variável", afirma, lembrando que, na Gaia, o pagamento de bônus foi abolido há 10 anos.

"Sou a favor de pagar bons salários e promover uma divisão melhor dos recursos. Alguns vão ganhar mais do que outros, mas não bizarramente mais", diz Pacífico, para quem o Brasil deve começar a colocar em evidência o múltiplo entre o maior salário (fixo e variável) e a média paga pela organização. "As companhias deveriam colocar um limite: 50, 60, 100 vezes. Mas nunca 500, 600 ou 1.000 vezes."

Para mitigar o risco, o pagamento em ações à alta liderança precisa estar vinculado ao alcance de um conjunto de indicadores coletivos (não só focado no resultado), afirma Silveira. Exemplos de indicadores coletivos são bem-estar dos empregados, satisfação dos clientes, investimento em inovação e não receber multa de reguladores.

O especialista também defende a adoção de participação nos lucros para todos os empregados. "É preciso reformular o conceito de sucesso: a performance de uma empresa é, fundamentalmente, um jogo de equipe. A adoção de desempenho e a remuneração devem ser coletivas."

Para Silveira, vale a regra da simplicidade. "Quanto maior a complexidade do sistema de incentivos, maior a tentação para burlá-lo. Quanto mais o alto escalão se concentrar no dinheiro, menos se concentra na empresa e nas pessoas."

Todas as janelas apontam para os EUA

Comparar índices é exercício para entender aonde vão os investimentos

Marcos de Vasconcellos
Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

Há um ditado repetido no mercado financeiro dos Estados Unidos, que começa a pipocar nesta época do ano: "Sell in may and go away" — algo como "em maio, venda e vá embora".

A frase tem base na análise histórica do mercado de ações por lá. Desde 1945, no semestre de maio a outubro, o S&P 500 subiu em média 2%; de novembro a abril, a alta costuma ser de 6,7%.

É uma certeza? Não, claro. Sem incerteza e disparidades não haveria mercado. Mas é uma "sabedoria popular" — com muitas aspas, por favor — que pode dar pistas para o investidor de carne e osso, gente como a gente.

Se você já investe, aliás, sabe que é normal encontrar o aviso de que a rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Ou seja: não é porque foi assim que assim será. Em 2020 e 2021, por exemplo, a alta do mercado de ações dos EUA entre maio e outubro foi consistente.

Os ciclos econômicos, entretanto, não têm esse nome à toa. Não devemos encontrar mercados muito otimistas nos próximos seis meses.

Olhar para o caminho do dinheiro, historicamente, dá uma boa perspectiva. "Follow the money", como dizem os detetives dos romances. E um exercício simples para encontrar pistas e entender dos caminhos dos seus investimentos é comparar índices.

A nossa Bolsa de Valores, a B3, tem um bocado deles, muito além do Ibovespa. Há o do setor imobiliário (IMOB); dos materiais básicos (IMAT); das empresas ligadas a consumo (ICON); e muitos outros.

E um índice chama a atenção por, agora, sair-se melhor que o Ibovespa em praticamente todas as janelas de tempo tradicionalmente analisadas, o BDRX. Ele é composto por 133 papéis (BDRs) emitidos no Brasil, representando ações em Bolsas de outros países, majoritariamente, os EUA.

A primazia do BDRX sobre o Ibovespa, neste momento, é visível nas janelas de cinco dias, de um, três e seis meses, bem como de um e cinco anos. Ou seja: Em curto, médio e longo prazos, os BDRs saem vitoriosos.

Vá lá que nossa Bolsa passa por um mau momento, cheia de incertezas, mas a economia norte-americana também não está de vento em popa. O momento retrata bem a máxima do megainvestidor Warren Buffett: "Nunca aposte contra a América".

Isso não significa abandonar suas apostas no Brasil. É só uma constatação de que o mercado de lá andou melhor do que aqui em diferentes janelas temporais e que, agora, enquanto nos preparamos para um período mais engessado, segue como uma opção para diversificação.

Comprar BDRs na nossa Bolsa ou investir parte da sua carteira diretamente lá fora não "tira dinheiro do Brasil" de qualquer maneira significativa.

Pessoas como você e eu não criam movimentos de mercado, mas precisam, sim, tentar identificá-los, para blindar nosso dinheiro das diferentes intempéries.

marcos@monitordomercado.com.br

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, **Cecilia Machado** | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Faria Lima vê ruídos e sinais positivos nos 100 dias de Lula

Lucas Bombana

SÃO PAULO Os primeiros 100 dias do governo Lula na área econômica, completados nesta segunda-feira (10), são classificados por economistas e gestores de fundos do mercado financeiro como relativamente positivos.

Embora com ruídos, entre eles as críticas reiteradas ao BC e aos juros altos e as discussões sobre mudanças na meta de inflação, a antecipação da apresentação do novo arcabouço fiscal é apontada como avanço claro, por visar a trajetória da dívida pública, vista pelos especialistas como um dos principais desafios econômicos do país.

Segundo Marcus Zanetti, gestor da Kinea Investimentos, "o governo está fazendo um esforço para buscar uma sustentabilidade fiscal". O arcabouço fiscal, que limita o crescimento das despesas a 70% da alta das receitas, "surpreendeu positivamente".

Outro ponto que vê com bons olhos é o fato de o ministro Haddad e sua equipe terem conseguido certa blindagem contra as pressões de dentro do partido por uma proposta fiscal menos rigorosa.

"[Fernando] Haddad e [Rogério] Ceron têm sido uma voz mais ponderada em busca de um equilíbrio e uma boa relação com o mercado financeiro", afirma Ricardo Cará, gestor dos fundos multimercado da EQI Asset. "Eles parecem entender que esse é o caminho para se criar condições para o BC reduzir a taxa de juros de forma consistente."

O gestor da EQI Asset diz, porém, que as críticas ao BC, o debate sobre a mudança da meta de inflação e a discussão do que é gasto e o que é investimento são temas que geram desconfiança.

Economista da gestora AZ Quest, Alexandre Manoel elogia o fato de o ministério da Fazenda não ter dado sinal de retomar políticas da gestão Dilma Rousseff. "Na verdade, estão fazendo o contrário, com uma agenda de remoção de subsídios" afirma Manoel.

O economista da AZ Quest diz que o arcabouço representa uma quebra estrutural de um padrão secular de excesso do gasto público e afasta o risco de uma trajetória explosiva da dívida pública.

Os gestores avaliam que, em um cenário em que o governo consiga, de fato, apontar para um equilíbrio das contas públicas, o BC poderá dar início ao ciclo de corte na taxa Selic ainda neste ano.

Uma das principais posições que Zanetti, da Kinea, carrega na carteira dos fundos aposta na queda dos juros de médio prazo. Segundo ele, a curva de juros, que embute as expectativas dos agentes para a trajetória da Selic, indica cortes em meados deste ano, mas alta nos anos seguintes por conta de uma eventual pressão inflacionária persistente.

"A gente acha que não", diz Zanetti.

Avaliação semelhante tem Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Órama: "Se o governo conseguir sinalizar que a relação dívida/PIB tende a ficar comportada, me parece que o BC começa a cortar os juros já neste ano". Nesse cenário, ele diz que a Selic pode encerrar o ano em torno de 12% e baixar a 10% em 2024.

Cará, da EQI Asset, afirma que tem na carteira dos multimercados uma aposta de valor relativo, que prevê que as Bolsas de mercados emergentes, incluindo a brasileira, devem ter um desempenho superior à dos Estados Unidos.

"Lá fora, após a turbulência no setor financeiro, parece que a situação está se acalmando, mas é difícil saber os impactos na atividade e na inflação. As condições de crédito ficaram mais restritivas e os bancos centrais desenvolvidos seguem apertando os juros. É uma combinação delicada que merece muita atenção", diz o gestor da EQI Asset.

Espírito Santo, da Órama, afirma que, para aquele investidor que não gosta de correr risco, a renda fixa segue, de longe, como a melhor alternativa. Ele diz que, mesmo que o BC dê início ao ciclo de corte dos juros, a expectativa é que a Selic continue em um patamar elevado —no boletim Focus, as projeções indicam taxa de juros em 12,75% no final de 2023. Se os juros vão cair, "ter prefixados me parece uma boa sugestão", diz.

Já para aquele investidor que aceita correr um pouco mais de risco, o economista-chefe da Órama diz que a recomendação é ter uma alocação entre 10% e 15% dos investimentos em Bolsa, cujos preços estão em patamar historicamente baixos.

Sócio da área de gestão da Legend Wealth Management, Ricardo Faria diz que "há um prêmio de risco razoável nos mercados", e, se o governo avançar com o arcabouço fiscal, "podemos ver valorização dos ativos, com a Bolsa subindo e os juros apresentando algum fechamento".

Evolução do Ibovespa em 2023
Em milhares de pontos

1 **25.jan** Máxima do ano

2 **31.jan** Mês marcado pela forte entrada de R$ 12,5 bi de estrangeiros na Bolsa

3 **3.fev** Lula sinaliza possível mudança na autonomia do BC

4 **10.mar** Quebra do SVB nos EUA

5 **20.mar** UBS fecha acordo para compra do Credit Suisse

6 **22.mar** BC mantém Selic em 13,75% a.a.

7 **23.mar** Mínima do ano

8 **30.mar** Apresentação do arcabouço fiscal

Fonte: Bloomberg

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP P-13 e P-45 e Água Mineral sem Gás. Modalidade: Pregão Presencial nº 05/2023 – Processo 032/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 25/04/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Publicação de avisos de licitações, extratos de contratos e outras matérias na Imprensa Nacional e Jornal de Grande Circulação no Estado de São Paulo, para o Departamento de Licitações e Contratos. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 15/2023 – Processo 030/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 24/04/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul - SP, comunica aos licitantes interessados no PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023, erro de digitação no ANEXO XIII Cláusula Quarta da minuta contratual, e faz constar a seguinte alteração no quadro: onde se lê: "Quantidade/mês 440 leia-se: "Quantidade/mês 590,292", conforme especificado no quadro do Anexo I Termo de Referência bem como Anexo VI modelo de proposta. Cabe-nos comunicar ainda que tal consideração não influencia na elaboração da proposta, tratando-se de mero erro formal, prevalecendo as condições previstas no edital em conformidade com o item II. DO VALOR E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO, mantendo-se as demais exigências do instrumento convocatório, inclusive a data agendada para a sessão.

Santa Fé do Sul - SP, 06 de abril de 2023.

ALINE JULIANA DE CAMPOS VICENTE - Chefe da Sessão de Licitações

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo (**www.bec.sp.gov.br** ou **www.fumec.sp.gov.br** o **Pregão Eletrônico nº 23/2023, Interessadas: FUMEC/SME, Processo Administrativo nº** FUMEC.2023.00000807-83 Objeto: Registro de Preço de SERVIÇO DE BUFFET, em formato Coffee Break, para atendimento de eventos de caráter institucional da FUMEC e SME, e de eventos apoiados pela FUMEC, conforme condições e especificações deste Termo de Referência. **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 11/04/2023, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/04/2023 - 09:00 h. OFERTA DE COMPRA - OC Nº** 824402801002023OC00021. Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através site da BEC: (**www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**), através da opção: Edital.

Campinas, 06 de Abril de 2.023.

FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230322

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230322 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3222023, até o dia 24/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230292

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230292 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2922023, até o dia 25/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Aviso de Julgamento de Propostas de Preços Tomada de Preços nº 001/2023

O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, torna público o resultado da licitação, referente ao processo nº 202200010021802 do tipo Menor Preço, Regime de Execução Empreitada por preço Unitário. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elevador de passageiros, prestação de serviços de manutenção corretiva no monta-carga, manutenção preventiva dos equipamentos, bem como adequações necessárias no espaço físico para instalações dos equipamentos na Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa (CEMAC) e Contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevador PCD e monta-carga, prestação de serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, bem como adequações necessárias no espaço físico para instalações dos equipamentos na Central de Odontologia do Estado de Goiás (COEG), sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço, para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES), conforme Termo de Referência, Projetos Básicos, Orçamento Resumo e Detalhado da Obra, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo da Obra e Especificações técnicas, que integram este Edital, independentemente de transcrição. Empresa Vencedora: Empresa Brasileira de Elevadores Ltda, CNPJ: 23.982.490/0001-74, no valor de R$ 1.168.905,95 (um milhão, cento e sessenta e oito mil novecentos e cinco reais e noventa e cinco centavos). Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Gerência de Compras Governamentais, no endereço anteriormente mencionado, ou pelos Telefones: (62) 3201-3800 e E-mail: **gcg.saude@goias.gov.br**. Em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, e nos termos do art. 109, I, a, da Lei Federal nº 8.666/93, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da Publicação deste ato, para que os interessados se manifestem.

Goiânia/GO, 05 de abril de 2023.

Natal de Castro - Gerente de Licitações – SES -GO

SÃO PAULO TURISMO S/A

spturis eventos e turismo

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **às 11h (onze horas)** do dia **27 de abril de 2023 (quinta-feira)**, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) Ratificação da eleição do representante dos empregados da Companhia no Conselho de Administração, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.303/16;

(iii) Eleição de no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 07 (sete) membros para compor o quadro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(iv) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho de Administração da SPTURIS, com mandato de 02 (dois) anos, de representante dos acionistas minoritários, nos termos do art. 239 da Lei Federal nº 6.404/76;

(v) Eleição de até 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, todos para mandato de 01 (um) ano, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(vi) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, de representante dos acionistas minoritários, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76, e por fim;

(vii) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, de representante dos acionistas preferencialistas, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76

A solicitação do link para participação na AGO deverá ser feita pelo e-mail anapaula@spturis.com até às 11h00 do dia 26/04/2023, dia útil anterior à realização da AGOE.

As Informações aos Acionistas, bem como todos os documentos necessários à apreciação dos senhores, se encontram à disposição na sede da SPTURIS, na Rua Boa Vista, nº 280, Centro Histórico - São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, desde 28/03/2023, por ocasião da publicação do Aviso aos Acionistas. Referidos documentos também podem ser consultados no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.com.br).

Com relação aos itens (iv), (vi) e (vii) da Ordem do Dia, em havendo eventual indicação de membros por parte dos acionistas minoritários e/ou preferencialistas para composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, estes devem atentar-se ao disposto nas Informações aos Acionistas, publicadas na CVM em 30/03/2023.

São Paulo, 04 de abril de 2023.

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Produtos e Reagentes Químicos, para o SAEB – Serviço de Água e Esgoto de Bálsamo e a Diretoria de Esportes, Lazer e Turismo. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 17/2023 – Processo 034/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 26/04/2023, Horário 14H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de 4.500 Kg. de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde, produzido no Município de Bálsamo, classificados nos grupos "A", "B", e "E", em conformidade com a Resolução Conama nº 358/2005. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 16/2023 – Processo 031/2023 – Tipo: Menor Preço Global. Abertura: 25/04/2023, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Concentradores de Oxigênio Medicinal, para as Unidades da Rede Municipal de Saúde. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/2023 – Processo 029/2023 – Tipo: Menor Preço Global. Abertura: 24/04/2023, Horário 09H00. Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2023

Pelo presente edital de Convocação, o **SINDIREFEIÇÕESSUZANO.GRU - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas de Suzano e Região e Trabalhadores nas Empresas Fornecedoras de Refeições para Aeronaves no Município de Guarulhos, inscrito no CNPJ: 01.511.780/0001-05**, com residência na Rua Amelia Guerra, 147 – Vila Amorim – Suzano – SP – CEP 08610-000, de acordo com o estatuto social da entidade, convoca **todos os trabalhadores** da categoria de refeições coletivas, na base territorial sindical nos municípios de Suzano, Santa Isabel, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes, Guararema, Mairiporã, Biritiba Mirim, representadas, **filiados ou não**, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária (Online) a ser realizada nos dias, 13,14 e 15 de Abril de 2023 às 10:00 horas com encerramento no dia 15/04/2023 as 22hs, a convocação será feita por grupos de WhatsApp, link para participação da assembleia será pelo**, https://docs.google.com/forms. com formulário de votação, número de participantes e de conformidade ao Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, SINDERC – Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Junho/2023; **b)** autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria em conformidade a lei de proteção de dados; **c)** Discussão e aprovação do percentual do desconto da COTA SOCIAL NEGOCIAL, (descontada em salários mensais e 13ºSalário) contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal e Artigo 513 letra "e" e também Fica garantido aos Trabalhadores o direito de oposição as **COTA SOCIAL NEGOCIAL** do exercício 2023 (Sessenta dias a contar da data base, ou seja, Junho e Julho 2023) respeitando a TAC (Termo de Ajuste de Conduta) do MPT (Ministério Público do Trabalho), homologada na Justiça do Trabalho de Suzano). **d)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **e)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical; **f)** Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de PLR, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); **g)** autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. Suzano, 06 de Abril de 2023. **Julio Cesar Ferreira - Presidente**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230225

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230225, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório, com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2252023, até o dia 24/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES CONVÊNIO, COZINHAS INDUSTRIAIS, RESTAURANTES INDUSTRIAIS, EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES ESCOLARES TERCEIRIZADAS (MERENDA ESCOLAR TERCEIRIZADA) DE OSASCO, CARAPICUÍBA, BARUERI, JANDIRA, ITAPEVI E SANTANA DO PARNAÍBA - CNPJ: 65.690.208/0001-25 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Pelo presente edital o Presidente do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Empregados nas Empresas de Refeições Escolares Terceirizadas (Merenda Escolar Terceirizada) de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba **CONVOCA** todos os trabalhadores da categoria profissional de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, que exercem suas atividades laborais nos municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira, Itapevi e Santana do Parnaíba, associados ou não ao sindicato, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, com a seguinte **Ordem do Dia: a)** Elaboração discussão e aprovação da pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, SINDERC - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, tendo em vista a data base **Junho/2023**, para o período **2023/2024**; **b)** Autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria para que o sindicato possa fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação, principalmente trabalhista e previdenciária, e das disposições constantes nas convenções e acordo coletivo de trabalho; **c)** Discussão e deliberação de proposta relativa ao valor desconto da **Cota Social Negocial e Mensalidade de Associativa,** e quanto à forma de seu recolhimento; **d)** Outorga de poderes à Diretoria da Entidade para entabular a negociação coletiva, acordos PLR, acordos de banco de horas e escala de revezamento, com a entidade patronal e as empresas, inclusive no âmbito ministerial, se necessário e, no malogro da negociação instaurar dissídio coletivo de trabalho. A assembleia será realizada no **Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Thomas Sacho,** sito à Rua Benedito Soares Fernandes, nº 07 - Vila Yara - Osasco - SP, no dia 15 de abril de 2023, no horário das 13h00min. em primeira convocação, e às 14h00min. em segunda convocação em qualquer número interessado. Barueri, 10 de abril de 2.023. **Luís Paulo Rocha** - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CAMPANHA SALARIAL DE 2023/2024

CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL - COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

CPFL - GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

CPFL - COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Pelo presente edital, o **SINTEC-SP - SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO,** com sede na Rua 24 de Maio, nº 104, 12º andar cj. A e B - Centro - CEP 01041-000 - São Paulo - SP, por seu Presidente Wilson Wanderlei Vieira, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os técnicos das empresas **CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A, CPFL - GERAÇÃO DE ENERGIA S/A e CPFL - COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ,** lotados em todos os municípios que integram a sua base territorial, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada virtualmente via aplicativo ZOOM A SER DIVULGADO VIA BOLETIM SINDICAL E DISPONÍVEL NO SITE DO **SINTEC-SP,** www.sintecsp.org.br, no dia 03 de maio de 2023 às 18h00 em primeira convocação com 50% presentes/conectados e às 18h30 em segunda convocação com qualquer número de técnicos presentes/conectados, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** a) Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações ACT - 2023/2024 a ser encaminhada às empresas empregadoras; b) Autorização para a diretoria do **SINTEC-SP** firmar Acordos Coletivos de Trabalho com as empresas empregadoras; c) Autorização para a diretoria do **SINTEC-SP** requerer protesto judicial, bem como para instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho; d) Aprovação do plano de lutas; e) Aprovação e ratificação da taxa negocial (contribuição assistencial e/ou confederativa e/ou negocial); f) Assuntos gerais de interesse dos trabalhadores; g) Declarar a Assembleia aberta em caráter permanente. Para que o presente edital chegue ao conhecimento de todos os técnicos interessados, determino a sua publicação em jornal de grande circulação em todo o Estado de São Paulo. São Paulo, 10 de abril de 2023.

WILSON WANDERLEI VIEIRA - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FERAESP CONJUNTAMENTE COM OS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DOS MUNICÍPIOS ESPECÍFICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FERAESP, entidade de segundo grau, representante da categoria dos empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 58.998.915/0001-18, com sede na cidade de Assis/SP, na Avenida Siqueira Campos, nº 235 - Vila Operária, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente infra assinado, nos termos Artigo 33 "*caput*" e parágrafo quarto, incisos VII e X, Artigo 7º, III e IV do Estatuto Social, convoca o seu Conselho de Representantes cujos sindicatos estejam em situação regular com suas obrigações sociais e estatutárias, bem como, os empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, especificamente, dos municípios: Águas de São Pedro - Alumínio - Álvaro de Carvalho - Alvinlândia - Americana - Aparecida - Aparecida D´oeste - Araçariguama - Arapeí - Areias - Balbinos - Bananal - Barão de Antonina - Barra do Turvo - Bertioga - Boa Esperança do Sul - Boituva - Bom Sucesso de Itararé - Cabreúva - Cachoeira Paulista - Cananéia - Canas - Caraguatatuba - Cerqueira César - Cordeirópolis - Cotia - Cravinhos - Cruzeiro - Cubatão - Cunha - Dracena - Embaúba - Emilianópolis - Espírito Santo do Turvo - Gavião Peixoto - Guarantã - Guarujá - Hortolândia - Ilha Comprida - Ilhabela - Iperó - Iracemápolis - Itanhaém - Itariri - Itú - Jarinu - Jeriquara - Jumirim - Juquitiba - Lagoinha - Lavrinhas - Lorena - Lupércio - Mairiporã - Martinópolis - Monções - Mongaguá - Monte Azul Paulista - Monte Castelo - Morungaba - Nova Campina - Nova Guataporanga - Nova Odessa - Ouro Verde - Palmeira D´oeste - Panorama - Paraíso - Pariquera-açu - Paulicéia - Pedro de Toledo - Peruíbe - Piquerobi - Piquete - Pirajuí - Pongaí - Porto Feliz - Potim - Praia Grande - Queluz - Reginópolis - Ribeira - Ribeirão Bonito - Ribeirão do Sul - Ribeirão dos Índios - Ribeirão Grande - Rifaina - Riolândia - Riversul - Rosana - Salto Grande - Sandovalina - Santa Maria da Serra - Santa Mercedes - Santo Antônio do Jardim - Santos - São João do Pau d'Alho - São José do Barreiro - São Lourenço da Serra - São Pedro do Turvo - São Sebastião - São Simão - São Vicente - Sarapuí - Serra Azul - Sertãozinho - Silveiras - Sud Mennucci - Suzanápolis - Taquaral - Taquarivai - Tarabai - Terra Roxa - Torre de Pedra - Trabiju - Tupi Paulista - Turmalina - Ubatuba - Uru - Vargem Grande Paulista e Vinhedo; para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 (vinte e cinco) de abril (04) de 2023 (dois mil e vinte e três) em primeira chamada às 9hs00m (nove horas) com a presença de maioria simples dos interessados/filiados e/ou em segunda chamada às 9hs30m (nove horas e trinta minutos), com a presença de qualquer número de interessados/filiados, para deliberarem sobre a seguinte pauta do dia: **a)** Deliberar a pauta de reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados para celebração de Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024, outorgando poderes para negociar as reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados, e ao final, celebrar Convenção Coletiva de Trabalho com a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), data-base em 01 de maio; **b)** Deliberar aprovação ou reprovação do recolhimento de Contribuição destinada à entidade representativa da categoria, a ser descontada na folha de pagamento de cada trabalhador abrangido pela respectiva convenção; **c)** Outorgar poderes para diretoria da FERAESP participar de mesa de mediação e ou arbitragem para tratar da respectiva pauta de reivindicação; **d)** Designar a composição da mesa de negociação; **e)** Outorgar poderes à Diretoria da FERAESP para que, em caso de insucesso nas negociações, propor e instaurar dissídio coletivos de trabalho e ou eventual propositura de Ação Civil Pública perante o Juízo competente. A presente assembleia geral extraordinária será realizada por meio de videoconferência, através do aplicativo Zoom, no dia e horário acima especificados, cujo *link* de acesso à participação na respectiva Assembleia Geral, estará disponível uma hora antes do início, no portal eletrônico da entidade https://www.feraesp.org.br, bem como, será encaminhado via e-mail às entidades filiadas nos termos do *artigo 32, parágrafo segundo, do Estatuto Social*. Em relação aos empregados rurais assalariados interessados em participarem da presente assembleia geral extraordinária, será obrigatório realizarem, a partir da data de publicação deste Edital, os seus respectivos Cadastros de Participação na Assembleia Geral Extraordinária, através do preenchimento de Ficha eletrônica disponível no Portal eletrônico da entidade citado acima. Assis/SP, 05 de abril de 2023. Jotalune Dias dos Santos - Presidente da FERAESP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Bálsamo Objeto: contratação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de Cartão Alimentação, na forma de cartão eletrônico com chip, para os servidores públicos municipais. Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2023 – Processo 033/2023 – Tipo: Menor Preço por Item. Abertura: 26/04/2023, Horário 09H00 Edital completo e demais informações serão obtidas na Secretaria desta Prefeitura Municipal, de 2ª a 6ª feira, das 8:00 às 12:00 horas ou no site www.balsamo.sp.gov.br. Carlos Eduardo C. Lourenço - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230342

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230342, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3422023, até o dia 25/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Abril de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

EDITAL CSLS.G-290.2023 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA ALIENAÇÃO DE Bens Inservíveis, sucatas ferrosas e não ferrosas, extintores e óleo isolante

Modalidade: ON-LINE com Transmissão ao vivo (www.ricoleiloes.com.br)
Abertura dos lances dos lotes: 30 de março de 2023 às 10h00m
Início de fechamento dos lotes: 14 de abril de 2023 às 10h00m

EDITAL COMPLETO acesse www.ricoleiloes.com.br

***Os interessados devem se habilitar por e-mail contato@ricoleiloes.com.br até 04/04/2023, com envio dos documentos indicados no Edital.**

A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ANALISADA PELA COMISSÃO DE ALIENAÇÃO.

**** Maiores informações, condições de participação, visitação, remoção dos bens acesse o edital completo no site.**

Leiloeiro Oficial – Victor Senna Gir Andrade – JUCESP 1132

Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Concorrência Pública nº 02/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, às 9h do dia 15 de maio de 2023, na Sala de Reuniões da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico, nº 100, Cianorte, Paraná, Concorrência Pública, tipo MENOR VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO. Objeto: Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão administrativa, para a prestação dos serviços de iluminação pública no município de Cianorte, incluídas a implantação, a expansão, a operação, a telegestão e a manutenção da Rede de Iluminação Pública. Valor referência: R$ 49.929.729,61 (quarenta e nove milhões, novecentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e um centavos). Prazo da Concessão: 20 (vinte) anos. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fones: (44) 3619-6207, 3619-6208 e 3619-6332. Cianorte, em 04 de abril de 2023.

Kelly Karolyne Ickert

Chefe da Divisão de Licitação

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O SINTTAR - SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 65.709.974/0001-94, neste ato representado por seu Presidente Sr. Juracy de Oliveira Filho, com endereço para correspondência Rua São João, 2085 - Vila Zilda, CEP 15025-025 na cidade de São José do Rio Preto - SP, inscrito sob CPF nº 057.751.448-21 inscrito sob PIS nº 12115985305, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na forma do art. 34, alínea "c", do Estatuto Social e Portaria MTE 326/13, deixa público e **CONVOCA** todos os membros integrantes da categoria profissional dos Tecnólogos, técnicos e auxiliares em radiologia (cuja profissão encontra-se regulamentada pela Lei nº 7.394 de 29 de outubro de 1985), na base territorial de Adolfo, Altair, Álvares Florence, Américo De Campos, Andradina, Aparecida D'Oeste, Araçatuba, Araraquara, Ariranha, Assis, Auriflama, Bady Bassitt, Bálsamo, Barretos, Bebedouro, Bilac, Birigui, Borborema, Buritama, Cajobi, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Dobrada, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Floreal, General Salgado, Getulina, Guapiaçu, Guaraci, Guarani D'Oeste, Guararapes, Ibirá, Ibitinga, Icém, Ilha Solteira, Indiaporã, Itajobi, Itápolis, Jaboticabal, Jaci, Jales, José Bonifácio, Lavínia, Lins, Macaubal, Macedônia, Magda, Marília, Matão, Mendonça, Meridiano, Mira Estrela, Mirandópolis, Mirassol, Mirassolândia, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Nova Luzitânia, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Ouroeste, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira D'Oeste, Paraíso, Paranapuã, Paulo De Faria, Pedranópolis, Penápolis, Pereira Barreto, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pongaí, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Reginópolis, Riolândia, Rubinéia, Sales, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé Do Sul, Santa Rita D'Oeste, São João Das Duas Pontes, São José do Rio Preto, Severínia, Sud Mennucci, Tabapuã, Tanabi, Taquaritinga, Três Fronteiras, Turmalina, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urânia, Urupês, Valentim Gentil, Valparaíso e Votuporanga, a comparecerem na **Assembleia Geral Extraordinária** que se realizará no dia 17 de abril de 2023, às 14h30, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às 15h00 horas do mesmo dia, em segunda e última convocação, com a presença de 1/3 dos associados em condições de votar, com a exigência de que em ambas as convocações para a aprovação ou rejeição de votos concordes de 2/3 dos associados presentes, conforme determina o artigo 34 do seu Estatuto social, a ser realizada na sede da entidade, localizada na Rua São João, 2085 - Vila Zilda, CEP 15025-025 na cidade de São José do Rio Preto - SP, para deliberar sobre**: I.** Alteração do estatuto. **II.** Apresentação das cartas de renúncia de alguns membros da diretoria e membros do Conselho Fiscal. **III.** Posse dos suplentes aos cargos vacantes para que se cumpra o estabelecido no Art. 522 da CLT.

Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Cooperativas Médicas

CNPJ/MF n° 43.643.139/0001-66 - NIRE 35400002417

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 94ª – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas**, usando das atribuições que lhe confere o art. 22 *caput* do Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018 e nos termos do parágrafo 2º do artigo 38 da Lei 5.764/71, **CONVOCA** as 75 (setenta e cinco) cooperativas associadas (69 singulares e 6 federações intrafederativas), por intermédio de seus delegados, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no próximo dia **26 de abril de 2023**, **via videoconferência pela plataforma digital TEAMS**, nos termos da DREI IN nº 81, de 10 de junho de 2020, às **12**h00 (doze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados em condições de votar; às **13**h00 (treze horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos delegados em condições de votar; ou, às **14**h00 (quatorze horas), em terceira convocação, com qualquer número de delegados presentes, a fim de deliberar sobre os assuntos previstos na seguinte

ORDEM DO DIA:

1) Preenchimento de cargo de Vogal do Conselho de Administração, declarado vago pela Assembleia, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 37, do Estatuto Social.

Notas:

1 – Para eleição prevista no item 1 da ordem do dia, o(s) candidato(s) deverá(ão) estar inscritos até o dia 20/04/2023, de acordo com artigo 56, do Estatuto Social (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018), observados os requisitos dos artigos subsequentes.

2 – A fundamentação legal para a Ordem do Dia está prevista no artigo 45 da Lei 5.764/71.

3 – Para efeito de quórum, o número de delegados em condição de votar é de 75 (setenta e cinco).

4 – A deliberação será tomada por maioria simples dos votos dos delegados presentes.

5 – Nos termos do art. 26, "g" do Estatuto Social, as eventuais impugnações aos termos do presente edital deverão ser encaminhadas à Diretoria da cooperativa até o dia 13/04/2023, impreterivelmente.

São Paulo, 10 de abril de 2023.

Dr. Eduardo Ernesto Chinaglia

Diretor Presidente

Edital de Convocação 2023 - Pelo presente edital de Convocação, o **SINTENUTRI - SINDICATO DOS TÉCNICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO,** de acordo com o estatuto social da entidade, **CONVOCA** todos os trabalhadores técnicos em nutrição e dietética do Estado de São Paulo, representados, filiados ou não, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 15/04/2023 às 09:00 horas, na sede do SINTENUTRI, localizado na rua Barra Funda, nº 933, sala 03, Barra Funda, na Cidade de São Paulo/SP**, e/ou de forma itinerante, tendo em vista o grande número de municípios abrangidos na base territorial do SINTENUTRI, em primeira convocação com quórum legal, conforme estatuto social da entidade, **ou às 10:00 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal, a saber, SINDERC - Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo, e para empresas do segmento, tendo em vista a data base de Junho/2023; **b)** Elaboração, discussão, retificação, ratificação e aprovação de cláusulas que comporão a pauta de reivindicação a ser encaminhada ao Sindicato Patronal; **c)** Autorização expressa para solicitação e transmissão de listagens de informações dos trabalhadores da categoria; **d)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **COTA SOCIAL NEGOCIAL**, contribuição esta que visa o ressarcimento do trabalho e despesas decorrentes do processo negocial, conforme artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal; **e)** Discussão e aprovação do percentual de desconto da **MENSALIDADE ASSOCIATIVA** devida pelos sócios, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse à esta entidade sindical; **f)** Discussão e aprovação do percentual de desconto a título do benefício de odonto-dependente, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical; **g)** Discussão e aprovação de percentual de desconto a título de PLR, que venha a ser firmado entre o sindicato laboral ou Federação e empresas dos segmentos representados pelo sindicato laboral, a ser efetuado através de desconto em folha de pagamento dos empregados e posterior repasse a esta entidade sindical; **h)** Notificação aos empregadores e ao respectivos sindicatos das categorias econômicas, dos percentuais e valores a serem descontados em folha de pagamento e repassados à esta entidade sindical das seguintes contribuições: COTA SOCIAL, MENSALIDADE ASSOCIATIVA e PLR bem como valores a título de custeio de benefício de odonto-dependente**; i)** Delegação ou não de poderes à Diretoria da Entidade, bem como à Federação, para negociar, assinar acordos coletivos de trabalho, acordos de PLR, acordos de banco de horas, acordos sobre escalas de revezamento, convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal e as empresas, e caso necessário, instaurar processos administrativos e/ou judiciais (instauração de dissídio coletivo); **j)** Autorização para mobilizações e greves, em caso de necessidade. São Paulo, 10 de abril de 2023. **Maria de Lourdes Santos Sousa -** Presidente.

O 'Código Da Vinci' da viralização

Ao divulgar seu algoritmo, o Twitter tornou-se mais transparente

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Em meio à confusão que se tornou o Twitter, aconteceu uma coisa extraordinária no último dia 31 de março. A empresa publicou na íntegra o código do seu algoritmo na internet.

Só para recapitular, o algoritmo é o conjunto de regras que define como um determinado conteúdo na plataforma vai ser priorizado ou disseminado. É uma espécie de "Código Da Vinci" da viralização. Ele decide se seu tuíte vai ser medíocre ou se vai ser mostrado para milhões de pessoas.

Não por acaso as grandes plataformas mantêm seus algoritmos escondidos. Tratam esses códigos como um segredo industrial no estilo da fórmula da Coca-Cola. Só que o Twitter mudou de rota e tornou sua fórmula pública. A decisão é tão importante que, quando vi, achei que pudesse ser algum tipo de brincadeira de 1º de abril. Mas o movimento é real.

Transparência de algoritmos é um dos temas mais importantes e pouco discutidos do mundo atual. Especialmente porque nossas vidas são cada vez mais governadas por algoritmos.

Quando alguém pede um táxi por aplicativo, é o um algoritmo que decide quem será o motorista. Quando alguém busca conhecer alguém pelo celular, é o algoritmo que pode levar a pessoa a encontrar o amor da sua vida, ou um serial killer. Muito do nosso cotidiano acaba sendo definido por algoritmos.

Só que praticamente não há transparência para esses conjuntos de regras. Nem no setor privado, nem no setor público. Por exemplo, o Poder Judiciário usa algoritmos para definir qual juiz será responsável por cada processo. Esses algoritmos, por mais simples que possam ser, podem ter impacto profundo na vida das pessoas. Eles não são públicos nem auditáveis. Deveriam ser. Nesse sentido, o Twitter tornou-se mais transparente hoje do que boa parte do poder público que usa algoritmos.

Há mudanças legislativas pelo mundo exigindo transparência. Na Europa, a chamada "Lei de Serviços Digitais" criou obrigações de explicar como os algoritmos das plataformas funcionam. Na China, regras recentes criaram até um registro público de algoritmos, obrigatório para várias empresas.

Mas afinal, como funciona o algoritmo do Twitter? Será que meu tuíte vai viralizar? Seguem algumas regras do código publicado. Por exemplo, amantes das hashtags vão se decepcionar. Incluir muitas hashtags em um tuíte leva ele para baixo. Já se você incluir uma foto ou vídeo, pode multiplicar seu alcance por dois.

O código revela que contas verificadas têm alcance maior. Já as contas que seguem mais pessoas do que são seguidas têm seu alcance diminuído. Itens que aumentam o alcance: postar notícias e tópicos que estejam em ascensão nos "trending topics". Itens que diminuem o alcance: tuítes sem texto, só com links ou um nome.

Outro fator importante é a quantidade de "likes" recebidos. Eles ampliam o alcance 30 vezes mais do que respostas a um tuíte. Vale notar que o Twitter mantém uma lista de tópicos que são proibidos na plataforma —se mencionados a conta perde reputação e alcance.

Além disso, há uma regra no estilo "diga-me com quem tu andas". Se a sua conta interage com contas de baixa reputação, perde reputação também. E, claro, qualquer tuíte feito por Elon Musk pertence a uma categoria especial, só dele, que pode ser governada por regras distintas.

Em outras palavras, a melhor dica para viralizar no Twitter é ser o dono da plataforma.

READER

Já era – *comprar terrenos só no mundo real*

Já é – *comprar terrenos no metaverso*

Já vem – *alugar terrenos no metaverso, em vez de comprar*

Luz artificial dá impulso à produção de lúpulo no país

Planta é usada na cerveja; Brasil só produz 1% do volume de que precisa

Marcelo Toledo

BELO HORIZONTE Numa pequena área de cerca de 300 metros quadrados na região da Pampulha, em Belo Horizonte, um produtor rural plantou lúpulo, um dos ingredientes básicos na fabricação de cerveja, que se desenvolve com o auxílio de iluminação artificial.

A técnica tem sido a aposta de produtores brasileiros para elevar a oferta da planta no mercado interno, reduzindo a dependência das importações, e aumentar a qualidade —já que é comercializado fresco, ao contrário do trazido de outros países.

Lúpulo cultivado em Belo Horizonte, com luz artificial, por José Carneiro Marcelo Toledo/Folhapress

O país ainda engatinha na produção de lúpulo e tem um cenário hoje insignificante, mas visto como promissor. São somente cerca de 80 hectares (o equivalente a 112 campos de futebol) plantados, ínfimo em relação a outras culturas, mas a área nos últimos anos é impulsionada pelo uso da luz extra à noite e pela crescente demanda de cervejarias artesanais registradas no país.

Neste ano, o país deve produzir 44 toneladas de lúpulo, 1% da demanda, de 4.320 toneladas. A expectativa é que a área chegue a 180 hectares no próximo ano, empatando com a da Argentina, maior produtor da América do Sul.

"Quando eu falei que ia plantar lúpulo, todo mundo começou a me chamar de doido. Eu falei 'então estou no caminho certo'. Quero fazer a mesma coisa que fiz no mercado de cerveja artesanal", disse o produtor rural José Felipe Carneiro, um dos fundadores da cervejaria artesanal Wäls, vendida à Ambev em 2015.

Ele é o dono da área com lúpulo na capital mineira e produz também em um hectare no interior do estado. Para isso, precisou convencer a família a trocar o café arábica, cuja saca de 60 quilos é vendida por mais de R$ 1.100, pela tentativa de produzir lúpulo, cujo quilo pode custar de R$ 200 a R$ 800, dependendo a variedade. A expectativa é que a produção futura de Carneiro alcance duas toneladas.

Na produção da cerveja, o lúpulo é utilizado para conferir sabor, aroma, amargor e evitar bactérias. Tem uso também em outras áreas, como a medicinal e a cosmética.

A aposta na iluminação artificial é fazer com que a planta receba no Brasil de 16 a 17 horas por dia, como em países produtores como Estados Unidos e Alemanha, no verão.

"Produtores de outros países falam que o ideal, por conta da iluminação, é produzir lúpulo nas latitudes de 35 a 55 graus, o que não temos no Brasil. Se pegarmos o Sul, ficaríamos mais perto, mas ainda assim não atende essa faixa", disse o consultor Gabriel Fortuna, da Brazuca Lúpulos, que hoje presta serviços a dois terços da área plantada no país (quase 30 hectares).

Isso faz, também, com que o país consiga ter duas safras, em março e julho, e projete crescimento nos próximos anos. "Não é exagero dizer que o céu é o limite. Tem muito a crescer", afirmou Fortuna.

Além de produzir com mais qualidade, por ter um produto fresco, diferentemente do importado, a ideia é reduzir futuramente os custos.

Carneiro afirma que o lúpulo é o ingrediente mais caro da cerveja, representando em média 30% do custo total.

Como ele, outros produtores mineiros e espalhados pelo país começaram a plantar nos últimos anos com luz artificial. São os casos de propriedades no interior de São Paulo, no Triângulo Mineiro e em estados como Santa Catarina.

Há 85 associados à Aprolúpulo (associação dos produtores), em 11 estados.

Sócio da Van de Bergen, maior viveiro de mudas de lúpulo do país, em Campinas, Felipe Wigman vendeu no último ano cerca de 50 mil mudas. Cada hectare comporta em média 2.500 plantas.

"Além de ter uma área que comporte, é preciso ter assessoria para o manejo e a luz artificial é essencial", diz. O PH ideal do solo para cultivar lúpulo é próximo ao neutro.

O trabalho desenvolvido por produtores como Carneiro virou tema de uma websérie, "Do Campo ao Copo".

O primeiro episódio mostra os desafios para cultivar o lúpulo no país e as oportunidades que o setor proporciona.

"[Os produtores] apostam na inovação, na tecnologia e no conhecimento para avançar", diz Paulo Máximo, diretor de marketing da New Holland, fabricante de tratores e equipamentos agrícolas, que patrocinou o documentário.

O jornalista viajou a convite da New Holland

entrevista da 2ª

Ativistas protestam deitados em área seca do reservatório La Viñuela, na Espanha, para chamar a atenção das consequências da crise climática Jorge Guerrero - 22.mar.23/AFP

ENTENDA A SÉRIE
Planeta em Transe é uma série de reportagens e entrevistas com novos atores e especialistas sobre mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Essa cobertura especial acompanhou também as respostas à crise do clima nas eleições e na conferência COP27. O projeto tem o apoio da Open Society Foundations. Veja versão mais longa da conversa com Thelma Krug em vídeo em folha.com/planeta em transe

Thelma Krug

Custo da ação contra crise climática é bem menor que o da inação

Cientista brasileira lança candidatura à presidência do IPCC, painel do clima da ONU, e pode tornar-se a primeira mulher no cargo

PLANETA EM TRANSE

Cristiane Fontes

OXFORD O Brasil apresenta nesta segunda (10) a candidatura da cientista Thelma Krug à presidência do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU), para o ciclo de 2023 a 2028.

Se eleita, Krug, que já é uma das vice-presidentes do órgão, será a primeira mulher e a primeira representante da América Latina no cargo mais alto da instituição. As eleições ocorrerão em plenária em julho.

A matemática, com atuação no IPCC desde 2002, afirma que, além dos aprendizados sobre a evolução da ciência do clima —que hoje aponta como inequívoca a associação da ação humana ao aquecimento global—, foram o comprometimento dos milhares de autores do painel e o estímulo do neto, Luca, de 10 anos, que a levaram se candidatar a essa função.

Do último relatório do IPCC, lançado no final de março, ela destaca a necessidade de transformações em todos os setores da sociedade. As ações atuais, sublinham os cientistas que o assinam, não correspondem à urgência necessária para frear o aumento de temperatura do planeta.

"Rápidas, profundas e sustentadas reduções de emissões [de gases de efeito estufa] são necessárias para limitar o aquecimento a 1,5°C ou mesmo abaixo de 2°C", diz Krug, que ressalta que as escolhas que fizermos nesta década terão um impacto direto para um futuro sustentável.

"O custo da ação vai ser bem menor do que o custo da inação, quando o planeta todo estiver sofrendo com esses impactos do clima com um aquecimento maior."

Divulgação

Thelma Krug, 72
Graduada em matemática pela Roosevelt University (EUA), com doutorado em estatística espacial pela University of Sheffield (Inglaterra), foi pesquisadora no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) por 37 anos. No IPCC, copresidiu a força-tarefa sobre inventários nacionais de gases de efeito estufa de 2002 a 2015 e ocupa, desde 2015, uma das três vice-presidências do painel.

> O relatório do IPCC não é fatalista, de forma alguma. Ele indica no seu relatório de mitigação que já existem opções de mitigação que nos levariam a reduzir pela metade [as emissões de gases de efeito estufa] em 2030

Com o aumento do volume e da velocidade da produção científica sobre mudanças climáticas, ela defende que o painel produza relatórios menores e mais frequentes. Krug adianta que no próximo ciclo será elaborado um documento especial sobre cidades.

"As cidades contribuem para aproximadamente 90% das emissões se nós considerarmos todo o escopo", explica ela, que trabalhou por 37 anos no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), até 2019.

Krug decidiu se aposentar do instituto na época de acusações do então presidente Jair Bolsonaro (PL) de que os dados de desmatamento contabilizados pelo órgão seriam manipulados.

*

Como ser portadora de alertas tão sérios do IPCC sem levar o mundo ao cinismo e à inação? Os relatórios do IPCC já há muito tempo indicam a situação sobre a mudança do clima e, mais recentemente, essa inequívoca associação entre a ação humana e o aquecimento na atmosfera se tornou um fato.

A partir de 2018, o IPCC indicou a necessidade de transformações em todos os setores da sociedade, e a gente não viu uma resposta equivalente. Eu não diria que é inação, mas eu diria que a ação não corresponde à urgência que a ciência mostra, se quisermos ter um futuro sustentável.

Passados cinco anos, o que a gente vê é que esse desafio tornou-se ainda maior. Essa maior frequência de eventos extremos mostra que os custos já são grandes e serão muito maiores no futuro.

O custo da ação vai ser bem menor do que o custo da inação, quando o planeta todo estiver sofrendo com esses impactos do clima com um aquecimento maior.

O último relatório do IPCC diz que ainda temos tempo de conter os piores impactos, se grandes e rápidas reduções de emissões de gases de efeito estufa forem feitas. Como isso pode ser realizado? O IPCC indica —e eu me fixo um pouco na parte de 1,5°C, porque 1,5°C [de aumento na temperatura] já vai ser insustentável para muitos países insulares— que as emissões têm de ser cortadas pela metade até 2030. Não é que seja o final do mundo. Mas, se isso não acontecer, as coisas vão se tornando cada vez mais difíceis.

O relatório do IPCC não é fatalista, de forma alguma. Ele indica no seu relatório de mitigação que já existem opções de mitigação que nos levariam a reduzir pela metade [as emissões] em 2030.

Poderia comentar essas opções de mitigação? Há opções para todos os setores. No de energia, a gente fala muito da questão de descarbonização. Hoje há essa eletrificação dos automóveis, que é questionável, mas em muitos lugares poderia funcionar bem.

Se olharmos os preços da energia solar, eram muito altos, mas hoje são mais acessíveis para uma implementação mais larga. A expansão indica avanços que não estão acontecendo só no Brasil, mas em outras partes do mundo.

Outros exemplos também estão ocorrendo, principalmente na questão do uso da terra na agricultura, ou seja, principalmente, a redução do desmatamento, que é indicada como uma das formas de grandes reduções de emissões, e o Brasil é um exemplo disso.

Além de toda a parte de planejamento urbano. No próximo ciclo do IPCC, vamos ter um relatório especial sobre a mudança do clima em cidades. As cidades contribuem para aproximadamente 90% das emissões se nós considerarmos todo o escopo.

Qual deveria ser o papel do IPCC nos próximos anos, considerando o robusto consenso científico existente sobre a crise do clima, a inação política e a revisão do Acordo de Paris em 2025? O IPCC, através de modelos cada vez mais robustos, faz essa avaliação da literatura [científica] em todo o mundo. E a velocidade de publicações científicas na temática de mudança do clima tem sido enorme.

Talvez o painel decida refletir sobre a importância e necessidade de uma frequência maior de relatórios menores, que permitam que a gente esteja sempre atualizado.

Quais foram os seus principais aprendizados na vice-presidência do IPCC e por que lançar agora a sua candidatura à presidência do painel? A submissão do meu nome como candidata à presidência do IPCC é prerrogativa do ponto focal do Brasil, que nesse caso é do Ministério das Relações Exteriores.

O Ministério das Relações Exteriores fez consultas com outros ministérios, e a indicação do meu nome foi bem recebida, junto com minha contribuição ao IPCC por 22 anos.

Durante esse período, houve um aprendizado enorme: não só de entender a evolução da ciência, mas também de ter um conjunto de autores que, de uma maneira voluntária, se dedicam a produzir essa ciência, porque acreditam que vai gerar ação.

Essa dedicação, essa vontade de fazer a diferença desses cientistas, dedicando tempo a isso de uma maneira muito profunda, me fizeram perguntar: será que eu também posso fazer uma diferença nesse papel [na presidência do IPCC]? Nós temos muito bons candidatos, eu sou uma delas.

Uma análise recente do portal Carbon Brief revelou que a proporção de mulheres e de autores do sul global no IPCC aumentou nas últimas décadas, mas ainda há muito a ser feito pela diversidade. Como o IPCC vem implementando a política de equidade de gênero, estabelecida em 2020, e quais são as suas propostas nesse sentido? Quando a gente fala da questão de gênero, acho que ela é um pouquinho mais complexa. Porque a gente normalmente trabalha com esse binário, feminino e masculino, mas hoje existe uma diversidade bem maior a ser analisada.

Eu particularmente penso que não é você aumentar o número de mulheres, aumentar a diversidade. Acho que a questão maior é se essas pessoas que estão lá, em maior número, estão sendo respeitadas. Estão sendo incluídas como tais, elas têm a percepção de pertencimento?

O painel autorizou que fosse contratada uma empresa que vai fazer uma pesquisa junto a todos que participaram de 2015 a 2023, para buscar entender se se sentiram parte desse conjunto de autores de uma maneira equitativa, se oportunidades foram dadas a todos que estão envolvidos. Acho que os resultados vão ser muito importantes para entender as ações necessárias.

Em entrevista recente à Agência Pública, a sra. afirmou que a vulnerabilidade da produção agropecuária no Brasil aos impactos das mudanças climáticas merece atenção especial. O que deveria ser feito nos próximos anos? Essa afirmação foi baseada nas projeções feitas para a região Centro-Oeste, que já está sendo impactada pela mudança do clima. Ou seja, com o aumento atual, essa região já está sendo impactada e, para 1,5°C [de aquecimento], os riscos de impactos aumentam por conta de maiores secas.

A gente espera que planos de ação antecipem o que o futuro pode ser e, fazendo isso, eles não estão dizendo que não existe mais solução, mas, se chegarmos lá, como estaremos preparados. A própria Embrapa estava desenvolvendo espécies mais resilientes ao calor, à falta de água.

O que deveria ser priorizado pelo país para reconquistar credibilidade na cena climática internacional? E o que deveria ser negociado em termos de cooperação e financiamento, além de recursos para o Fundo Amazônia? O nosso grande gargalo continua sendo a questão do desmatamento, que foi um dos elementos que fizeram com que o Brasil perdesse muito da sua credibilidade.

Acho que o Fundo Amazônia não é suficiente. Ele tem sido importantíssimo, mas financeiramente é insuficiente. Esse fundo compensa, vamos assim dizer, as reduções de emissões quando estas são demonstradas, e nós não estamos num estágio onde isso seja sustentável.

Apesar da importância do fundo, a gente precisa de mais investimentos de outros países, que possibilitem com que essa cooperação possa vir sem vínculos iniciais, para dar ao Brasil condição de iniciar esse processo de reversão.

Paciente recebe atendimento nas Unidades de Radioterapia do Hospital Haroldo Juaçaba, em Fortaleza Jarbas Oliveira/Folhapress

73 mil pacientes ficam sem radioterapia por ano no SUS

Relatório aponta problemas como déficit de aparelho e máquinas obsoletas

SAÚDE PÚBLICA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Uma média de 73 mil pacientes com câncer não têm acesso à radioterapia no SUS (Sistema Único de Saúde) a cada ano.

De 2008 a 2022, a soma chega a 1,1 milhão, o que pode ter sido causa direta de mais de 110 mil mortes, revela documento da SBRT (Sociedade Brasileira de Radioterapia) entregue ao Ministério da Saúde.

Nesse período, a incidência acumulada de todos os tipos de câncer no Brasil foi de 6,2 milhões de casos novos. Em alguma fase da doença, cerca de 60% dos pacientes vão precisar de radioterapia, que é um dos pilares do tratamento oncológico, ao lado das cirurgias, da quimioterapia e, mais recentemente, da imunoterapia.

O relatório, feito em parceria com a Fundação Dom Cabral, mostra que, nesses 15 anos, 1,7 milhão de pacientes receberam tratamento nos serviços públicos ante uma demanda estimada de 2,8 milhões. Cerca de 75% dos pacientes dependem exclusivamente do SUS.

Outros estudos já demonstraram a desigualdade no acesso a diagnóstico e tratamento oncológico no país.

“Não ter acesso à radioterapia é um problema gravíssimo, tanto para o paciente, que vai sofrer sem um tratamento adequado e a doença vai progredir, quanto para o país, que terá custos maiores para tratar a doença avançada”, diz médico radio-oncologista Marcus Simões Castilho, presidente da SBRT.

Os gargalos são vários, entre os quais o número insuficiente de aparelhos de radioterapia no SUS, muitos dos quais já obsoletos, e a defasagem da tabela SUS para pagamento dos tratamentos. Em última instância, além da falta de acesso, isso resulta em terapias ultrapassadas e menos eficazes.

Em 2012, eram pagos pelo Ministério da Saúde US$ 1.567 (R$ 7.960) por tratamento. Em 2022, foram US$ 831 (R$ 4.221).

Em uma década, houve 80% de inflação acumulada e 150% de desvalorização do câmbio.

“Faltam recursos financeiros na quantidade adequada para que as instituições possam se sustentar, manter atualizados os seus parques tecnológicos e entregar um tratamento de qualidade”, reforça Castilho.

O Ministério da Saúde lançou em 2012 um plano de expansão em radioterapia do SUS, mas, dez anos depois, só conseguiu instalar pouco mais da metade do total de aceleradores lineares propostos no projeto.

Das 91 novas instalações previstas, foram concluídas 58. Dessas, 53 estão com licença de operação e cinco aguardam a tramitação de documentos e licença da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

“Além de a gente não ter conseguido colocar aqueles equipamentos em funcionamento, os que estão aí já precisam ser repostos, tanto em tecnologia quanto para substituir os velhos, que não têm mais condição.”

Segundo o relatório, na última década, o crescimento de aceleradores nucleares foi de 17%, enquanto a alta da incidência de câncer foi 32%, ou seja, quase o dobro. A projeção é que, para 2030, o país vá precisar de 230 novos equipamentos. Castilho defende que haja mais parcerias com a iniciativa privada.

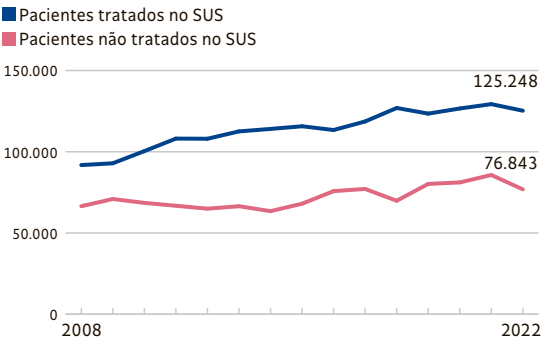
“Uma radioterapia para [câncer] de mama já pode ser feita em cinco sessões. No passado, precisávamos de 25 a 30 sessões”, explica o radio-oncologista Renato Pierre Lima, do Hospital Haroldo Juaçaba, de Fortaleza (CE), ligado ao Instituto do Câncer, uma das referências oncológicas no Norte-Nordeste.

O médico se refere à radioterapia hipofracionada, que reduz muito o tempo do tratamento. De acordo com o relatório, ela está presente em 67% dos serviços radioterápicos que atendem exclusivamente pacientes do SUS e em 88% daqueles exclusivos da saúde suplementar.

Pacientes novos para radioterapia no SUS

Acesso a novas tecnologias de radioterapia
Tipos de radioterapia, em %

SUS
Misto
Saúde Suplementar

Hipofracionamento
Utiliza menos aplicações com frações mais altas de radiação por sessão comparada ao método convencional

VMAT
Em três minutos, aparelho faz rotação de 360° em arco, em velocidade rápida, e distribui a dose de radiação

IMRT
Permite altas doses de radiação nos tumores e minimiza danos nos tecidos normais próximos

Radiocirurgia
Usada em lesões cranianas que pressupõe precisão milimétrica do feixe e localização do tumor

IGRT
Guiada por imagens como tomografia e ultrassonografia permite mais precisão e menor radiação nos tecidos saudáveis

Fonte: Sociedade Brasileira de Radioterapia

Segundo Lima, seus pacientes do SUS só têm acesso a essa tecnologia porque o hospital investe recursos próprios na atualização das máquinas. Muitos dos doentes vêm de longe. É o caso do aposentado Francisco Nascimento Silva, 73, de Ibicuitinga (CE), cidade que fica a três horas da capital cearense.

Silva está em tratamento de um tumor de próstata e passou por cinco sessões seguidas de radioterapia. “Ajuda muito o tratamento ser mais curto. Essas viagens são muito cansativas para o meu pai, que já está debilitado pela doença”, diz a filha Almerinda, 37.

“Não precisa ser muito inteligente para perceber quanto isso impacta na redução de custos e também na acessibilidade aos serviços. Radioterapia com alta tecnologia está relacionada a tratamentos com menor toxicidade e, em algumas vezes, com melhores desfechos clínicos”, diz Gustavo Nader Marta, rádio-oncologista do Hospital Sírio-Libanês (SP).

A radioterapia de intensidade modulada (IMRT), que gera maiores doses de radiação no tumor e menores nos tecidos sadios, está em 21% dos serviços do SUS e em 77% dos que atendem só planos de saúde.

Outra técnica que permite mais precisão do feixe, com menor irradiação dos tecidos sadios, a radioterapia guiada por imagem (IGRT) é oferecida em 14% dos serviços do SUS e em 57% dos da rede suplementar.

Outro problema, segundo Marta, é que os tratamentos do SUS são pagos em pacotes preestabelecidos, sem levar em conta se uma instituição oferece ou não uma técnica mais adequada que a outra.

“Em vez de empacotar, o governo deveria hierarquizar os procedimentos, reconhecendo as diferentes tecnologias. Paga-se exatamente igual aos serviços que têm as tecnologias mais rudimentares e os que tentam oferecer uma radioterapia de qualidade.” Na saúde suplementar, existe essa hierarquização.

No relatório, a SBRT sugere mudanças nesse modelo, iniciado em 2019, além de reajuste do financiamento do setor, congelado desde 2010.

Segundo Castilho, o documento já foi apresentado e discutido em várias reuniões no conselho do Inca (Instituto Nacional do Câncer) em 2022, e o relatório final foi apresentado no fim do ano ao ministério.

Helvécio Magalhães Júnior, secretário da Atenção Especializada do Ministério da Saúde, diz que a atual gestão federal está discutindo vários pontos que constam no relatório da SBR.

Um dos autores do plano de expansão da radioterapia, em 2012, ele diz que não houve avanço porque a área oncológica não foi prioridade do governo federal nos últimos anos. “Ninguém tomou conta.”

O secretário afirma que sua equipe tem analisado cada um dos contratos dos cerca de 460 prestadores na área oncológica e que haverá um “grande investimento” (não especificou valores) para atualizar os aparelhos de radioterapia, uma vez que na última década a tecnologia foi muito aprimorada.

Sobre a desatualização da tabela SUS, ele diz que essa é uma queixa é histórica, mas que não há previsão de rever esses valores por enquanto. “Vamos sim colocar recursos federais para equilibrar os contratos com os prestadores, especialmente os filantrópicos.”

Outra proposta é individualizar dentro das Apacs (autorização de procedimentos ambulatoriais) e das AIHs (autorização de internações hospitalares) os valores dos produtos que serão utilizados, remunerando de forma diferenciada a instituição que trabalha com tecnologias mais atualizadas.

Vacinação contra a gripe começa hoje na cidade de São Paulo

SÃO PAULO A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo inicia nesta segunda (10) a campanha de vacinação contra o vírus influenza, causador da gripe.

Segundo a pasta, as 1.489.000 doses destinadas pelo Ministério da Saúde ao município serão aplicadas em duas etapas nos grupos prioritários até 31 de maio, com a segunda fase começando a partir do dia 17.

O público-alvo da campanha, definido pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), é estimado em 5 milhões de pessoas na capital e é formado por: crianças de 6 meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias, gestantes, puérperas, indígenas, trabalhadores da saúde, indivíduos com 60 anos ou mais de idade, professores das escolas públicas e privadas, pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais e pessoas com deficiência permanente.

Fazem parte do público-alvo ainda os profissionais das forças de segurança e salvamento e das Forças Armadas, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbanos e de longo curso, trabalhadores portuários, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas e a população privada de liberdade.

“Com as pessoas vacinadas conseguimos reduzir a circulação do vírus no município de São Paulo e, assim, garantir a proteção à população, diminuindo as internações e a mortalidade em razão das complicações que podem ser provocadas pela gripe”, afirmou o secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco.

O imunizante estará disponível em todas as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) da cidade, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e nas AMAs (Assistências Médicas Ambulatoriais)/UBSs Integradas, que atendem das 7h às 19h, inclusive aos sábados e feriados.

Segundo a Secretaria de Saúde, no ano passado foram vacinadas 4.457.341 pessoas na capital.

É importante tomar a vacina anualmente, porque o vírus da gripe passa por mutações frequentes, e as vacinas são preparadas ano a ano a partir de orientação da OMS (Organização Mundial da Saúde), que emite uma nota aos laboratórios produtores dizendo quais cepas deverão circular no hemisfério sul.

No SUS (Sistema Único de Saúde), os imunizantes são trivalentes, produzidos pelo Instituto Butantan. A vacina ofertada neste ano é composta de duas cepas do influenza A e uma do B.

Para as clínicas privadas brasileiras, a novidade neste ano é a vacina Efluelda, voltada ao público com mais de 60 anos. O imunizante, com chegada prevista para abril, é quadrivalente com alta concentração de antígenos e proporciona uma eficácia relativa de 24,2% a mais na proteção da população idosa, se comparada à vacina de dose padrão.

A vacina da gripe pode ser tomada com qualquer outra do calendário de imunização, inclusive a bivalente contra a Covid, composta pela cepa original do coronavírus e variantes.

cotidiano

Para acabar com cultura da palmada, CE adota programa de afeto e abraços

Pais de crianças com até 8 anos de regiões em vulnerabilidade participam dos encontros em 24 cidades

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Após detectar, em uma pesquisa realizada em 15 municípios, que 85% das famílias ou cuidadores, de variadas classes sociais, admitiram já ter adotado práticas de disciplina punitiva contra crianças —como castigos, palmadas ou gritos—, o governo do Ceará decidiu adotar um programa tenta quebrar o modelo de educação violenta na primeira infância.

Desde o ano passado, pais que tenham filhos de até oito anos vivendo em regiões de vulnerabilidade são convidados para o ACT (do inglês "ACT Raising Safe Kids", educar crianças em ambiente seguro), que está dentro do programa Mais Infância Ceará.

A ação, que abrange 24 cidades do estado, incluindo a capital, Fortaleza, oferece nove encontros semanais com o intuito de fazer os responsáveis refletirem sobre a forma como aquelas crianças são criadas. Cada turma tem no máximo 15 pessoas, frequentadas majoritariamente por mulheres.

Para participar, as famílias precisam estar cadastradas no Cras (Centro de Referência e Assistência Social), de acordo com Onélia Santana, secretária estadual da Proteção Social. Nesse período, ela diz, 1.200 delas já foram atendidas.

"A ideia é romper com esses ciclos de violência e com os modelos que reproduzem as agressões, como revelou a pesquisa da Pipas [Primeira Infância para Adultos Saudáveis], feita em 2019. Os pais desses pais geralmente também são criados na metodologia da palmada e da linguagem violenta."

As reuniões do ACT são feitas em cima da escuta, diz Onélia. "Os pais falam do convívio familiar, das dificuldades em criar aqueles filhos e dos desafios. Eles refletem sobre suas ações."

A secretária dá um exemplo. "Quando a criança se joga no chão e faz birra, perguntamos qual foi a reação da mãe ou do pai. Muitos respondem: 'Eu bati, botei de castigo, puxei a orelha, o cabelo'. Cada um conta sua história e desabafa."

Tania de Matos, 30, com o filho John Ícaro, 8; eles passaram a se abraçar depois do programa ACT Sheyla Castelo Branco/SPS

Os encontros são guiados por 190 profissionais espalhados pelo estado, treinados nessa metodologia desde 2021. São assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos ou fonoaudiólogos que fazem intervenções nas falas desses pais para estimular o diálogo e a reflexão, também, por meio de dinâmicas em grupo.

"É impressionante o resultado após os nove encontros. A criança agressiva passa a ter convivência mais afetiva e respeitosa com os pais. Vira outra relação", afirma a secretária.

A dona de casa Tania de Matos, 30, participou da turma de dezembro do ano passado. Ela não tinha o hábito de abraçar as pessoas, nem mesmo seu filho, John Ícaro, 8, que buscava nela esse afeto.

Criada pela mãe, tias e irmãs, ela diz que cresceu num ambiente em que não havia contato de carinho e cada um ficava no seu canto. Com isso, veio à tona nela uma timidez profunda. Após participar do ACT, ela percebeu que estava criando seu menino de forma distante, repetindo a experiência que ela viveu na infância.

"Eu estranhava. O John vinha me abraçar e eu não queria, eu me distanciava dele. Ele pedia carinho e eu estava sempre ocupada com o celular ou assistindo a TV. Quando ele fazia birra, a minha reação era bater nele. Cresci achando isso normal. Ele acabou se isolando também. Mas hoje somos unidos, leio para ele, criamos brincadeiras juntos, fazemos biscoitos e assistimos filmes, coisa que ele não gostava antes."

Durante as reuniões, as mães —maioria— choram quando se dão conta que estão reproduzindo um comportamento do qual elas próprias foram vítimas, assim como seus pais, segundo Dagmar Soares, coordenadora do Mais Infância Ceará.

Isso acontece especialmente no sexto encontro, ela diz, quando a turma faz uma espécie de viagem no tempo para classificar o comportamento de seus pais, que vai de autoritário ao negligente.

> "Essas pessoas não receberam afeto. Como elas vão dar o que não têm? Muitas choram quando se dão conta de que repetem aquele comportamento
>
> **Dagmar Soares**
> coordenadora do Mais Infância Ceará

Dagmar diz ter visto relatos de pais que na infância ouviram frases como "engole o choro" ou "macho não abraça homem". Para ela, é fundamental prevenir a violência contra as crianças.

"Essas pessoas não receberam afeto. Como elas vão dar o que não têm? Muitas choram quando se dão conta de que repetem aquele comportamento e assim admitem que também gritam e mandam calar a boca. É revelador."

Na sociedade brasileira as pessoas aprendem que o amor e a violência caminham juntos, segundo a pesquisadora Elvira Pimentel Parente, membro do Gepem (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral) e doutoranda em educação pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

"Somos criados associando educação ao 'dar limite'. Não temos repertório diferente para fazer diferente. É preciso cuidado quando falamos de educação não violenta para não culpar só a família. Muitas vezes os parentes também foram vítimas e não fazem de outro jeito porque não sabem como fazer. Por isso a importância de políticas públicas que ajudem a encontrar esse caminho."

Tania também viveu esse drama e reprimiu o filho. Ela afirma que John sempre foi curioso, mas que o advertia com frases como "criança não tem que se meter em papo de adulto". Hoje, ela entende a reação do filho e sabe como lidar com suas birras ou perguntas, encarada por alguns pais como afronta.

"Com o aprendizado da ferramenta ACT, agora eu já deixo o John extravasar. Depois sento e converso com ele, pergunto o que está sentindo. Resolvemos com diálogo porque eu entendi que naquele momento eu sou o adulto da relação, eu tenho que ser a paz que ele precisa."

O pai do menino, que antes chegava do trabalho e não ficava com ele por estar exausto, hoje dedica seu tempo a John. "É o tempinho dos dois. Tudo mudou, até a timidez deixei para trás. [O programa] foi um divisor de águas que abriu nossos olhos, mostrou que podemos ser melhores com nossos filhos do foram com a gente."

Três fundações contribuem para o projeto, Maria Cecília Souto Vidigal, Bernard Van Lear e Porticus. Juntas, elas investiram R$ 2,3 milhões no programa cearense e são responsáveis por repassar a metodologia ACT aos servidores do estado e dos 24 municípios.

Professora morre após acidente em tobogã de parque em São Roque

Cristina Camargo

SÃO PAULO A professora Luciana Cerri, 42, de Campinas (a 93 km de SP), morreu na manhã de sábado (8) após sofrer um acidente no tobogã de um parque em São Roque, cidade turística a 68 km da capital.

Luciana e o filho de sete anos desciam no brinquedo e, por motivos ainda desconhecidos, foram arremessados e contra uma grade de proteção.

A criança, que estava no colo da mãe, ficou ferida, sendo socorrida na Santa Casa e transferida ao Hospital São Francisco de São Roque, onde está internada. Questionado sobre o estado de saúde do garoto, o hospital disse que atualizações cabem à família. A professora também chegou a ser socorrida, mas não resistiu.

Depois do acidente, o Ski Park comunicou o fechamento neste final de semana, por luto, e não divulgou nenhuma informação sobre o acidente.

A turista Janini Naneri, que testemunhou o acidente, criticou o despreparo do parque, sem dar detalhes do que presenciou. Janini contou, nas redes sociais, que viu Luciana desmaiada e socorreu o filho dela, que estava muito machucado. "Ele falava: tia, eu vou precisar levar pontos?"

O acidente é investigado pela Polícia Civil de São Roque.

O tobogã tem pistas individuais de 350 metros de extensão. A idade mínima para o brinquedo é acima de quatro anos, com o acompanhamento de um responsável.

A morte de Luciana provocou comoção entre familiares, amigas e colegas de profissão. "Uma professora, um ser humano incrível", disse a direção do Colégio Photon, de Campinas, onde ela trabalhava.

A professora deixa o marido e dois filhos —além do menino que estava com ela na hora do acidente, era mãe de uma adolescente de 15 anos.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Pregou alegria e esperança em Brusque por quase 20 anos

CLAUDIONOR JOSÉ SCHMITT (1948 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO Rotineiramente, o padre Claudionor José Schmitt dizia ser seu trabalho pregar alegria e esperança. Com essa crença, ele atuou por 18 anos em Brusque (a 100 km de Florianópolis).

Sempre sorridente, foi figura amada em toda a cidade. Era a autoridade, o confidente e o apaziguador.

Nascido em Gaspar, nos vales catarinenses, em 23 de agosto de 1948, o clérigo iniciou no sacro ofício ainda criança. Mais tarde, estudou filosofia no Convento Sagrado Coração de Jesus, em Brusque, e teologia no Instituto Teológico, em Taubaté (a 130 km de São Paulo).

Em dezembro de 1975, foi ordenado presbítero —líder espiritual de uma paróquia— pela Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

Depois, passou por várias cidades de São Paulo e de Santa Catarina. Mas foi em Brusque que Claudionor encontrou a paz. Em meados de 2005, ele desembarcou na cidade já muito experiente, mas em busca de novas histórias de vida.

Peregrinou pela cidade até ser alocado na Casa Padre Dehon, onde ficou até 2022, saindo para assumir como vigário da paróquia São Luís Gonzaga, a igreja matriz. Lá, ficou por poucos, porém marcantes, meses.

Atraía multidões para suas missas, que não se restringiam a propagar o Evangelho, como também falavam do enfrentamento aos problemas sociais, sua principal preocupação.

Já septuagenário, vislumbrava um país melhor. Insistentemente, buscava recursos paroquiais para ajudar o município na realização de ações para os mais pobres. Adorava participar dos eventos, em que não se limitava a manter a rígida pose eclesiástica, participando ativamente das celebrações.

Abruptamente, o padre adoeceu no último mês de dezembro, sendo obrigado a abandonar suas atividades e se recolher para melhores cuidados no Noviciado de Nossa Senhora de Fátima, em Jaraguá do Sul (a 190 km de Florianópolis).

No dia 19 de março, após um mal-estar, foi levado para o hospital. Dois dias depois, ele morreu, aos 74 anos.

"Acolhemos com tristeza a notícia de falecimento do padre Claudionor que, por tantos anos, no seu ministério sacerdotal, se dedicou à cidade de Brusque, trabalhando na Casa Dehon e, neste último ano, na paróquia São Luís Gonzaga conosco", declarou o atual pároco do local, Diomar Romaniv.

"Havia sempre a sua disponibilidade de atender confissões durante a missa, com a característica própria do seu sorriso e alegria, que contagiava a todos. Rezamos por seu descanso eterno."

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

'Fiquei no porão 9 meses e 28 dias', diz sobrevivente de tráfico de pessoas

Brasil teve mais de 1.300 casos desse crime de 2011 a 2019 e leva mais de 10 anos para julgar processos

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO "Eu fiquei no porão 9 meses e 28 dias", conta Luana Maciel, 39, sobrevivente do tráfico internacional de pessoas. Mulher, negra e vítima de violência doméstica, ela viu na oportunidade de trabalho oferecida por um conhecido a chance de melhorar de vida. Mas não foi o que aconteceu com ela e com muitos outros brasileiros traficados nos últimos anos.

De acordo com boletim do Ministério da Saúde, de 2011 a 2019 foram registrados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 1.302 casos de tráfico de pessoas, e a pasta acredita que a pandemia agravou a situação, uma vez que aumentou a vulnerabilidade socioeconômica.

Outro levantamento, realizado por meio de uma parceria entre a OIM (Organização Internacional para as Migrações), o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), ajuda a compreender melhor alguns aspectos do crime.

Os pesquisadores analisaram 144 ações penais com decisão em segunda instância e descobriram que a média de duração dos processos de tráfico internacional é de dez anos, dez meses e 16 dias. "É um absurdo", critica Lívia Miraglia, professora da UFMG e uma das coordenadoras do estudo.

Das 714 vítimas listadas nos processos, 688 eram mulheres e 31 tinham menos de 18 anos. O principal destino das vítimas era a Espanha, seguido por Portugal, Itália, Suíça, Suriname, Estados Unidos, Israel, Guiana, Guiana Francesa, Holanda e Venezuela, e em 97,22% dos casos a finalidade do crime era a exploração sexual.

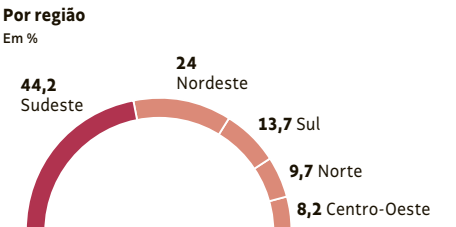
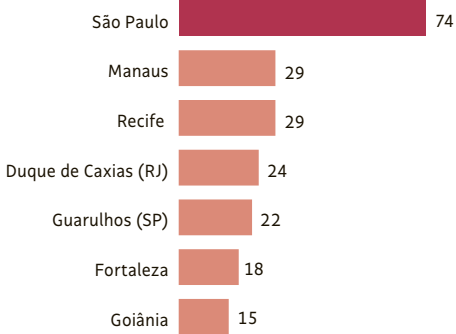
"Os traficantes trabalham principalmente com as redes sociais. Postam fotos da menina bonita que foi trabalhar fora e está vivendo uma vida luxuosa, e isso seduz as vítimas", diz a pesquisadora.

No caso de Joana (nome fictício), 29, o crime foi cometido por um casal de fazendeiros de Oklahoma (EUA). Após se candidatar a uma vaga para gerente de loja anunciada em um site de emprego, ela foi contatada pela dupla e passou cerca de três meses fazendo chamadas de vídeo para alinhar a viagem, realizada no fim de 2017.

O contato prévio com o criminoso, mesmo que pela internet, cria certo nível de confiança, e a vítima acredita nas promessas falsas, o que configura fraude. "Geralmente, as vítimas conhecem os autores e acabam confiando. Elas tentam sair de uma situação de vulnerabilidade, pobreza e sofrimento para buscar uma situação melhor e são enganadas", diz o promotor de Justiça Arthur Pinto de Lemos Junior, secretário especial de Políticas Criminais no Ministério Público de São Paulo.

Maciel também confiava no homem que lhe ofereceu emprego nos Estados Unidos. Ela o conheceu quando trabalhava como atendente no consulado americano em Brasília e ele chegou a participar de confraternizações de sua família. Assim, quando surgiu o convite para atuar em um escritório na Flórida, não houve suspeitas.

Após duas viagens pagas pelos recrutadores para conhecer o prédio em que ia morar e a escola em que as filhas iam estudar, Maciel se mudou em 2013 com as crianças, uma amiga que também trabalharia no escritório e o filho dela.

Ela e a amiga esperaram por 40 dias o término das "obras no escritório" para que pudessem começar a trabalhar, mas passado esse tempo o que ocorreu foi a mudança do contratante para o apartamento em que elas e os filhos estavam.

Vítima de ameaça, Maciel decidiu pedir ajuda a outro homem que havia conhecido no consulado e ele levou o grupo para a casa do pai, onde ela e a amiga foram forçadas a trabalhar como faxineiras e babás. As crianças iam para a escola, mas eram ameaçadas de morte, e, com medo, não contavam nada.

A situação piorou depois que o algoz estuprou sua amiga. Elas evitavam dormir e pararam de pedir para usar o banheiro, fazendo as necessidades no próprio porão. "Foi um filme de terror", diz Maciel, que perdeu parte da visão do olho esquerdo no tempo de cativeiro.

O homem dizia que os vizinhos estavam vigiando a casa e acompanhava todas as ligações feitas para as famílias no Brasil. "Muitas dessas ligações foram feitas sob ameaça, com ele com uma faca ou um revólver", revela.

"Sem conhecer o país, as leis e o sistema, havia não só a ameaça de morte, mas a ameaça relacionada à imigração. Ele falava que íamos ser presas e acreditávamos. Eu não sabia que estava sendo vítima de tráfico. Para mim, o tráfico de pessoas era o que acontecia com os escravos, eram pessoas em correntes", conta.

Para Joana, que pediu para não ser identificada porque ainda não contou aos pais ter sido traficada, os algozes cortam qualquer esperança de sair daquela situação .

Por cerca de um ano ela foi obrigada a cuidar os animais da fazenda e limpar a casa e a loja do casal sem pagamento. Ao perceber que seria vendida "em casamento", pediu ajuda para o filho deles e foi levada para a casa da avó do rapaz. Lá, foi forçada a trabalhar como faxineira e babá para pagar a "dívida" de aluguel.

Tanto no caso de Luana Maciel quanto no de Joana, os traficantes estão soltos, e o medo de represálias ajuda a explicar um dos grandes entraves para o combate ao crime: a subnotificação.

De 2018 a 2020, foram resgatadas 203 vítimas de tráfico interno e internacional em operações da Polícia Federal e foram detectadas 1.416 possíveis vítimas em atendimentos nos centros de assistência social. Eram homens traficados para trabalho análogo à escravidão, perfil muito diferente das ocorrências de exploração sexual registradas no Sinan.

"Muitas vezes, há um julgamento moral na exploração sexual", afirma Miraglia. "Nos deparamos com justificativas como 'ela sabia que ia se prostituir, então não há crime'. Ela pode ter concordado em se prostituir, mas não consentiu em entregar o passaporte, não ter liberdade de viver."

Outros fatores para o reduzido número de denúncias são a vergonha e o desconhecimento do crime, dos direitos e dos canais de apoio. "A pessoa está muito fragilizada. Ela não tem força, não acredita e não se sente reconhecida, então precisa de ajuda para levar esse registro adiante", complementa Lemos Junior. Nesse sentido, a morosidade da tramitação dos processos só aumenta a desconfiança das vítimas.

No Brasil, afirmam os especialistas, a lentidão está atrelada à dificuldade de encontrar as vítimas, as testemunhas e os réus. Há uma dispersão que requer negociações com entidades internacionais e traduções, por exemplo.

"Com a demora, as provas vão se perdendo pelo caminho. As testemunhas somem e já não temos o corpo machucado, com sinais aparentes da violência", diz a pesquisadora da UFMG.

Já nos Estados Unidos, Maciel e Joana afirmam que a vagarosidade para a conclusão de seus casos se deve ao fato de serem imigrantes e terem renda baixa. Mencionam também o despreparo dos policiais e investigadores.

Maciel, que hoje estuda direito e atua ajudando vítimas de tráfico humano, tem inclusive atuado para aumentar o conhecimento sobre o crime. E Joana, que estuda enfermagem, quer treinar profissionais de saúde para que sejam capazes de identificar vítimas.

Aqui, um projeto no Amazonas se concentra exatamente em capacitar a Polícia Civil. A corporação aceitou um convite da ONG The Exodus Road, que combate o tráfico humano, para um treinamento remoto. "As videoaulas trazem estudos de caso e citam exemplos de diversos lugares do mundo, mostrando como atuar", afirma Fabiano Barroso e Silva, investigador e gerente da comissão de capacitação no estado.

"Quando falamos em tráfico humano, pensamos em pessoas sendo sequestradas, e as aulas ajudam a compreender que inclui, por exemplo, as moças trazidas para trabalhar na capital que não recebem o combinado", comenta. "É algo muito maior."

Casos de tráfico de pessoas e perfil das vítimas no Brasil

Registros de 2011 a 2019

Por estado
Em %

Estado	%
SP	20,4
MG	14,1
RJ	7,8
BA	6,4
PE	6,1
PR	6,1
RS	5,5
MA	2,5
MS	2,5
PA	2,3
CE	2,3
AM	4
SC	2,2
PB	1,6
TO	1,5
AL	1,4
GO	3,4
PI	1,8
MT	1,3
DF	1,1
ES	1,8
RN	1,2

AC, SE, RR, RO e AP
menos de 1% cada

Características das vítimas

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde

Onde denunciar

Disque 100
bit.ly/DHdisque100

Ligue 180
bit.ly/DHdisque180

Aplicativo Proteja Brasil
protejabrasil.com.br

Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
bit.ly/MJtrafico

Postos Avançados de Atendimento Humanizado aos Migrantes
bit.ly/MJatendimento

Consulados do Brasil no exterior
bit.ly/MREconsulados

Defensoria Pública da União
bit.ly/DPUtrafico

A qualidade do ar que se respira

No Brasil, coibir o desmatamento e as queimadas é crucial

Marcia Castro
Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

Um estudo publicado no ano passado mostrou que a poluição do ar contribuiu para 6,7 milhões de mortes prematuras no mundo em 2019.

Partículas inaláveis de até 2,5 micrômetros de tamanho (MP2,5) penetram os alvéolos pulmonares e podem passar diretamente dos pulmões para o sistema sanguíneo.

A exposição a MP2,5 está associada ao aumento de doenças respiratórias, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, enfisema, câncer de pulmão, bronquite, asma, dor torácica, problemas pulmonares e cardíacos crônicos e aumento do risco de morte.

No Brasil, uma das fontes de emissão de MP2,5 são os incêndios florestais. Na Amazônia, os incêndios estão diretamente relacionados ao desmatamento. O projeto Engolindo Fumaça, uma parceria entre InfoAmazonia, Universidade Federal do Acre e Observatório Clima e Saúde da Fiocruz, mostrou uma associação entre queimadas na Amazônia e aumento das internações por Covid-19.

Resultados similares foram observados no oeste dos Estados Unidos entre março e dezembro de 2020 (cerca de 20 mil infecções e 750 mortes por Covid-19 associadas aos incêndios florestais).

Um estudo publicado no último dia 6 mostrou que, na Amazônia, cada quilo adicional de MP2,5 emitido está associado a 23 novos casos de doenças respiratórias e cardiovasculares e cada hectare de floresta queimada representa um custo de R$ 10 milhões para o sistema de saúde.

Os efeitos negativos não se restringem à área onde a queimada acontece, mas se estendem por cerca de 500 km a partir do foco de incêndio.

O estudo mostra ainda que cerca de 27% da capacidade de absorção de MP2,5 pela floresta estão concentrados em territórios indígenas. Portanto, a proteção desses territórios poderia prevenir 15 milhões de casos de doenças respiratórias e cardiovasculares que custariam cerca de R$ 10 bilhões ao sistema de saúde.

Entretanto, é lenta a reversão da trajetória de aumento acelerado do desmatamento observada no governo anterior. O desmatamento na Amazônia de janeiro a março de 2023 foi o segundo maior desde 2015, ficando apenas atrás do valor do ano passado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece diretrizes de qualidade do ar com base em estudos feitos em vários países. Em 2021, a recomendação da OMS para MP2,5 foi estabelecida em 5 $\mu g/m^3$ por ano em média.

Antes de 2021 o valor era 10 $\mu g/m^3$. Nos Estados Unidos esse valor é de 12 $\mu g/m^3$. Um estudo publicado no mês passado no New England Journal of Medicine estima que uma diminuição do padrão de 12 $\mu g/m^3$ para 8 $\mu g/m^3$ resultaria em uma redução da taxa de mortalidade em adultos com 65 anos ou mais de idade, principalmente entre os mais vulneráveis (4% menor entre brancos de alta renda versus 6% menor entre brancos e pretos de baixa renda).

A agência que estabelece os padrões nos Estados Unidos vai avaliar uma possível mudança do padrão e estima que uma diminuição de 12 $\mu g/m^3$ para 9 $\mu g/m^3$ preveniria 4.200 mortes prematuras por ano.

No Brasil, os padrões de qualidade do ar foram estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 2018. A meta para MP2,5 é uma média anual de 10 $\mu g/m^3$ (recomendação antiga da OMS) a ser alcançada em três etapas (20, 17, 15 $\mu g/m^3$).

Porém não há uma definição sobre o tempo de duração de cada etapa até que o nível de 10 $\mu g/m^3$ seja alcançado. Em maio de 2022, o Supremo Tribunal Federal deu um prazo de 24 meses para que o Conama edite os níveis de tolerância conforme as novas regras da OMS. Rever os padrões é necessário. Definir a duração das etapas também.

Mas acima de tudo é fundamental reduzir as emissões. No Brasil, coibir o desmatamento, e evitar as subsequentes queimadas, é crucial para essa redução.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Kátyna Baía (à esq.) e Jeanne Paolini, brasileiras que estão presas há um mês na Alemanha Kátyna Baía no Instagram

Brasileiras presas após troca de malas criticam Justiça alemã

PF aponta que etiquetas das bagagens foram substituídas no aeroporto em SP

Jéssica Maes

SÃO PAULO Após meses de planejamento, no dia 4 de março a empresária Kátyna Baía, 44, embarcou com a esposa, Jeanne Paolini, 40, para uma aguardada viagem de férias pela Europa. O casal passaria 20 dias viajando por Alemanha, Bélgica e Holanda, em comemoração à conclusão da residência veterinária que Paolini fazia na UnB (Universidade de Brasília).

Os planos, no entanto, acabaram interrompidos. Elas foram presas ao chegar ao aeroporto de Frankfurt, na Alemanha, onde fariam uma escala antes do destino final, Berlim. A acusação era de que estariam levando 40 kg de cocaína na bagagem despachada — mas as malas não eram delas, segundo a PF (Polícia Federal).

O caso disparou uma investigação que culminou, na última semana, na prisão de seis suspeitos na Operação Iraúna. A PF aponta que o método de ação dos narcotraficantes consiste em retirar aleatoriamente etiquetas de bagagens despachadas e colocá-las em malas contendo drogas.

O inquérito apontou a inocência de Kátyna e Jeanne, incluindo imagens que comprovariam que as bagagens despachadas por elas no aeroporto de Goiânia tiveram as etiquetas trocadas no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), onde fizeram escala.

Os resultados da investigação brasileira foram encaminhados para a Justiça alemã na última quinta-feira (6), como informado nas redes sociais pelo secretário nacional de Justiça, Augusto de Arruda Botelho. No dia anterior, uma audiência de custódia manteve a prisão das brasileiras, que estão detidas há mais de um mês.

"Essa seria uma viagem para comemorar e descansar, e acontece esse pesadelo", diz a advogada Luna Provazio, defensora das goianas. "Algemaram os braços e pernas das duas e elas não entenderam nada do que estava acontecendo, porque os policiais estavam falando em alemão."

A prisão aconteceu em 5 de março e, na ocasião, a polícia alemã mostrou às duas quais malas tinham sido apreendidas com a droga e as etiquetas no nome delas. Segundo a defesa, Kátyna e Jeanne viram de imediato que a bagagem era diferente da delas.

Elas mostraram aos agentes, então, a informação sobre o peso das malas registrado pela companhia aérea quando foram despachadas: uma pesava 16 kg e a outra 17 kg, menos que os 20 kg de cocaína encontrados em cada uma das bagagens. "Os policiais disseram que essa era só uma das provas, então elas continuariam presas", diz Provazio.

As imagens anexadas ao processo mostram que a mala despachada por Kátyna é preta, decorada com alto-relevo geométrico, enquanto a de Jeanne é cor-de-rosa claro, com zíper da mesma cor. Já uma das bagagens atribuídas a elas em Frankfurt é cinza e não tem relevo decorativo, enquanto a outra é de um tom de cor-de-rosa metálico, com zíper preto.

Também foram incluídas no processo imagens de um funcionário do aeroporto de Guarulhos mexendo nas etiquetas das duas malas. De acordo com o UOL, ele seria contratado de uma terceirizada e foi um dos presos no último dia 4.

A advogada ressalta que as brasileiras não tiveram qualquer contato com as bagagens depois de as terem despachado, em Goiânia. As malas delas ainda não foram encontradas.

Kátyna e Jeanne relatam a Provazio que a situação é "muito humilhante e desesperadora". "Elas estavam sendo acusadas de algo que não fizeram. Além disso, nas primeiras 24 horas, quando ficaram em celas do aeroporto de Frankfurt, não receberam comida e as deixaram passando frio", diz.

No dia seguinte, foram transferidas em prisão preventiva para o presídio feminino da cidade, onde seguem sem seus bens pessoais e ficam em celas separadas.

"Elas se veem só no intervalo de banho de sol. Nas celas não tem TV ou rádio e o único livro que têm é uma Bíblia em português. Recebem duas refeições por dia, café da manhã e almoço. Caso queiram alguma outra refeição, têm que pagar em euro", conta a advogada.

Kátyna também não conseguiu acesso aos seus remédios de uso contínuo para doenças crônicas e ansiedade, que estavam na sua bagagem de mão. "A polícia não entrega os medicamentos mesmo estando nos pertences que eles apreenderam", diz a Provazio.

De acordo com a advogada, Kátyna e Jeanne tentam ficar calmas porque sabem que não cometeram nenhum crime. "Mas o que as deixa indignadas é saber que a polícia alemã tem os indícios [da inocência] e elas permanecerem presas até hoje."

Em meados de março, a PF já tinha encaminhado aos alemães uma parte das imagens e do inquérito. Porém, de acordo com a rede de notícias alemã Deutsche Welle, na audiência de custódia realizada no último dia 5, a soltura das goianas foi condicionada ao compartilhamento e análise integral de todas as informações em poder das autoridades brasileiras.

"A nossa expectativa é que a partir de terça (11) o juiz e o promotor comecem a analisar as provas que foram enviadas e percebam que, de fato, a inocência está mais do que comprovada."

A princípio, isso poderia se dar rapidamente, por ofício do promotor, ou após uma nova audiência de custódia, o que poderia levar até 15 dias.

A GRU Airport, concessionária que administra o aeroporto de Guarulhos, diz que o manuseio das bagagens é responsabilidade das empresas aéreas.

Procuradas, a PF e o Itamaraty não comentaram o caso.

ciência

Missão a Júpiter investigará se luas do planeta são habitáveis

Decolagem de Juice, da Agência Espacial Europeia, está marcada para quinta (13), na Guiana Francesa

Salvador Nogueira

SÃO PAULO A ESA (Agência Espacial Europeia) está prestes a lançar sua primeira missão não tripulada a Júpiter —e será a mais ousada já despachada para o estudo do maior planeta do Sistema Solar.

A Juice, acrônimo para Jupiter Icy Moons Explorer, ou Exploradora das Luas Geladas de Júpiter, lembra grandes missões da Nasa, compostas de espaçonaves caríssimas transportando um conjunto completo de instrumentos para fazer todo tipo de observação. Tudo isso ao custo de € 1,5 bilhão.

A sonda europeia já foi encapsulada e colocada no topo do foguete Ariane 5, que deve levá-la ao espaço, salvo imprevistos técnicos ou meteorológicos, na próxima quinta (13). O lançamento será feito a partir do centro de Kourou, operado pela ESA na Guiana Francesa.

É o início de uma longa jornada, que envolverá o uso da gravidade da Lua, da Terra e de Vênus para estilingá-la até Júpiter (veja mais ao lado), chegando por lá apenas em julho de 2031, quando se tornará a primeira missão não americana a explorar o maior planeta do Sistema Solar.

Seus objetivos principais são fazer uma caracterização completa do gigante gasoso e um estudo pormenorizado de 3 das suas 4 maiores luas: Europa, Ganimedes e Calisto. Há fortes indícios de que ao menos as duas primeiras, mas possivelmente todas as três, são luas-oceano, ou seja, têm oceanos de água salgada sob suas crostas congeladas.

"A principal meta é entender se há ambientes habitáveis nessas luas geladas e nos arredores de um planeta como Júpiter", explicou Olivier Witasse, cientista de projeto da missão, em entrevista coletiva na última quinta (6).

"Vamos caracterizar esses oceanos, determinar onde estão localizados, que profundidade têm, qual é a composição dessa água. E, para entender essa questão da habitabilidade, temos de estudar o sistema de Júpiter globalmente."

Com um impressionante conjunto de sensores, a Juice tentará caracterizar esses oceanos e quem sabe até encontrar possíveis assinaturas bioquímicas de que pode haver vida prosperando por lá (embora esse não seja um objetivo declarado da iniciativa).

A mais badalada das três luas para a prospecção por vida, Europa, é a que terá a menor atenção da missão: dos 35 sobrevoos planejados para os primeiros quatro anos da missão, apenas 2 serão voltados para a Europa. A maioria deles (21) será sobre Calisto, e os 12 remanescentes, para Ganimedes, a maior lua do Sistema Solar. Com 5.268 km de diâmetro, ela é maior que o planeta Mercúrio e é a única a ter um campo magnético próprio, um dos muitos itens que a Juice estudará em detalhe.

O aparente desprezo por Europa não vem sem razão: a Nasa (agência espacial americana) também trabalha em uma nova orbitadora de Júpiter, chamada Europa Clipper, que terá como principal objetivo realizar seguidos sobrevoos dessa lua joviana. Ela será lançada no ano que vem e deve chegar a Júpiter em 2030.

Além disso, o ambiente de radiação em Europa é muito mais agressivo, o que pode levar à degradação da espaçonave caso ela não tenha proteção adequada.

Com alguma coordenação entre as missões americana e europeia (que nasceram a partir da proposta de uma única gigantesca missão internacional), é possível maximizar o conhecimento colhido pelos dois projetos. Os grupos fazem reuniões anuais e mantêm contato constantemente.

Se a americana Europa Clipper vai se concentrar, como o nome sugere, em Europa, a grande estrela da europeia Juice (além do planeta Júpiter, é claro) será a lua Ganimedes. No fim de 2034, a sonda fará algo que nenhuma outra jamais realizou e entrará em órbita de uma lua do Sistema Solar que não a nossa própria, passando pelo menos mais dez meses (e potencialmente muito mais tempo) estudando-a de perto.

As três luas geladas jovianas têm, cada uma, uma personalidade. Europa é a mais ativa e intempestiva, com sinais claros de renovação constante de sua crosta de gelo, deslocamento de placas e possivelmente a emissão de plumas de água vindas do oceano subsuperficial, por meio de fissuras. Calcula-se que o oceano de Europa esteja em contato direto com um núcleo rochoso, fazendo desse ambiente algo muito similar ao que provavelmente deu origem à vida na Terra.

Ganimedes, por sua vez, tem terrenos jovens e antigos em sua superfície congelada, e há sinais claros de que também existe um oceano de água salgada sob a crosta de gelo. Só que os modelos da estrutura interna da lua sugerem que a camada aquosa está ensanduichada entre duas capas de gelo, impedindo o contato direto entre o oceano e o núcleo rochoso. Isso a torna um alvo menos promissor para a busca por vida.

Por fim, Calisto representa um testemunho do que foi o sistema Júpiter no começo da história do Sistema Solar. Com uma superfície escura, antiga e muito marcada por crateras, ela também pode ter um oceano subsuperficial.

Para fazer tudo isso, a sonda europeia construída pela Airbus foi dotada com os maiores painéis solares já lançados em uma missão interplanetária. São ao todo 85 m² de placas fotovoltaicas, cuidadosamente dobradas para o lançamento, aguardando o comando para se abrirem no espaço.

A necessidade dos grandes painéis é fornecer eletricidade de adequada à sonda mesmo à órbita de Júpiter, cerca de cinco vezes mais distante do Sol que a Terra. O nível de radiação solar é 25 vezes mais intenso aqui do que lá, mas mesmo assim a Juice terá cerca de 850 watts para alimentar seus instrumentos.

São dez deles, além de um experimento envolvendo a antena de comunicação para determinação precisa da posição e velocidade da sonda e de um medidor de radiação. Com o conjunto, a sonda produzirá dados completos do ambiente espacial no sistema joviano, bem como sensoriamento remoto das turbulentas nuvens do planeta e mapeamento da superfície das luas visitadas.

Witasse vê a missão como um esforço que vai além da compreensão da história de Júpiter e seus satélites. "Júpiter é um sistema solar em miniatura. Entendê-lo nos ajuda a entender a formação do nosso próprio Sistema Solar, como evoluiu com o tempo, e isso também ajudará a entender outros sistemas extrassolares."

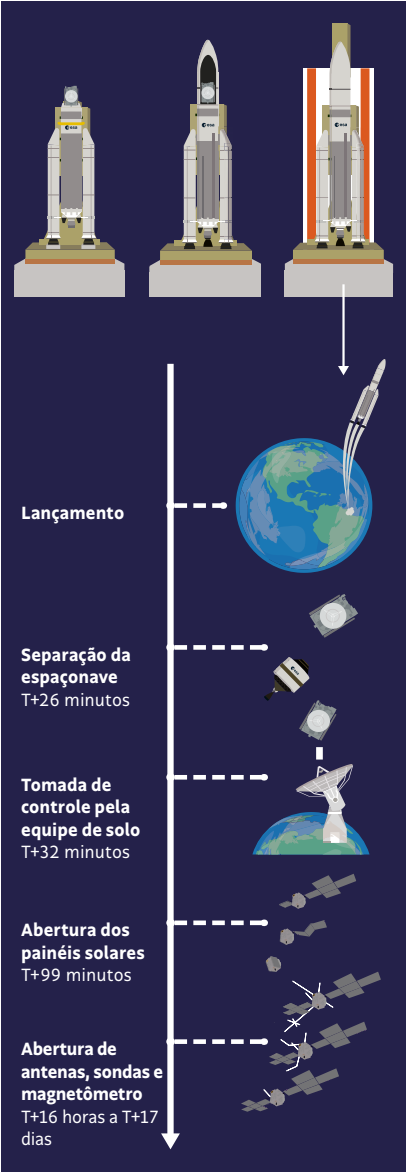
Até hoje, apenas duas missões entraram em órbita de Júpiter, as americanas Galileo (que chegou lá em 1995 e operou até 2003) e Juno (ainda em operação, chegada ao sistema joviano em 2016). Em mais alguns dias, mais uma jornada ao gigante começa.

A caminho de Júpiter

Confira o passo a passo da jornada da Juice (Jupiter Icy Moons Explorer), primeira missão da ESA destinada a estudar o maior planeta do sistema solar e suas luas geladas

Lançamento
Data prevista: 13.abr
Local: Kourou, Guiana Francesa

Lançador
Ariane 5
2 propulsores laterais de combustível sólido + 2 estágios movidos a hidrogênio e oxigênio líquidos

A longa jornada
A Juice usará várias passagens pela Terra e por Vênus como estilingue gravitacional para chegar a Júpiter

A sonda
A missão Juice carregará dez instrumentos, entre eles os sensores mais poderosos já levados às regiões mais externas do Sistema Solar; nove são europeus, e um é da Nasa

Massa (sem combustível): 2.420 kg
Combustível embarcado: 3.650 kg
Dimensões (aberta): 16,8 x 27,1 x 13,7 m
Área total dos painéis solares: 85 m² (a maior já construída para uma espaçonave interplanetária)

Custo da missão
1,5 bilhão de euros

SpaceX fecha acordo para levar rover do tamanho de jipe à Lua

Kenneth Chang

THE NEW YORK TIMES Um rover do tamanho de um Jeep Wrangler vai para a Lua. E vai precisar de um veículo ainda maior para levá-lo até lá.

A Astrolab Inc., a pequena startup que está construindo o rover, escolheu o maior veículo possível para levá-lo até a Lua: Starship, a nova e gigantesca nave espacial que está sendo desenvolvida pela SpaceX, empresa de foguetes pertencente a Elon Musk.

A Astrolab anunciou na sexta-feira (31) que fechou um acordo com a SpaceX para que seu Rover Flexível de Logística e Exploração, ou Flex, seja transportado numa missão de carga da Starship que vai decolar sem tripulantes possivelmente já em meados de 2026.

"Este é o primeiro contrato comercial de carga para a superfície lunar", disse Jaret Matthews, fundador e diretor-executivo da Astrolab.

O protótipo do rover lunar Flex que a Astrolab pretende enviar à Lua na Starship Astrolab via NYT

A SpaceX, que não atendeu a pedidos de comentário, ainda não anunciou que está planejando esta missão comercial da Starship para a superfície da Lua, com destino à região polar sul. Segundo Matthews, a Astrolab será apenas um entre os clientes que vão dividir o compartimento de carga da Starship na missão.

Embora a União Soviética nos anos 1970 e a China mais recentemente tenham enviado rovers robóticos à Lua, os EUA ainda não o fizeram. (Mas a Nasa mandou um veículo à Lua —o "buggy lunar" conduzido pelos astronautas das missões Apollo 15, 16 e 17).

Em 2024 a Nasa vai mandar seu Volatiles Investigating Polar Exploration Rover, ou Viper, que deve procurar gelo aquático na região polar sul da Lua. Essa é a área que os astronautas vão explorar nos próximos anos dentro do programa Artemis da Nasa. Já a viagem à Lua planejada pela Astrolab é, pelo menos até agora, uma missão exclusivamente comercial, sem verbas da Nasa.

Matthews se negou a dizer quanto vai custar enviar o Flex à Lua ou quanto dinheiro a Astrolab levantou. Disse que a Astrolab vai ganhar dinheiro levando cargas até a superfície lunar para clientes.

"Essencialmente, ele vai oferecer o que eu gosto de descrever como a mobilidade de último quilômetro na Lua", disse Matthews. "Como se fosse uma UPS na Lua. Nessa analogia, a Starship é o navio que atravessa o mar carregado de contêineres, e nós somos a solução de distribuição local."

Matthews disse que a Astrolab já tem vários acordos firmados para transporte de cargas.

Tradução de Clara Allain

esporte

EVENTOS AO VIVO

16h Barcelona x Girona Espanhol, STAR+

18h Praia Clube x Barueri Superliga feminina, SPORTV 2

18h30 Etapa de Bells Beach Mundial de surfe, SPORTV 3/WSL

O capitão Gustavo Gómez ergue a taça do Paulista, obtida com goleada sobre o Água Santa em São Paulo Ronny Santos/Folhapress

Meninos decidem e dão ao Palmeiras o título do Paulista

Gabriel Menino e Endrick, 16, comandam vitória fácil na decisão estadual

PALMEIRAS 4
ÁGUA SANTA 0

Alex Sabino

SÃO PAULO No momento em que o Palmeiras mais precisou, os meninos resolveram. Um menino na idade, outro no próprio nome.

Decisivos, Gabriel Menino, 22, e Endrick, 16, tiraram a equipe de uma situação difícil e a fizeram conquistar o terceiro título estadual nos últimos quatro anos. Depois de ter perdido a partida de ida por 2 a 1, o time alviverde dominou o Água Santa neste domingo (9), no Allianz Parque, goleou por 4 a 0 e levou o Campeonato Paulista.

Gabriel Menino fez dois gols, e Endrick, um. Flaco López fechou a contagem. No primeiro confronto, em Barueri, o garoto de 16 anos, já negociado com o Real Madrid, também havia anotado para o Palmeiras.

A vitória representou uma marca histórica também para Abel Ferreira. Com oito títulos, ele se tornou o segundo técnico mais vencedor da história da agremiação. Está a dois do recordista, Oswaldo Brandão (leia mais abaixo).

A equipe ainda disputa neste ano o Campeonato Brasileiro, a Copa do Brasil, a Copa Libertadores e, a depender do resultado no torneio continental, o Mundial.

As atuações de Gabriel Menino e Endrick foram além dos gols. Criticado após a derrota na semana passada, o volante foi o responsável por quase todas as boas jogadas ofensivas criadas pelo Palmeiras. Teve também participação no gol do centroavante.

Endrick sofreu a falta que deu origem ao primeiro de Gabriel Menino e também impressionou pela disposição em voltar para não apenas ajudar na marcação mas para ter protagonismo no cerco aos adversários.

O segundo gol do armador e do Palmeiras teve um lance de genialidade de Dudu, que deu um drible, de calcanhar, fazendo a bola passar por entre as pernas de Thiaguinho antes de cruzar para Menino acertar cabeçada.

Tudo isso aconteceu nos primeiros 34 minutos, praticamente definindo que o dono do título, mais uma vez, seria o Palmeiras. Assim como já havia acontecido em 2020 e 2022. Foi a quarta final consecutiva do clube, derrotado pelo São Paulo em 2021.

O primeiro tempo foi tão palmeirense que contou com a generosa colaboração do não tão menino árbitro Raphael Claus, 43. Ele ignorou soco dado por Dudu nas costas de Didi e, mesmo depois de ter sido alertado e visto o lance em vídeo, manteve a aplicação de apenas cartão amarelo para o atacante.

Os 90 minutos que decidiram o Paulista representaram redenção para a dupla que deu o título ao time do Palestra Itália. Gabriel Menino oscilou nos últimos dois anos, depois de ser chamado por Tite em 2020 para partidas das Eliminatórias para a Copa do Mundo do Qatar. Envolveu-se em polêmica ao ser filmado em um grito de guerra que pedia a convocação de Dudu e xingava o técnico da seleção brasileira.

A diretoria descartou interesse do Vasco em 2022 para mantê-lo porque já se imaginava que Danilo seria vendido para a Europa, o que realmente ocorreu. O substituto, com o aval de Abel Ferreira, foi Gabriel Menino. Ele justificou a fama de ter uma boa finalização da intermediária ao fazer um gol em rebote de falta neste domingo e com outras tentativas de arremate.

É muito fácil, ao mesmo tempo, esquecer que Endrick tem apenas 16 anos. Criticado pela falta de gols, apesar da pouca idade, ele carrega o peso de ser considerado um fenômeno precoce do futebol brasileiro, de carregar tanta esperança e por já ter sido vendido para um gigante europeu.

Ele anotou seu primeiro na temporada na primeira partida da final e dobrou o número neste domingo.

As posições de Gabriel Menino e Endrick são as duas em relação às quais a presidente Leila Pereira foi cobrada para contratar reforços.

O Água Santa fica com a campanha histórica. A equipe criada na várzea que se tornou profissional apenas no final de 2011 chegou pela primeira vez à final da elite do estado. Teve um desempenho na partida de ida que fez a torcida sonhar com o título. Mas os 90 minutos no Allianz Parque a levaram de volta à realidade.

Sem calendário, o time volta às atividades apenas em 2024, novamente no Campeonato Paulista e, depois, na Série D do Campeonato Brasileiro.

Com o resultado definido no intervalo, o segundo tempo teve poucos momentos dignos de nota. Com 25 minutos para o fim e após sofrer corte no rosto, Endrick foi substituído. Nem era mais preciso mais nada. Os meninos já haviam decidido o título estadual para o Palmeiras.

Flaco López completou aos 27 e fez o quarto gol. Foi apenas a cereja do bolo.

Abel Ferreira está agora a dois troféus de recorde no clube

SÃO PAULO Na opinião de Luiz Felipe Scolari, Abel Ferreira é o maior técnico da história do Palmeiras. A comparação pode ser subjetiva, mas fica cada vez mais perto de se tornar realidade nos números.

Com a conquista do Campeonato Paulista neste domingo (9), sobre o Água Santa, o clube do Palestra Itália deu ao português seu oitavo título de expressão desde que chegou ao país, em 2020. Ele já é o segundo treinador mais vencedor do alviverde, com oito troféus. Está empatado com Vanderlei Luxemburgo.

Não é impossível imaginar que ele possa chegar ao primeiro lugar neste ano.

"É um cara que conhece de futebol. Faz uma história bonita no Palmeiras e já é um dos grandes da história do clube. Ele pode conquistar mais títulos. E que permaneça muito tempo", elogiou Dudu, atacante que voltou ao clube em 2021, após a conquista da Copa Libertadores do ano anterior.

Abel está a dois troféus de se igualar a Oswaldo Brandão, o maior ganhador da história palmeirense. O técnico que também é lembrado por ter acabado com a fila corintiana de 23 anos em 1977, obteve dez títulos no Palestra Itália, a começar pelo Torneio Início de 1946 até o Estadual de 1974. No meio disso, faturou a Taça Cidade de São Paulo (1946), o Paulista (1947, 1959 e 1972), a Taça Brasil (1960), a Taça Governador do Estado de São Paulo (1972) e o Brasileiro (1972 e 1973).

Abel Ferreira se habituou a celebrar títulos Ronny Santos/Folhapress

Excluídos da conta o Torneio Início, a Taça Cidade de São Paulo e a Taça Governador do Estado de São Paulo, de menor expressão, Abel já está na frente.

Neste ano, o Palmeiras ainda disputa a Libertadores, a Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro. Se for campeão da competição continental, ainda terá o Mundial.

Esta é uma vantagem do português em relação a Brandão. Hoje em dia se disputam mais torneios. Na época do treinador morto em 1989, o Paulista era o mais importante. Havia também a Taça Brasil (depois chamado de outros nomes) e campeonatos esporádicas de curta duração. Como o Torneio Início, por exemplo, que era jogado em apenas um dia, em partidas de poucos minutos e que, em caso de empate, o vencedor era decidido pelo número de escanteios.

Mas Brandão esteve no Palmeiras quatro vezes para obter essa marca. Abel vive sua primeira passagem. E ele conquistou duas vezes a taça mais importante da América do Sul: as Libertadores de 2020 e 2021.

Além do Paulista de 2023, ele já havia vencido o campeonato em 2022. Na atual temporada, também foi ganhador da Supercopa do Brasil. Há ainda a Copa do Brasil (2020), a Recopa Sul-Americana (2022) e o Brasileiro (2022).

Alviverde faz o que se esperava

Com 35 minutos o título paulista já estava decidido porque o Água Santa provocou

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Era tão certo como os ovos de chocolate aos domingos de Páscoa.

Na casa verde superlotada, o Palmeiras massacrou o time de Diadema para ensiná-lo a nunca mais cutucar o porco com vara curta.

Com requintes de crueldade, porque fez o 3 a 0, mais que suficiente para garantir o bicampeonato seguido e o 25º título estadual do alviverde, ainda antes do 35º minuto.

E só com jovens pratas da casa, dois gols de Gabriel Menino, 22 anos, e outro de Endrick, 16.

Como se dissesse que nem precisa de seus jogadores mais maduros para devolver a impertinência do 2 a 1 em Barueri.

Aquela coisa de que, se não sabe brincar, não desça para o playground.

Se bem que o lance mais sensacional da decisão tenha sido proporcionado por Dudu, ao deixar Thiaguinho órfão de pai e mãe com uma caneta de calcanhar que Mané Garrincha adoraria assinar e dar o segundo gol para Menino.

La Paz? Quem se lembra de La Paz e o Bolívar que se prepare, telefone para Diadema e procure saber se há alguma vacina que evite outro atropelamento no jogo de volta.

No segundo tempo, sim porque a regra exige que haja a chamada, como diziam os antigos, etapa complementar, "Flaco" López ainda entrou para fazer o 4 a 0 e consolidar mais uma goleada alviverde na decisão estadual, como no ano passado, mas sobre o São Paulo.

E o Água Santa?

Entra em recesso, porque não tem mais nada a fazer em 2023.

Isto é, depois de campanha histórica, porque os estaduais não são disputados durante toda a temporada, sem os grandes, como seria o ideal, o vice-campeão desaparece até 2024.

Só por isso você lerá a nota seguinte.

Samba em Liverpool

A cidade dos Beatles viveu mais uma tarde inesquecível de futebol no empate por dois gols entre o líder Arsenal e o time da casa.

Dizer que o clássico foi espetacular é pouco.

Que a rara leitora e o raro leitor escolham os superlativos mais elogiosos que conheçam e ainda assim será insuficiente.

Três dos quatro gols foram marcados por jogadores brasileiros, em jogo pelo Campeonato Inglês com a participação de nada menos de sete atletas com o nosso sangue nas veias.

Gabriel Martinelli fez 1 a 0, Gabriel Jesus ampliou, ambos os gols no primeiro tempo, e Roberto Firmino empatou no fim do segundo.

Além dos dois jovens artilheiros do time londrino, e do veterano do Liverpool, o goleiro Alisson, o volante Fabinho e o meia Thiago Alcântara desfilaram seus talentos na equipe vermelha, contra o zagueiro Gabriel Magalhães.

O sentimento de orgulho pela presença de tantos nacionais é diretamente proporcional ao da pena de não poder vê-los nos gramados do Brasil, exportadores de pés de obra que somos.

O jogo teve de tudo, até tabelinha do extraordinário zagueiro holandês Virgil van Dijk com o adversário Gabriel Martinelli no primeiro gol do Arsenal e desperdício de pênalti do não menos brilhante egípcio Mohamed Salah, para não citar o bandeirinha que deu cotovelada no lateral escocês Andrew Robertson.

Tudo trocado em miúdos, o empate permitirá ao vice-líder Manchester City, em casa, no próximo dia 26 de abril, empatar em pontos com o Arsenal e superá-lo no saldo de gols, primeiro critério de desempate na Premier League, promessa de outro jogo fenomenal, e com mais um brasileiro, o goleiro Ederson, do time de Pep Guardiola.

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

O campeão do treino, dos ensaios e de Gabriel Menino

A jogada de Dudu na construção do segundo gol foi espetacular, enfrentando três marcadores e passando por Gabriel Inocêncio com um drible de letra. Gabriel Menino, o melhor em campo, completou na meia esquerda. O volante desacreditado antes da temporada foi o destaque das duas finais vencidas pelo Palmeiras, Supercopa e Paulista.

Não foi acaso comemorar o primeiro gol correndo para o banco de reservas para abraçar fortemente o técnico Abel Ferreira. Era um dos três porquinhos da versão original, com Danilo e Patrick de Paula, também da versão campeã no domingo de Páscoa, com Vanderlan e Endrick.

Pouco antes de cobrar a falta do primeiro gol, Menino viu Raphael Veiga dirigir-se ao banco de reservas para colocar gelo em sua coxa direita. Cobrador oficial das faltas e escanteios, cedeu a função para o volante. Os tiros de canto não tiveram o mesmo efeito; a falta, sim, com sucesso no rebote.

Aos 27 minutos, o Palmeiras já tinha feito 2 a 0, um minuto antes de marcar pela segunda vez contra o São Paulo, um ano atrás. O terceiro, de Endrick, nasceu aos 33, rebote do chute de Rony, aproveitado com característica de centroavante experiente.

Na finalíssima de 2022, o Palmeiras perdeu a chance de ser campeão invicto na primeira partida das finais, derrotado pelo São Paulo, por 3 a 1. Recuperou-se na segunda decisão com goleada por 4 a 0, com o terceiro gol anotado aos dois da segunda etapa. Desta vez, o conforto do terceiro gol veio antes do intervalo.

Abel mexeu um pouco na formação ofensiva. Muitas vezes, Vanderlan dava largura ao campo bem aberto no ataque, pela esquerda, com Rony mais perto de Endrick e Gabriel Menino dois passos atrás, na linha de Zé Rafael.

Outras vezes, Menino chegava ao ataque, como na jogada em que finalizou de fora da área e quase marcou o quarto gol, aos 45 do primeiro tempo. Este é o ponto fundamental de Abel: conjunto. O time está treinado de modo a mudar funções, ora com Marcos Rocha fazendo saída de três com os zagueiros, ora com o lateral esquerdo fazendo essa função.

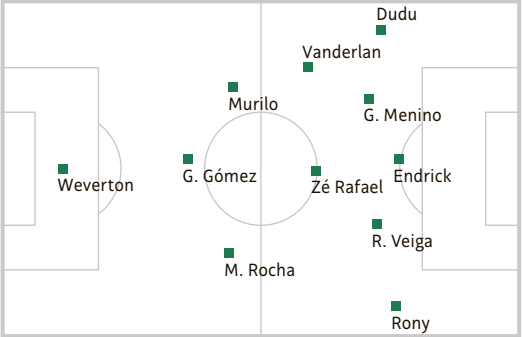
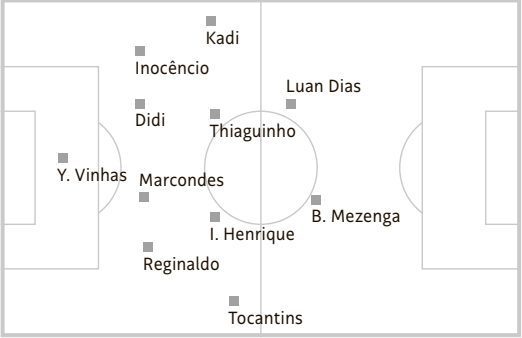
Ora Menino funciona como meia, ora como volante.

Veiga voltou a cobrar as faltas e escanteios no segundo tempo, aparentemente sem as dores que o incomodaram na primeira etapa.

A tranquilidade do marcador fez o Palmeiras atrasar a marcação e oferecer campo ao Água Santa, na segunda etapa. A ideia era que o time de Diadema não tem cacoete para atacar e, de fato, incomodou pouco, até mesmo depois das alterações feitas por Abel Ferreira.

Por mais que o Palmeiras não tenha o elenco do passado recente, como quando era campeão brasileiro com os reservas de Felipão, a equipe atual tem suplentes que conhecem detalhadamente suas funções. Fabinho faz o papel de primeiro volante e libera Zé Rafael para atacar um pouco mais, Gabriel Menino se adianta para a vaga de Veiga e faz corretamente a posição, porque Tabata está machucado.

Nada é por encanto. O Palmeiras é o melhor time do Brasil no semestre, porque treina. Não existe milagre para ser bicampeão paulista.

Palmeiras empurrando cinco homens ao ataque

Água Santa postado com duas linhas de quatro

FATOR RENATO

O Arsenal precisa manter mais do que seis pontos antes do confronto direto com o Manchester City, daqui a duas semanas. Teve toda a chance ao construir vantagem de 2 a 0 sobre o Liverpool, mas sofreu o empate e não perdeu graças ao seu goleiro Ramsdale. O campeonato está aberto.

CITY CHEGANDO

Renato não precisa ser apontado como melhor técnico do Brasil para ser reconhecido como um caso especial. Saiu do Grêmio, levou a chave do vestiário, e o clube gaúcho só voltou a entender como se entra na alma de seus jogadores quando ele retornou. O Grêmio volta a ser campeão com ele.

O meia Raphael Veiga abraça troféu, cena que vem se repetindo com bastante frequência nos últimos anos Ronny Santos/Folhapress

Atletas dizem que taça serve para 'calar a boca' dos críticos

Jogadores lembram momentos de pressão após a derrota na primeira partida

SÃO PAULO Os jogadores do Palmeiras usaram a festa do título para rebater críticas. O elenco viveu dias de tensão após a derrota para o Água Santa por 2 a 1 na primeira partida da final do Campeonato Paulista, na semana passada.

Neste domingo (9), a equipe alviverde goleou por 4 a 0 e conquistou seu terceiro título estadual nos últimos quatro anos. Mas as reclamações quanto à atuação apática em Barueri, na semana passada, incomodaram os atletas.

"Foi mais uma vez para calar a boca de muitas pessoas. Aqui é Palmeiras!", desabafou o meia Raphael Veiga, que sentiu lesão ainda no primeiro tempo e acabou substituído após o intervalo.

"Nosso time é um que acima de tudo se conhece, sabe o que pode fazer. Somos humildes em reconhecer quando não vamos bem, como aconteceu no primeiro jogo. Muitas coisas aconteceram [na última semana], só quem está lá [do clube] sabe, mas a gente soube ser consistente", completou o camisa 23.

As referidas críticas cresceram no meio da semana, quando o Palmeiras foi derrotado em La Paz, pelo Bolívar, por 3 a 1, na estreia na Copa Libertadores. Para poupar os titulares para a final paulista, o técnico Abel Ferreira decidiu escalar os reservas. Foi um risco calculado pela certeza de que era importante ser campeão e há tempo de sobra para a classificação no torneio continental.

"Tivemos um campeonato de consistência. Nossa equipe vem disputando títulos e ganhando parte deles. Mostramos que somos bem preparados fisicamente, mentalmente, e temos condições de reverter qualquer resultado. O Abel trouxe, quando chegou, uma ideia. Aqui já havia atletas vencedores, outros que chegaram também eram. Nós nos consagramos como uma equipe vencedora que entra para brigar lá em cima", afirmou o volante Zé Rafael.

Apesar do clima de revanche, houve o reconhecimento de que o Palmeiras deixou a desejar na derrota em Barueri, o que tornou mais difícil a missão no Allianz Parque. Na lista dos últimos três títulos estaduais, conquistados a partir de 2020, foi a segunda virada alviverde. No ano passado, depois de derrota no primeiro jogo da decisão para o São Paulo por 3 a 1, o time de Abel Ferreira goleou em casa por 4 a 0.

"Dia após dia, treino após treino, nossa vontade foi incomparável. Deu tudo certo. No primeiro jogo, entramos desconcentrados, como se não fôssemos o Palmeiras. O ano está apenas começando. Eu mudei a chave, estou mentalmente mais forte", comemorou o meio-campista Gabriel Menino, autor de dois gols e principal destaque do time neste domingo.

Na tarde de respostas, havia também o quinhão de Endrick. O atacante de 16 anos, criticado pela falta de gols, marcou um (como já havia feito na primeira decisão) e também foi um dos melhores em campo. Ele havia reclamado da atenção que tem recebido da mídia desde os tempos em que estava nas categorias de base.

"Estou com três de três. São três campeonatos disputados e três títulos como profissional. Acho que já estou pronto para ser titular do sub-20", ironizou o atacante de 16 anos.

Endrick fez parte do elenco campeão brasileiro do ano passado e da Supercopa do Brasil de 2023.

Abel Ferreira opinou que a imprensa paulista pode ser muito rigorosa.

"Isso não é apenas comigo, mas, enquanto estou ganhando, vão engolindo."

Fluminense se impõe, goleia Flamengo e fatura o bi do Campeonato Carioca

SÃO PAULO O Fluminense conquistou o Campeonato Carioca pelo segundo ano consecutivo, de novo com vitória sobre o Flamengo. Neste domingo (9), em um Maracanã lotado, triunfou por 4 a 1.

Com dois gols de Germán Cano, um de Marcelo e um de Alexsander, o time tricolor dominou a equipe rubro-negra em campo na segunda partida da decisão do Campeonato Carioca —Ayrton Lucas descontou no fim. O jogo de ida havia sido vencido pelo Flamengo por 2 a 0.

O técnico tricolor, Fernando Diniz, enfim campeão de um torneio de maior expressão, foi exaltado por seus atletas e pelos torcedores. O comandante rubro-negro (até a conclusão desta edição) foi xingado pela torcida de seu time.

Com poucas chances claras de gol, o Flamengo não se encontrou em campo e viu o Fluminense dominar as ações.

Foi a quarta tentativa fracassada de um título para o Flamengo em 2023. Em janeiro, contra o Palmeiras, perdeu a Supercopa do Brasil. Em fevereiro, foi derrotado pelo Independiente del Valle na Recopa Sul-Americana. A equipe rubro-negra ainda foi eliminada pelo Al Hilal nas semifinais do Mundial de Clubes de 2022, disputado em fevereiro.

Fernando Diniz (esq.) celebra o título Celso Pupo/Fotoarena/Ag. O Globo

Em Minas Gerais, o Atlético Mineiro prevaleceu sobre o América-MG e conquistou o quarto título estadual consecutivo. Fez 2 a 0, com dois gols do artilheiro Hulk.

O primeiro deles foi marcado de pênalti; o segundo, em contra-ataque. No jogo de ida, o time alvinegro já havia vencido por 3 a 2.

O Campeonato Goiano foi decidido entre Goiás e Atlético Goianiense com emoção. Depois de ter vencido por 2 a 0 o primeiro jogo da decisão, o Atlético foi derrotado pelo Goiás por 3 a 1, na Serrinha.

A disputa, então, foi para os pênaltis. Hugo, do Goiás, balançou a rede, mas o árbitro de vídeo identificou dois toques do jogador, que escorregou no momento do tiro. Depois, Bruno Tubarão acertou o pênalti decisivo para dar o título ao Atlético: 5 a 4.

Pelo Campeonato Paranaense, o Athletico empatou por 0 a 0 com o Cascavel e levou o título invicto, após vitória por 2 a 1 no jogo de ida.

No Campeonato Gaúcho, definido no sábado (8), o Grêmio comemorou ao bater o Caxias por 1 a 0, em Porto Alegre, com gol de Luis Suárez. O jogo de ida terminara em 1 a 1.

No Campeonato Cearense, o Fortaleza arrancou empate por 2 a 2 com o Ceará no fim. Como havia vencido o primeiro jogo, saiu com o título.

‘Brasil cresce pouco, e esse pouco beneficia parte muito pequena da sociedade’, diz Marcos Mendes

INDEPENDÊNCIA, 200

Gabriel Araújo

BELO HORIZONTE Por que o Brasil cresce pouco? A pergunta, inspirada no livro de mesmo nome do economista Marcos Mendes, publicado em 2014, deu o tom ao 14º debate do ciclo de diálogos Perguntas sobre o Brasil, realizado de forma online na quarta-feira (5).

“O diagnóstico que fiz nesse livro ainda é válido”, disse Mendes, que é pesquisador do Insper e colunista da **Folha**. “Infelizmente, é válido e mais grave do que era lá atrás.”

Como Mendes lembra, o país cresceu apenas 70% da época da redemocratização, na década de 1980, a 2018. No restante do mundo, a média nesse período foi de 134%.

“A gente está crescendo menos do que os países desenvolvidos, o que é um problema, já que a ideia é que países menos desenvolvidos, como nós, tenham que crescer mais rapidamente que os desenvolvidos para que possamos alcançá-los. E estamos ficando para trás em relação aos nossos vizinhos latino-americanos.”

Para entender esse problema, o ciclo de diálogos, organizado pelo Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc São Paulo, pela **Folha** e pela Associação Portugal Brasil 200 anos (APBRA), também convidou Michael França, doutor em teoria econômica pela USP, pesquisador do Insper e também colunista do jornal.

O debate foi mediado por Alexandre Macchione Saes, professor de história econômica da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP.

Para França, uma das chaves para resolver esse baixo crescimento é a criação de políticas públicas que promovam mobilidade social, considerando a desigualdade que impera na sociedade brasileira.

O pesquisador elencou alguns fatores que considera pouco discutidos e que são capazes de explicitar a urgência de fomentar a mobilidade citada, centrando sua análise na dinâmica demográfica do país.

Um exemplo: pessoas mais pobres e menos escolarizadas costumam ter mais filhos do que as classes mais abastadas e com nível maior de escolarização, ainda que a taxa de fecundidade tenha caído no Brasil ao longo dos anos. “O que a gente tem na dinâmica demográfica ao longo do tempo é um fator que vai contra a acumulação de capital humano, algo que é importante para o país crescer”, afirmou França.

“Ao mesmo tempo, a gente sabe que a expectativa de vida está aumentando”, disse ele, lembrando que o envelhecimento da população implica mais gastos públicos. “Temos um país que está gerando uma quantidade massiva de idosos com baixa qualificação, pessoas que vão contribuir pouco lá na frente na economia, ainda mais num cenário de progresso tecnológico.”

O fator demográfico, no entanto, não é o único que explica um problema complexo que se ramifica nos mais diversos aspectos da vida social. Outra chave de leitura está na própria desigualdade, capaz de produzir, segundo Mendes, Brasis paralelos dentro de um mesmo país.

“Nós sempre fomos uma sociedade muito desigual e, durante muitos anos, o Estado brasileiro foi fortemente capturado pelo topo da pirâmide social”, disse Mendes. Segundo ele, não houve uma mudança de modelo de Estado a partir da redemocratização, com manutenção de subsídios que sempre beneficiaram uma elite econômica.

“Mas surgiu um fator novo: a grande massa de eleitores pobres passou a ser relevante para os políticos. Então houve um crescimento desorganizado e muito forte de políticas sociais, algumas boas e efetivas, outras nem tanto”, afirmou Mendes.

“Criamos o que eu chamo de ‘sociedade que distribui para todo mundo’”, o que, segundo ele, foi possível num primeiro momento graças à carga tributária baixa.

A partir do período em que essas políticas começaram a ser subsidiadas por meio do endividamento público, novos problemas surgiram. “Todas aquelas causas imediatas do baixo crescimento começaram a aparecer como consequência desse modelo. Só que alguém tem que pagar a conta.”

Para Mendes, o país chegou a um ponto crítico em que o Estado não pode ser mais visto como um “solucionador”, que apenas coloca mais dinheiro em determinada política.

“Enquanto um quer assistência social para garantir o mínimo de sua sobrevivência, o outro quer proteção comercial e subsídio para a sua empresa”, afirmou. “Temos claramente um problema de gestão para ser resolvido. Nosso crescimento não é inclusivo. A gente cresce pouco, e o pouco que a gente cresce beneficia uma parcela muito pequena da sociedade”.

> “A gente está crescendo menos do que os países desenvolvidos, o que é um problema, já que a ideia é que países menos desenvolvidos, como nós, tenham que crescer mais rapidamente que os desenvolvidos
>
> **Marcos Mendes**
> economista

O debate, que ainda passou por temas como educação, polarização política e economia ambiental, está disponível nos canais do Sesc São Paulo, do Diário de Coimbra e da APBRA no YouTube.

O ciclo de diálogos Perguntas sobre o Brasil se inspira na lista organizada pelo projeto 200 anos, 200 livros, que apresenta duas centenas de obras importantes para entender o Brasil a partir da indicação de 169 intelectuais da língua portuguesa.

O evento é realizado a cada duas semanas, sempre às 16h das quartas-feiras.

As próximas conversas já têm data marcada: no dia 19 de abril, serão debatidas propostas para a Amazônia que contemplem a vida e as práticas dos povos originários; e no dia 3 de maio, será a vez de discutir a compreensão do tropicalismo, um dos principais movimentos culturais do século 20, à luz da contemporaneidade.

CHUVAS NO MARANHÃO DEIXAM SEIS MORTOS E MAIS DE 35 MIL FAMÍLIAS AFETADAS EM AO MENOS 50 MUNICÍPIOS DO ESTADO
Região de Trizidela do Vale, a 280 quilômetros de São Luís; o presidente Lula e o governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), sobrevoaram neste domingo (9) a área, que ficou alagada após os temporais que atingem o estado desde o fim de março Ricardo Stuckert/Presidência da República

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
10.abr.1923

Espetáculo em SP é dedicado à missão fascista italiana

A sessão desta segunda-feira (9) do espetáculo “Scugnizza” no Theatro Sant’Anna, em São Paulo, foi realizada em homenagem à missão fascista italiana que está na capital paulista.

O teatro ficou cheio, e as frisas e os camarotes em gala foram destinados aos membros da delegação fascista e às autoridades.

Antes da apresentação, foram executados o hino brasileiro e a marcha real da Itália e entoados o hino fascista e a “Canção do Piave”.

Na sequência, a opereta “Scugnizza” foi apresentada pela companhia italiana Clara Weiss, que foi muito aplaudida pelo público.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Grupos acadêmicos tentam salvar missão da Nasa a Vênus

Um grupo de organizações acadêmicas dos Estados Unidos lançou uma campanha para salvar uma das missões a Vênus planejadas pela Nasa para esta década, congelada por tempo indeterminado pela agência espacial americana a partir de sua proposta de orçamento para 2024.

A campanha para salvar a missão Veritas, lançada na quarta-feira (5) pela ONG Sociedade Planetária (fundada por Carl Sagan) e encampada pela União Geofísica Americana, a Universidade do Alasca em Fairbanks, a Universidade de Tulane, em Nova Orleans (Louisiana), e o Mount Holyoke College, em South Hadley (Massachusetts), pede que o Congresso americano estabeleça uma nova data de lançamento que não exceda 2029, forçando a Nasa a designar recursos para o projeto.

O problema todo começou com outra missão, a Psyche, que vai ao cinturão de asteroides e é coordenada pelo JPL, o Laboratório de Propulsão a Jato da agência espacial. Após um atraso no lançamento (que deveria ter ocorrido no ano passado), um painel independente chegou à conclusão de que o JPL tinha problemas de organização e pessoal, com falta de equipe adequada para cumprir todas as suas tarefas —entre elas a realização da Veritas.

Para garantir que a Psyche voe com sucesso em outubro próximo e que não haja impacto em outras missões de alta prioridade, como a Europa Clipper (com lançamento marcado para 2024), a Nasa decidiu, no fim do ano passado, levar a Veritas ao altar do sacrifício, interrompendo os trabalhos —que até então estavam no prazo e dentro do orçamento para um voo em 2027.

Com a concretização desse plano (e a zeragem de verba no orçamento proposto para a Nasa no ano que vem), veio a grita da comunidade acadêmica, que há tempos espera uma nova missão a Vênus, uma espécie de “gêmeo mau” da Terra com atmosfera ultradensa e temperatura de 460 graus Celsius à superfície que ganhou atenção recente com evidências de vulcanismo e potenciais bioassinaturas na alta atmosfera.

Os grupos acadêmicos apontam que, além de atrasar a exploração venusiana com o potencial para perder a liderança para outros países (a China pretende lançar um orbitador em 2026), o projeto sabota colaborações internacionais, já que europeus já haviam comprometido mais de US$ 90 milhões em instrumentação e apoio à missão. Para retificar isso, o Congresso poderia estabelecer uma data de voo em 2029, já contemplando dois anos de atraso para resolver os problemas internos do JPL.

Não seria a primeira vez que os congressistas são chamados a salvar missões submetidas a cancelamentos ou adiamentos indefinidos pela Nasa. Entre as que voltaram do limbo por força deles estão a última missão de reparos ao Telescópio Espacial Hubble (sem a qual ele já teria sido desativado) e a New Horizons, sonda que visitou Plutão em 2015.

Uma segunda missão a Vênus selecionada pela Nasa junto com a Veritas no programa Discovery, a Davinci+, segue em andamento para lançamento em 2029. Mas, como as duas são complementares, o plano americano de exploração venusiana no momento se equilibra em uma perna só.

Papelão

Coletivo Taring Padi, que derrubou a reputação da Documenta, uma das mostras de arte mais importantes do mundo, vem ao Brasil, faz parceria com MST e ensina a fazer marionetes de papel em instituição judaica

Marionete de papelão feita pelo coletivo da Indonésia Taring Padi, autor do painel acusado de antissemitismo que prejudicou a reputação da Documenta de Kassel Gabriel Cabral/Folhapress

João Perassolo

SÃO PAULO Reunido na Casa do Povo, um grupo de pessoas pinta figuras variadas em pedaços de papelão. Um sapo com a língua para fora, um peixe com a espinha à mostra, um palhaço com o cifrão que simboliza dinheiro tatuado no pescoço, um indígena com o coração à vista e o ex-presidente Jair Bolsonaro com corpo de cobra, dentes de vampiro e chifres de diabo.

Naquela tarde, quatro integrantes do Taring Padi, coletivo da Indonésia pivô de uma das maiores polêmicas da arte no ano passado, dava uma oficina de criação de marionetes na instituição judaica no Bom Retiro, em São Paulo.

O coletivo foi acusado de antissemitismo por seu painel "People's Justice", ou a justiça do povo, exibido em Kassel como parte da Documenta, uma das exposições de arte mais importantes do mundo.

O mural de 8 metros de altura por 12 de comprimento, desenhado há mais de 20 anos como uma crítica à ditadura na Indonésia, causou ira nos alemães por causa de dois personagens. O primeiro é um judeu ortodoxo vestindo um chapéu no qual está escrito SS, a sigla para a guarda de elite da Alemanha nazista.

O segundo retrata um militar da Mossad, o serviço de inteligência de Israel, com focinho de porco. Este mesmo oficial usa no pescoço um lenço estampado com a estrela de Davi, símbolo empregado pelos nazistas para facilitar a identificação dos judeus nos campos de concentração.

"Na Indonésia, não conhecíamos tópicos ou questões antissemitas até nos acusarem por causa das figuras. Nunca foi nossa intenção machucar alguma raça. Somos antirracistas e contra o autoritarismo", diz Aris Prabawa, um dos integrantes do Taring Padi.

Na Indonésia, não conhecíamos tópicos ou questões antissemitas até nos acusarem

Aris Prabawa
integrante do Taring Padi

Hestu Nugroh acrescenta que o Taring Padi não sabia que os personagens seriam problemáticos porque o coletivo já havia mostrado o painel em outros países e nunca teve uma reação tão dura como a que recebeu do público e da imprensa na Documenta.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DOIS PESOS

Apenas 27% dos brasileiros dizem estar preocupados com a inflação, mostra uma pesquisa do Instituto Ipsos realizada em 29 países, entre janeiro e fevereiro deste ano. O número é inferior à média global de 43% dos entrevistados que apontaram o tema como o mais problemático para as suas nações.

IN LOCO 2 A pobreza e a desigualdade lideram o ranking brasileiro. Quatro em cada dez entrevistados no país (43%) afirmam estar preocupados com a questão. Nesse quesito, a média global é de 31%, 12 pontos percentuais abaixo do índice nacional.

IN LOCO 3 Depois da pobreza e da inflação, as preocupações mais lembradas pelos entrevistados brasileiros são saúde, crime e violência, corrupção e desemprego.

FICHA A pesquisa online ouviu 20.570 cidadãos, dos quais 1.000 eram brasileiros, entre 16 e 74 anos. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

FALA... Representantes de entidades de diversos setores da economia brasileira se reunirão nesta segunda (10) com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para se queixar de uma suposta ingerência política do Congresso Nacional sobre a autonomia de agências reguladoras.

... QUE EU TE ESCUTO Eles questionam uma emenda apresentada pelo deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) para a medida provisória 1.154/2023, que criou os ministérios e os órgãos da Presidência do governo de Lula (PT).

IDEIAS O parlamentar propõe que sejam criados conselhos com representantes do Legislativo, do Executivo e da sociedade civil para dividir as funções de regulação e de edição de atos normativos que hoje estão sob a alçada de agências —como é o caso da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), por exemplo.

ALERTA Para as entidades que se reunirão com Padilha, no entanto, a proposta do deputado União Brasil é "gravíssima", representa uma afronta ao processo regulatório e compromete a captação de investimentos nacionais e internacionais, diante da interferência externa que poderia recair sobre as autarquias. Um manifesto assinado por 45 institutos e associações será entregue no encontro com o ministro.

PRESENTE O professor e ex-BBB João Luiz Pedrosa e a ex-ministra da Igualdade Racial,do primeiro governo Lula, Matilde Ribeiro, vão participar do lançamento da Frente Parlamentar Mista Antirracismo no Congresso Nacional. Representantes de entidades e coletivos do movimento negro também estarão lá.

COMITÊ O lançamento do colegiado ocorrerá na terça (11). De iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), a frente será coordenada na Câmara pela deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), relatora da Lei de Cotas na Casa, e terá como vice-coordenadora a senadora Zenaide Maia (PSD-RN) e a deputada Carol Dartora (PT-PR).

TERCEIRO SINAL

Fotos Jardiel Carvalho

A atriz Luciana Braga **1** recebeu convidados na estreia do musical "Judy — O Arco-Íris É Aqui", protagonizado por ela e dirigido por Flávio Marinho **2**. O ator Cássio Scapin **2** prestigiou o evento, que ocorreu na noite de sexta (7), no teatro Faap, em São Paulo

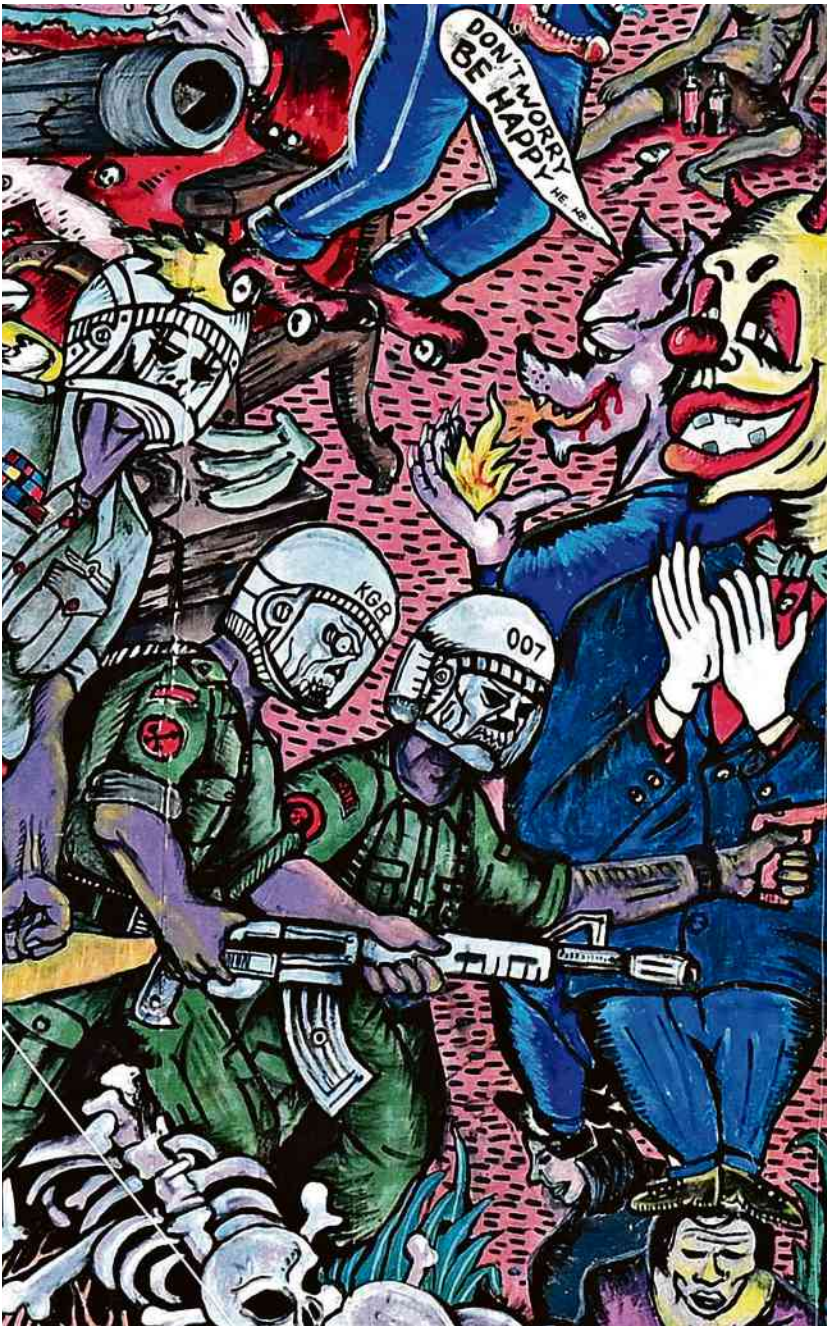
JOGO... O fenômeno "Torto Arado", do escritor e colunista da **Folha** Itamar Vieira Junior, ganhará uma adaptação para o teatro. O projeto será encabeçado pelo diretor, ator, dramaturgo e roteirista Aldri Anunciação, que assina a direção e o texto do espetáculo.

... DE CENA Com estreia prevista para o primeiro semestre de 2024, em Salvador, a peça já se encontra em fase de seleção de elenco e deve passar por outras capitais. A produção é de Fernanda Bezerra.

ALMA LÍRICA A cantora Mônica Salmaso escolheu a cidade de São Paulo para estrear seu novo show, "Minha Casa". O espetáculo, que terá apresentação única no Tokio Marine Hall, em 16 de setembro deste ano, revisitará toda a trajetória da artista. A ideia é que o repertório seja uma espécie de linha de tempo e aborde as escolhas que a consolidaram como uma das vozes mais prestigiadas da música brasileira.

ABECEDÁRIO O diretor Felipe Hirsch terminou de escrever o roteiro do filme "Angicos", que se baseará no experimento pedagógico de Paulo Freire no sertão do Rio Grande do Norte e terá Wagner Moura como ator principal. Há 60 anos, Freire alfabetizou na cidade potiguar 300 pessoas em 40 horas. O longa tem apoio do Instituto Paulo Freire e consultoria da família do educador.

PALCO A atriz e escritora Elisa Lucinda vai estrear uma nova versão do seu espetáculo "Parem de Falar Mal da Rotina", no Rio de Janeiro. Com direção de Geovana Pires, o monólogo, que é interativo, faz uma reflexão sobre o cotidiano. A montagem chega aos palcos no próximo dia 14, na sala Baden Powell, em Copacabana. O livro homônimo da peça vai ganhar uma edição revisada.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Detalhe da obra 'People's Justice', do coletivo Taring Padi, acusado de antissemitismo Reprodução

Papelão

Continuação da pág. C1

Devido à avalanche de críticas, o mural "People's Justice", que era exibido pela primeira vez na Europa, foi coberto por um pano preto e, dias depois, foi removido pelos organizadores da Documenta, que tinha acabado de abrir as portas, atraindo milhares de pessoas para a cidade alemã.

Aris Prabawa diz considerar o desmantelamento da obra um ato de censura. "Não tivemos tempo de dialogar e explicar o trabalho. Se tivéssemos a oportunidade talvez fosse diferente. Foi, tipo, remova."

À época, a diretora-geral da Documenta, Sabine Schormann, disse que era doloroso que uma obra com conteúdo antissemita tivesse sido instalada e pediu desculpas. Segundo um comunicado assinado por Schormann, o coletivo estava de acordo com o desmonte do painel. O Taring Padi também se desculpou.

No início dos anos 2000, quando "People's Justice" foi feito, a Indonésia havia acabado de sair da ditadura de mais de três décadas de Suharto. Naquele contexto, Prabawa e colegas de uma escola de arte fundaram o Taring Padi, coletivo de viés progressista que hoje tem 15 pessoas.

"People's Justice", contudo, não é somente o painel. O trabalho se completa com marionetes de papelão feitas por integrantes do coletivo com comunidades locais. Para a Documenta, foram produzidos mais de mil bonecos em parceria com imigrantes, artistas de rua e alunos de escolas na Alemanha, na Indonésia, na Austrália e na Holanda.

Como são coloridas e de estética lúdica, as marionetes servem para tornar os protestos de rua mais divertidos, afirma Nugroh. Quando carregadas lado a lado pelo público numa manifestação, lembram um desfile de Carnaval.

As marionetes também ajudam os integrantes do grupo a estreitarem laços com as comunidades com as quais colaboram. Os quatro membros do Taring Padi no Brasil desenvolvem trabalhos com o MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na escola Florestan Fernandes, no interior de São Paulo.

As obras da temporada serão exibidas em Amsterdã e em Brisbane, na Austrália, em 2024. As marionetes da Casa do Povo não devem ser mostradas, porque não são frutos de um projeto de exposição.

É de se perguntar como um coletivo tachado de antissemita veio parar numa instituição criada para relembrar as vítimas do Holocausto. O convite partiu de Benjamin Seroussi, diretor da Casa do Povo, que os conheceu na Documenta.

Seroussi afirma que a ligação do Taring Padi com movimentos sociais e o fato de o grupo abordar ditadura e reforma agrária em seus trabalhos tinha tudo a ver com o contexto brasileiro e que o pedido de desculpas na Documenta foi um gesto de humildade. Era, ele diz, uma brecha para o diálogo.

Fora isso, a ideia era, sim, tratar de antissemitismo. "Qualquer instituição seria confrontada com a questão, mas acho que a gente é a melhor instituição por sermos judeus. Tem um problema, mas não quer dizer que a gente não possa conversar", afirma.

Ele reconhece como antissemita a iconografia de "People's Justice", mas se posiciona contra congelar os artistas no rótulo. Diz apostar no diálogo e na convivência para que eles enxerguem seus erros.

O tsunami do Taring Padi levou a diretora da Documenta a renunciar e manchou a reputação da mostra. Os integrantes do grupo afirmam ter aprendido e, para eles, é hora de seguir em frente. Questionados se exibiriam o painel da discórdia de novo, Prabawa titubeia. "Talvez. Não sabemos."

[...]

No início dos anos 2000, quando o mural 'People's Justice' foi produzido, a Indonésia tinha acabado de sair da ditadura de mais de três décadas de Suharto. Naquele contexto, Prabawa e colegas de uma escola de arte fundaram o Taring Padi, coletivo de viés progressista que hoje tem 15 pessoas

'People's Justice', no entanto, não é apenas o painel que causou discórdia. O trabalho se completa com marionetes de papelão feitas por integrantes do coletivo com comunidades locais. Para a Documenta, foram produzidos mais de mil bonecos em parceria com imigrantes, artistas de rua e alunos de escolas na Alemanha, na Indonésia, na Austrália e na Holanda

Projeto dos arquitetos Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio, do escritório americano Diller Scofidio + Renfro, para o Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro Divulgação

MIS do Rio atrasa dez anos e acaba enferrujado

Governo promete abertura até o fim do ano, mas peças arruinadas deixam a construção, retomada em 2021, ainda mais lenta

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Haverá um tempo em que a história da construção da nova sede do MIS, o Museu da Imagem e do Som, na orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, poderá ser contada de forma épica.

Quando concluída, a obra terá sobrevivido a dilúvios, uma Copa do Mundo, uma edição dos Jogos Olímpicos, uma pandemia, à falência do estado, à intervenção na segurança pública e à passagem de quatro governadores —entre eles, três acusados de corrupção, tendo dois sido presos.

Iniciada em 2010, a previsão para o fim da obra era 2012. Agora, a nova promessa é para o fim deste ano, após mais de uma década de atraso.

No entanto, relatórios do governo, do Tribunal de Contas do Estado e de empresas envolvidas na construção mostram que essa tentativa de retomada da obra também enfrenta percalços. As intervenções recomeçaram em ritmo lento e encontraram equipamentos enferrujados após quase seis anos de paralisação.

É o caso dos painéis de cobogó, uma das marcas do projeto do escritório Diller Scofidio, de Nova York, vencedor do concurso de arquitetura promovido para a nova sede do MIS. De acordo com a empresa portuguesa Seveme, responsável pela importação do material especial para compor o sistema de fachadas e esquadrias, algumas peças dos painéis foram arruinadas.

"É notória na maioria dos painéis um acentuado dano causado pelas águas contaminadas e também pela exposição não prevista às condições climáticas", afirma o documento produzido em 2021.

O contrato da Seveme, assinado em 2013, há dez anos, ainda não foi reativado, motivo pelo qual os equipamentos ainda não foram trocados.

A construção do MIS é um mosaico de contratos sob responsabilidade das secretarias de Infraestrutura e Cidades (Seic), Cultura e Fundação Roberto Marinho, parceira na concepção do projeto.

Procurada pela **Folha**, a Fundação Roberto Marinho afirmou que questionamentos sobre a obra só poderiam ser respondidos pelo governo estadual. A instituição disse apenas que investiu R$ 71 milhões no projeto por meio de leis de incentivo fiscal.

"Recursos foram aplicados nas obras de fundações e estrutura do prédio e também nas ações de conteúdo e expografia, tais como a produção audiovisual dos filmes e objetos a serem exibidos no museu, a aquisição dos equipamentos e implementação da acessibilidade, comunicação e sinalização", diz a nota.

O governo estadual não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre o estado dos equipamentos enferrujados e a gestão falha dos contratos para a retomada da obra. Em nota, afirmou apenas que "as obras são de grande complexidade" e que as esquadrias e fachadas passarão por um serviço de limpeza.

Afirmou ainda que estão em andamento "intervenções nas instalações hidráulicas, elétricas e de refrigeração", além de "implantações de revestimentos, sistemas de iluminações, controles e distribuições".

"Em paralelo, outras contratações complementares estão sendo feitas, por meio de licitação, com edital e orçamentação em curso, razão pela qual ainda não é possível definir os valores", diz a nota.

O início da obra remonta a janeiro de 2008, quando o então governador Sérgio Cabral assinou decreto de desapropriação da boate Help —à época um ponto de prostituição em Copacabana no qual mulheres trabalhavam sem a exploração de cafetões.

As obras começaram em 2010, com previsão de conclusão para o fim de 2012. Não demorou para que o primeiro atraso adiasse em um ano a estimativa. A primeira empresa responsável pela obra faliu. A segunda entrou em litígio com o estado por divergência nos cálculos sobre reajuste contratuais. O tempo passou, a crise financeira chegou e a obra foi interrompida em fevereiro de 2016.

No fim de 2020, a gestão Cláudio Castro, do PL, iniciou as tratativas para reativar as obras. O estado não conseguiu renovar o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e decidiu usar recursos obtidos na concessão do saneamento básico para concluir o esqueleto.

O primeiro contrato da retomada foi assinado em 2021 para a conclusão dos acabamentos, instalações prediais e impermeabilização. O governo prometeu então concluir a obra em 2022, mas logo viu que não seria possível. A solução do passivo depende da compatibilização dos prazos dos diferentes acordos.

A MPE Engenharia foi cobrada há um ano pelo governo em razão da lenta retomada das obras, iniciada em dezembro de 2021. A empreiteira afirmou ter encontrado o canteiro de obras repleto de infiltrações num dos subsolos e componentes museográficos estocados em outros pavimentos que impediam a continuidade do trabalho.

Todos esses serviços são de responsabilidade da Fundação Roberto Marinho, cujo contrato estava suspenso desde 2016 e só foi retomado em junho de 2022, isto é, sete meses após a contratação da MPE Engenharia. Em razão desses problemas, a empreiteira ganhou mais seis meses para concluir o serviço.

Contudo, algumas etapas da obra não foram retomadas ou nem sequer iniciadas. O contrato com a Seveme, responsável pelo sistema de fachadas e esquadrias, ainda não foi reativado. O estado também ainda não licitou a instalação de divisórias acústicas.

Os atrasos e a assinatura de sucessivos contratos fizeram com que o projeto, estimado em R$ 70 milhões em 2009 (R$ 124 milhões em valores atualizados), atingisse atualmente mais de R$ 190 milhões em compromissos já firmados, sem contar serviços ainda não contratados.

O TCE do Rio apontou irregularidades no pagamento da Compass Build Control, responsável pela fiscalização e monitoramento da retomada da obra. Apesar do ritmo lento, a empresa recebeu os valores como inicialmente previsto, o que pode impactar em novos custos com a extensão do prazo de conclusão.

O custo da obra é incerto também porque vistorias realizadas pelas empresas envolvidas mostraram a necessidade de troca de materiais.

Além dos painéis de cobogó, a Seveme apontou a existência de corrimãos enferrujados, vidros manchados em razão de infiltrações ou quebrados por má conservação.

Também será preciso trocar peças da estrutura de suporte da tela a ser usada no cinema do terraço do MIS. O equipamento de 4,5 toneladas foi entregue em janeiro de 2016 e parte dele sofreu ação corrosiva da maresia e da chuva por falhas no armazenamento.

A obra foi concebida no período em que o Rio de Janeiro se preparava para sediar grandes eventos e vivia uma enxurrada de investimentos.

O projeto tinha como pretensão ser uma vitrine da cultura carioca e mostrar uma cidade mais cosmopolita, repleta de construções de arquitetos renomados.

Em cem dias, Lula recriou MinC e alterou a Rouanet

Ao lado da ministra Margareth Menezes, presidente viu obras na sede dos Três Poderes sofrerem ataques golpistas

Matheus Rocha

SÃO PAULO Quando foi eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, tinha como promessa devolver protagonismo à cultura após Jair Bolsonaro reduzir a área a uma secretaria especial. Cem dias após a posse do presidente e de governadores, nesta segunda-feira (10), as maiores mudanças são vistas na esfera federal, embora o Governo de São Paulo tenha sob sua batuta 62 instituições de importância nacional.

Até agora, a principal mudança da gestão petista foi o orçamento, que saltou de R$ 1,67 bilhão em 2022 para R$ 10 bilhões, um valor histórico para o Ministério da Cultura. No primeiro dia de governo, Lula assinou um decreto recriando a pasta, com seis secretarias dedicadas a assuntos como leis de fomento, audiovisual e mercado editorial.

Em dezembro, o presidente escolheu para chefiar a área a cantora Margareth Menezes, alvo de críticas por falta de experiência com gestão e celebrada por artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Margareth sofreu o primeiro revés ainda antes de assumir. Ela não conseguiu emplacar quem queria para a secretaria-executiva do ministério. Desejava como braço-direito Zulu Araújo, ex-presidente da Fundação Palmares, mas prevaleceu o favoritismo do secretário nacional de cultura do PT, o historiador Márcio Tavares, defendido pela socióloga Rosângela da Silva, a Janja, mulher do presidente.

Ao ser empossada, a ministra anunciou a liberação de quase R$ 1 bilhão em recursos da Lei Rouanet que tinham sido bloqueados pelo governo Bolsonaro. Foi uma reação à desidratação do mecanismo promovida pelo ex-presidente, que diminuiu de R$ 45 mil para R$ 3.000 o cachê destinado a artistas e dissolveu a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Cnic, colegiado que avalia quais projetos podem ou não captar recursos.

No final de março, Lula assinou um decreto trazendo mudanças no mecanismo e regulamentando as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc. Com isso, passou a ser obrigatória, na Cnic, a participação de um representante dos povos originários e outro de instituições culturais que atuem no combate a discriminações.

Outra mudança na Rouanet foi a introdução de diretrizes para descentralizar os recursos, concentrados no Sudeste.

A cultura no início do mandato de Lula também foi marcada por destruição. No dia 8 de janeiro, manifestantes golpistas depredaram importantes obras de arte nas sedes dos Três Poderes, em Brasília, enquanto protestavam contra a vitória do presidente.

A horda danificou peças como o painel "Mulatas", de Di Cavalcanti, de R$ 8 milhões, e "Galhos e Sombras", de Frans Krajcberg, avaliado em R$ 300 mil. A restauração das obras depredadas vai custar cerca de R$ 3,5 milhões e pode levar um ano para ser concluída.

Já em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos, foi eleito com propostas vagas para a cultura. Ele está à frente de instituições como o Museu da Língua Portuguesa, a Orquestra Sinfônica do Estado e o Memorial da América Latina, que passou a ser comandado por Pedro Mastrobuono, que presidiu o Ibram, o Instituto Brasileiro de Museus, durante o governo de Bolsonaro.

Tarcísio comanda também o Museu da Casa Brasileira (MCB), o único do país voltado à arquitetura e ao design. Na última semana, a instituição perdeu sua sede, o solar Crespi Prado, na avenida Faria Lima, que pertence à Fundação Padre Anchieta.

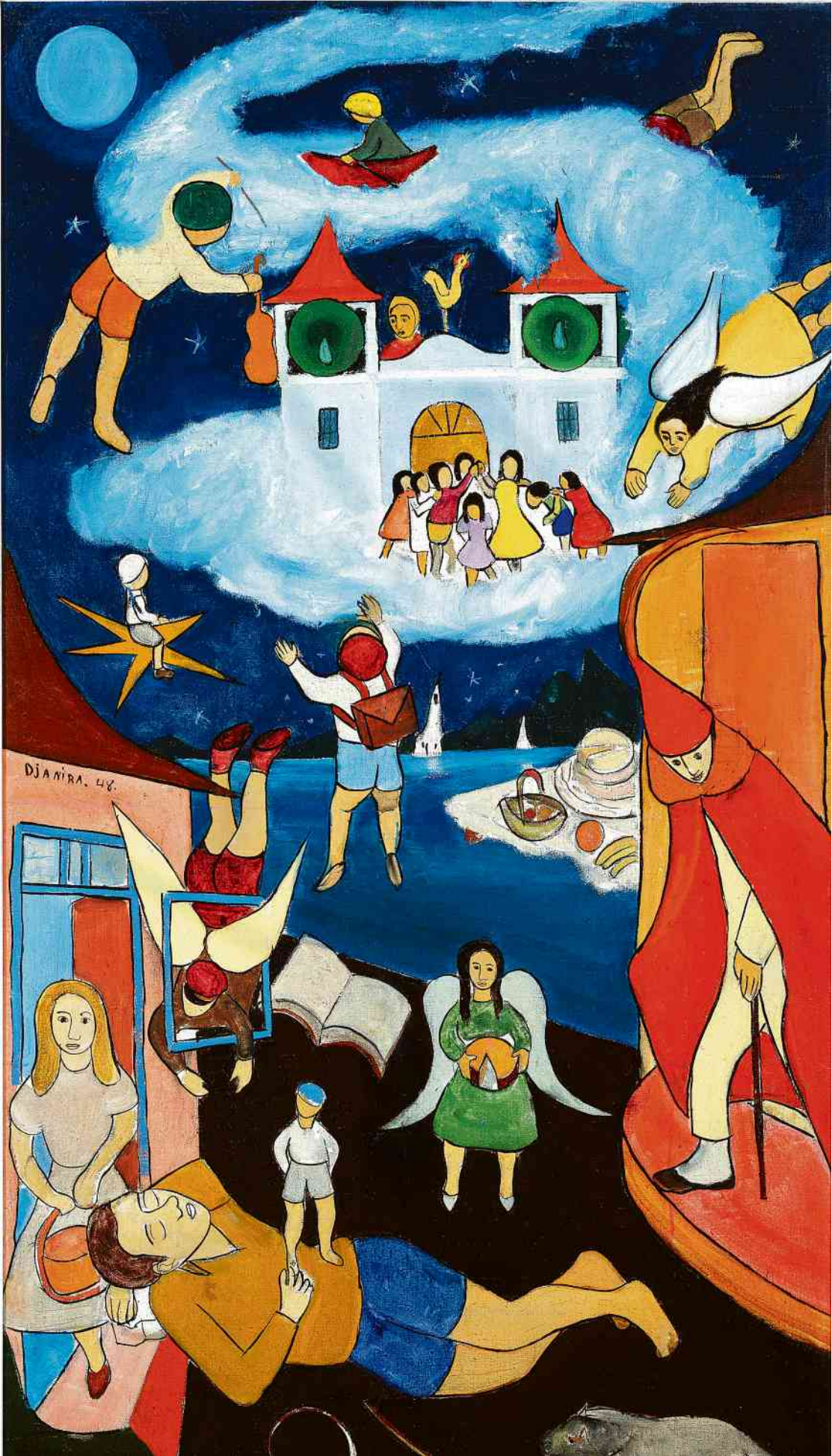
Entre o setor artístico, havia receio de que a mudança matasse o MCB, mas o governo estadual reagiu rapidamente e prometeu que o museu passará a ocupar a Casa Modernista, na Vila Mariana, que será reformada para recebê-lo. O prazo para a reinauguração da instituição é 2025. Até lá, parte do acervo ficará exposto no Museu do Ipiranga.

Tarcísio comanda também a Pinacoteca, um dos museus de arte mais importantes do Brasil. No início de março, o governo inaugurou a Pinacoteca Contemporânea, terceira sede da instituição. As obras, ao custo de R$ 85 milhões divididos entre o estado e a iniciativa privada, começaram na gestão de Sérgio Sá Leitão, secretário de Cultura de João Doria e Rodrigo Garcia.

Embora os dois espaços expositivos do novo museu estejam prontos e já tenham recebido mais de 64 mil visitantes para duas mostras que estão em cartaz, o projeto não está finalizado. Ainda falta abrir o café e o restaurante, previstos para o final de abril, e criar uma conexão até a Pinacoteca Luz pelo parque.

Com o caminho interno, os visitantes não precisarão andar pela calçada, o que deve trazer mais segurança numa região perigosa da cidade.

Para Marilia Marton, secretária da Cultura de Tarcísio, a cultura pode ser uma forma de levar mais segurança à região central. As instituições culturais ajudariam a movimentar a área e, em sua visão, desestimular os criminosos.

"A degradação acontece por falta de uso. A criminalidade quer um lugar ermo e vazio. Por isso, o centro deve ganhar mais um equipamento cultural", diz ela, sem entrar em detalhes sobre o projeto.

Obra 'O Sonho do Menino Pobre', da pintora Djanira da Motta e Silva Jaime Acioli/Divulgação

Governo vai reformular o conselho de tombamentos do Iphan

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo Lula vai reestruturar o conselho consultivo do Iphan, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão de preservação do patrimônio cultural do país. Instância máxima para tombamentos e registros de bens imateriais, o grupo viveu uma paralisia histórica e não funcionou por dois anos na gestão de Jair Bolsonaro.

O decreto com a nova estrutura do conselho, elaborado pelo Iphan, foi encaminhado ao Ministério da Cultura, que tem o instituto sob sua alçada.

Na organização atual, a instância é formada por 23 nomes —cinco representantes do poder público, quatro de entidades independentes e 13 profissionais de notório saber que representam a sociedade. Desde janeiro, Leandro Grass, do PV, está à frente do Iphan.

A **Folha** teve acesso à minuta do decreto. Ela diz que o conselho passará a ter 26 assentos, além do presidente do Iphan. Serão seis representantes de ministérios e órgãos públicos, cinco de entidades e 15 de profissionais de notório saber. Os membros do grupo não são remunerados.

O texto também altera o mandato dos representantes de entidades e profissionais de notório saber para o período de 12 meses, permitida uma recondução. Hoje, ele é de quatro anos.

Após a publicação do decreto, o Iphan vai editar uma portaria que deverá trazer trocas dos profissionais de notório saber, já que a nomeação deles cabe à presidência do instituto. A composição atual, indicada pelo governo Bolsonaro em outubro de 2022, excluiu integrantes que criticavam a gestão do instituto.

Na prática, o conselho debate e dá o voto final para encaminhamento e aprovação de de tombamentos e registros de bens imateriais. Também é responsável por autorizar a saída temporária do país de bens acautelados pela União.

Hoje, o conselho reúne representantes das pastas da Educação, Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Regional, além de um representante do Ibram, o Instituto Brasileiro de Museus.

Na nova configuração, deixarão o conselho os indicados dos ministérios do Turismo e Desenvolvimento Regional, que serão substituídos por representantes das pastas de Igualdade Racial e Povos Indígenas, ministérios criados no governo de Lula. A Fundação Palmares também terá um assento no grupo.

"A reformulação e a retomada do conselho serão de grande importância para avançarmos nos processos de tombamento e registro, especialmente do patrimônio cultural com matriz africana e outras expressões que foram negligenciadas pelo governo anterior", diz Leandro Grass.

Com o decreto, também será incluído um representante da Associação Nacional de História (Anpuh). O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que já possuem assentos no conselho, permanecerão na nova estrutura.

Sob Bolsonaro, o Iphan foi esvaziado e se tornou alvo constante de críticas, inclusive do próprio presidente. O governo também trocou técnicos da instituição por conveniência política. Bolsonaro afirmou em dezembro de 2021 que demitiu diretores do Iphan depois que a instituição teria interditado uma obra do empresário Luciano Hang, aliado de primeira ordem do ex-presidente e dono das lojas Havan.

Na ocasião, Bolsonaro afirmou que o Iphan "não dá mais dor de cabeça para a gente", disse que havia muitos políticos interessados nos cargos da instituição e que a entidade "tem um poder de barganha extraordinário".

No dia 3 de janeiro, o governo Lula exonerou Larissa Peixoto, que presidia o instituto sob Bolsonaro, assim como os demais diretores da entidade, entre eles Leonardo Barreto, responsável pelo documento que criou um grupo de trabalho para estabelecer o valor cultural de armas de fogo.

Durma em paz, Mr. Sakamoto

Toda a minha gratidão pela playlist dos tensos, dos insones, dos aflitos

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a Rede Globo

No meu aplicativo de música, constam 1.011 reproduções. Cá entre nós, sei que foram muito mais. A noite indo alta, o gato vindo preguiçoso. O que resta é a certeza desse número mais um. Afinal, os acordes de "Merry Christmas, Mr. Lawrence" já começaram a tocar novamente.

Quem sofre de insônia vive buscando razão e solução. A primeira, até hoje, não encontrei. Sempre estive entre os aflitos que se reviram em madrugadas tensas. A segunda, quem diria, descobri na suave companhia de Ryuichi Sakamoto.

Ter a casa toda para si — e em absoluto silêncio — é uma dádiva terrível para os insones. Um deleite culpado que beira o desespero eufórico, quando não um incômodo agradável que promete olhos vermelhos, bocejos e sinapses lentas ao longo do dia. Ainda assim caçamos o que ler, fazer e esdruxulamente pensar às 3h27 em ponto, no relógio da mesinha de cabeceira.

Um dia, sem qualquer calculismo, o tema de "Furyo – Em Nome da Honra" escapuliu por uma playlist e me encontrou na hora certa, na posição ideal entre as cobertas. A lembrança do filme estrelado por David Bowie e o próprio Sakamoto, autor da trilha, me levando a um lugar extremamente confortável, apesar da temática de guerra. Apaguei.

Tentei reproduzir o efeito satisfatório reunindo outras obras magistrais do músico japonês, como "O Céu que nos Protege" e "O Último Imperador". Apelei para o lindo disco "Casa", dele com os Morelenbaum, sabendo que os hits eletrônicos da sua Yellow Magic Orchestra teriam o efeito contrário na minha atividade mental. Contudo, nada. Apenas "Mr. Lawrence" me enlaçava, plena, escuridão adentro.

Aliás, quem disse que despertos são animais noturnos? Logo após o início desse experimento, adotei um filhote de gato com heterocromia e, claro, o batizei de "Furyo". Fechando seus olhos, verde e azul, também passou a ser embalado pelos acordes que viraram riff em outra canção favorita minha: "Losing My Religion", do R.E.M.

Semana passada, ao saber da morte de Ryuichi Sakamoto, li um artigo do New York Times sobre as playlists que ele elaborava cuidadosa e respeitosamente, com composições alheias. Fez para o filho aprendendo contrabaixo, para o pai internado no hospital, para o enterro da própria mãe e para seu restaurante favorito. Melodias escolhidas a dedo por um mestre.

Agora, vendo Furyo enrodilhado aos pés da cama, sei que também temos uma playlist do ídolo — e tocamos com gratidão. Durma em paz, Mr. Sakamoto.

Marcelo Martinez

DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. **Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Filme que deu o Oscar a Brendan Fraser já pode ser visto de casa

A Baleia
Para compra ou aluguel no Amazon Prime Video, Apple TV+, Google Play, Now, VivoPlay e YouTube – 16 anos

Depois de um início fulgurante de carreira e alguns anos no ostracismo, Brendan Fraser deu a volta por cima. Venceu o Oscar de melhor ator pelo papel de um homem obeso que tenta se reconectar com a filha adolescente. O filme dirigido por Darren Aronofsky também ganhou o Oscar de melhor maquiagem.

Primeiro Impacto
SBT, 6h, livre

O piloto e jornalista Comandante Hamilton está de volta à emissora, voando de helicóptero sobre São Paulo e enviando notícias sobre o trânsito em tempo real.

Clara Estrela
Canal Brasil, 18h30, 10 anos

Morta há 40 anos, a cantora Clara Nunes tem sua trajetória recriada neste documentário dirigido por Susanna Lira e Rodrigo Alzuguir.

Minha Família Perfeita
Telecine Premium, 20h15, 12 anos

Um rapaz contrata atores para se passarem por seus parentes e impressionar sua noiva. Uma comédia de José Joffily, com Rafael Infante e Isabelle Drummond.

Direto ao Ponto
Jovem Pan News, 21h30, livre

Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados, discorre sobre o atual cenário político em entrevista conduzida por Adalberto Piotto.

Roda Viva
Cultura, 22h, livre

No centro da roda, o cientista político e doutor em sociologia Celso Rocha de Barros, autor de "PT, Uma História", faz um balanço dos cem primeiros dias do governo Lula.

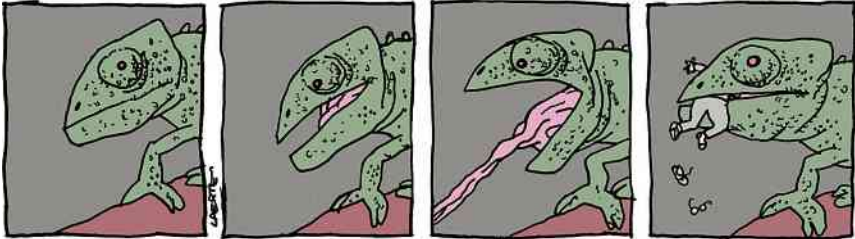
Origens do Sabor
Sabor & Arte, 22h, livre

Na segunda temporada do programa, o ex-MasterChef Renato Bueno mostra como ingredientes como linguiça, café e cajuína são produzidos e consumidos em diferentes regiões do país. Episódios inéditos toda segunda e quarta.

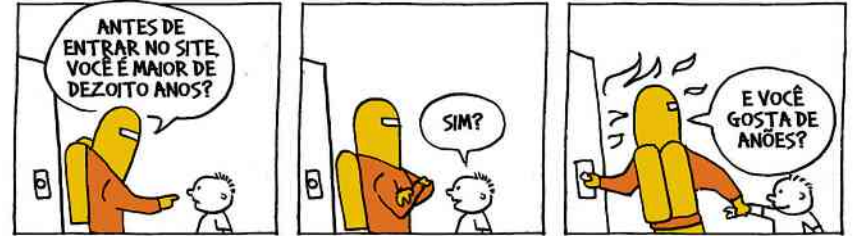
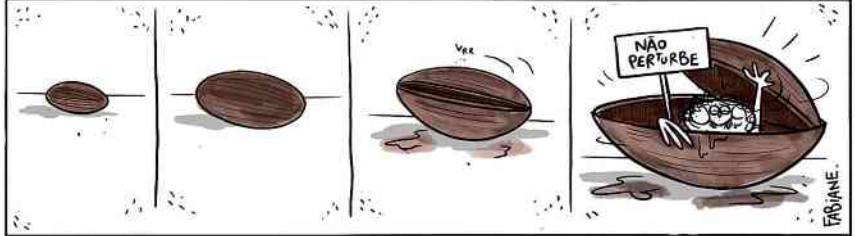
O Dia do Atentado
Globo, 23h45, 14 anos

Em 2013, duas bombas explodiram na maratona de Boston, e mataram três pessoas. Thriller com os atores Mark Wahlberg e Kevin Bacon.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

		4		7	9	6	5	
				2		7		
	5	8	4					
		9			2			
8	4		9	5	3		7	2
			7			3		
					1	9	6	
		7		9				
	9	5	6	3		4		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novelacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	3	4	8	7	9	6	5	1
9	6	1	3	2	5	7	8	4
7	5	8	4	1	6	2	3	9
3	7	9	1	6	2	8	4	5
8	4	6	9	5	3	1	7	2
5	1	2	7	4	8	3	9	6
4	2	3	5	8	1	9	6	7
6	8	7	2	9	4	5	1	3
1	9	5	6	3	7	4	2	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. A atriz e cantora Tânia / (Psiq.) Transtorno Obsessivo-Compulsivo **2.** Pôr em hasta pública **3.** Espécie de cuba / A forma de um dado de seis lados **4.** Uma tecla do computador / Trazer má sorte **5.** Tratado com respeito **6.** Fazer ruído estrondoso **7.** (Abrev.) O ponto entre o Norte e o Leste / Programa de Integração Social / O Borges músico de "Feira Moderna" **8.** Em que há força e eficiência no falar, na expressão **9.** Uma sangrenta atração das arenas espanholas **10.** Período de inatividade **11.** A substância gordurosa que elimina os rangidos / A hora cheia que segue uma **12.** (Fig.) Lugar fora do lar / Mulher muito devota **13.** A atriz e humorista recifense Fabiana / A intimidade familiar.

VERTICAIS

1. Outro, em latim / (Ingl., inform.) Rede **2.** Normas do poder legislativo / Erva usada para alimentar animais / A de mel vem após o casamento **3.** Fazer dobras em / Queimar de modo contínuo, provocando fumaça **4.** Pronome pessoal (fem.) / Uma serra do Brasil **5.** Que sofre de um estado de abandono espiritual e afetivo / Dar forma de seta a / A sigla do estado de Arraial da Ajuda **6.** Acidez, sabor ácido (como o do vinagre) **7.** Fazer citação errada / Fortuito, eventual **8.** A peça que faz vibrar sonoramente um sino / (Vanessa da) A cantora e compositora de "Não Me Deixe Só" **9.** Outro nome da ave inhambuxintã / Servir de modelo para pintor, fotógrafo ou escultor.

HORIZONTAIS: 1. Alves, Toc, **2.** Leiloar, **3.** Tina, Cubo, **4.** Esc, Secar, **5.** Acatado, **6.** Fragorar, **7.** NE, Pis, Lô, **8.** Enfático, **9.** Tourada, **10.** Marasmo, **11.** Óleo, Duas, **12.** Rua, Beata, **13.** Karla, Lar.
VERTICAIS: 1. Alter, Network, **2.** Leis, Feno, Lua, **3.** Vincar, Fumear, **4.** Ela, Caparaó, **5.** Só, Sagitar, BA, **6.** Acetosidade, **7.** Trucar, Casual, **8.** Badalo, Mata, **9.** Chororô, Posar.

Ricardo Cammarota

Os inteligentinhos venceram

Esse tipo é como bando de crianças que reduzem o mundo ao seu ursinho

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

Os inteligentinhos venceram. E o sinal está fechado para quem não lamber seus sapatinhos. Eles estão em toda parte. Escolas —onde são fabricados em série por professores inteligentinhos—, nas universidades —um dos seus habitats naturais—, na mídia —aos montes—, na política —podem ser corruptos e inteligentinhos—, na arte —quase ninguém escapa— e no marketing.

Engana-se você se pensa que os inteligentinhos são um nicho homogêneo. Podem vir burrinhos, com doutorado, tendo publicado livros, gostosa —no feminino mesmo—, rico, pobre, falando inglês, ator, engenheiro, jornalista, filósofo, cis, trans, hétero, gay.

Conceitos como masculinidade tóxica tem a credencial epistemológica igual à dos átomos e suas partículas. Qual a causa dos ataques as escolas? Masculinidade tóxica e misoginia —modinhas que explicam tudo. Infelizmente, temo, nunca saberemos as causas desses ataques.

O patriarcalismo, claro, está no mesmo nível da física newtoniana, explicando porque aviões caem e porque só as mulheres sofrem as dores de parto. O feminismo, por sua vez, está provado, é o verdadeiro Livro do Gênesis e, sem ele, coitados de nós, nada entenderemos a nossa volta. Inteligentinhas só confiam em médicas.

A teoria da interseccionalidade ocupou o lugar do materialismo dialético, só não explicando como um homem branco, europeu, heterossexual, cis, predador sexual, pode ser tão iluminado. De quem estou falando?

Os inteligentinhos são como crianças birrentas que reduzem a complexidade do mundo ao seu ursinho —portanto, nunca abandonaram seu objeto transicional. Falam com ele, culpam ele, beijam ele, se masturbam com ele.

Grande parte dos chamados especialistas hoje são dessa categoria. Abraçam livremente argumentos ridículos a favor da sua ontologia fóbica —se você não usa a palavra "fobia" ou derivados hoje em dia quase ninguém entende o que você está falando. Homofóbico, transfóbico, gordofóbico, cristofóbico, islamofóbico.

Nem Freud imaginou um dia que a ideia de fobia se transformaria num mantra político. A sociologia manca sob o peso do lobby que se dedica as formas às contemporâneas de fobias sociais.

Os inteligentinhos têm mesmo sua parte de responsabilidade na criação dessa aberração chamada extrema direita, uma espécie de doença autoimune que se espalha pelo globo. Sim, eles falam muitas línguas e muitos são cosmopolitas.

Perguntam-me muito se não acho que o discurso de ódio e o culto a violência sejam mais perigosos que a epidemia inteligentinha. De forma mediata, claro. O risco da epidemia de inteligentinhos é de outra natureza: ela atinge o cérebro da pessoa e da sociedade, como Alzheimer. Perdemos a cognição com a realidade.

As novelas, os filmes, as peças de teatro são realizados, na sua imensa maioria, por eles. Hollywood acabou nas mãos dos inteligentinhos e hoje é uma indústria cultural para retardados.

Inteligentinhos creem firmemente que podemos "stop oil". Os aviões continuarão a voar, os produtos continuarão a chegar até sua geladeira, o lixo continuará a desaparecer das ruas, os hospitais continuarão a funcionar. Inteligentinhos falam frases do tipo "nós temos que reconstruir tudo que vocês destruíram". Incrível: uma geração que nem sabe se é menino ou menina salvará o mundo de sua eterna miséria.

Mesmo a polarização pode ser entendida como uma briga entre idiotas e inteligentinhos. Uma diferença importante entre os dois grupos é que o segundo sabe fingir bem que é a favor da democracia, enquanto o primeiro fala e age abertamente contra ela.

A agressividade inteligentinha é do tipo passivo-agressiva. Apesar de constantemente ter ataques histéricos, nossos doces revolucionários com iPhones têm uma afetividade de dada a lágrimas diante da própria sublime bondade e de sua pureza de intenções.

Afinal, de onde vieram eles? Nunca saberemos por que a inteligência acadêmica e pública é na sua imensa maioria inteligentinha. A academia é um caso perdido.

Enfim, o mundo se afoga na baba dos inteligentinhos. Que todos comprem babadores e regridam aos seus ursinhos.

SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti